

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL
MESTRADO

RAISA LUISA DE ASSIS MARQUES

DO ESPONTÂNEO AO ORGANIZADO

O papel da Juventude Comunista no processo de construção da União
Nacional dos Estudantes (1935-1938)

NITERÓI

2015

RAISA LUISA DE ASSIS MARQUES

DO ESPONTÂNEO AO ORGANIZADO

O papel da Juventude Comunista no processo de construção da União Nacional dos Estudantes (1935-1938)

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em História, sob a orientação da Professora Doutora Angélica Müller.

NITERÓI

2015

RESUMO

A presente dissertação analisa a participação da Juventude Comunista, assim como a de outras organizações que se ocupam com políticas voltadas para a juventude, como a Juventude Católica, quando da fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), ocorrida no ano de 1938. A partir da década de 1930, o crescimento da estruturação do meio estudantil brasileiro passa a ser mais evidente. Isso, graças à manutenção de entidades ligadas às organizações políticas supramencionadas, assim como à tentativa de constituir uma entidade estudantil única. Esse é o ponto central do estudo aqui exposto. Por meio dele, pesquisa-se as facetas do momento de decisão da fundação da UNE. Através do presente trabalho, e da análise documental a ele vinculada, infere-se que as manifestações dos estudantes em prol do pagamento de 50% da tarifa de transporte coletivo, que ficam mais frequentes a partir de 1935, geram uma crescente adesão dos mesmos à criação da UNE. Os movimentos da juventude daquela época ficaram conhecidos como Campanha dos 50%, os quais despertaram o sentimento de unidade nos jovens comunistas e católicos. A luta pela redução da tarifa de transporte público se tornou a pauta principal dos estudantes no contexto histórico aqui em foco, quando as manifestações características dessa campanha ganharam importância de dimensão nacional. Observa-se, por meio da presente dissertação, que elas foram determinantes para a fundação da UNE.

Palavras-Chave: Movimento Estudantil; Juventude; Campanha dos 50%; UNE

ABSTRACT

This monograph analyzes the participation of Communist Youth, as well as other organizations which are engaged with policies for youth, like Catholic Youth, when National Union of Students was founded, in 1938. From the decade of 1930, the growth of the Brazilian student environment organization becomes more evident. This is thanks to the maintenance of the entities related to the political organizations mentioned above, as well as the attempt to institute one single student entity. That is the main objective of this study, so that the sides of the UNE creation decision moment are researched. Through this dissertation and documental analysis entailed to it, it is inferred that students manifestations for the 50% discharge of the public transportation fare, which become more frequent from 1935, generates an increasing membership from them to UNE establishment. The youth motions from that period were known by the name of Campanha dos 50%, or the 50% Campaign, which awakened an unity feeling on the communist and catholic young people. The fight for public transport tax cutback has become the main topic of the students on the historical context focused here, when the featured shew from that campaign had become a nationwide importance. It is noticed, through this dissertation, that they were determinant for UNE foundation.

Keywords: Student Movement; Youth; Campanha dos 50%; 50% Campaign; UNE

AGRADECIMENTOS

Um longo caminho me trouxe até aqui. Confesso que tiveram momentos nos quais pensei que nunca chegaria à etapa final. Entretanto, com o apoio de algumas pessoas, consegui finalizar o estudo aqui impresso. Ele significa a realização de um grande sonho. A todas essas pessoas dedico a minha gratidão.

A primeira pessoa que quero agradecer é a minha orientadora, Dr^a Angélica Muller. Ela acompanha minha trajetória há alguns anos, sempre de forma atenciosa, lendo, corrigindo e debatendo meus textos. Dr^a Angélica Muller me recebeu como sua orientanda de braços abertos e depositou em mim uma certeza que nem eu mesma conseguia ter. Obrigada por não ter me deixado desistir, certamente seu rigor teórico-metodológico, seu apoio e amizade acompanharão a minha eterna jornada.

Gostaria de agradecer uma pessoa muito querida chamada Thiago Franco. Trata-se de um amigo que o movimento estudantil me trouxe e que hoje vive em Niterói. Isso, pra minha sorte, pois ele e seus companheiros de apartamento abriram suas portas com sorrisos largos, cafés frescos e boas conversas sempre que me foi necessário. Em São Paulo, também tive boas companhias em casa. Nesse contexto, cito o amigo, também da época dos movimentos estudantis dos quais participei, Ismael Cardoso. Obrigada por toda sua receptividade e alegria. Elas me confortavam a cada fim de jornada entre Niterói e a capital paulista. Fruto desse contato é a companhia de uma conterrânea do Paraná chamada Camila Rufine Machado. Ela demonstrou uma enorme paciência e carinho comigo na reta final do presente trabalho. Por tudo isso, muito obrigada.

Também agradeço a uma pessoa que marca presença na minha vida há muitos anos e que sempre foi essencial pro meu amadurecimento. Ela também foi, na parte acadêmica, um imenso parceiro. Nesse sentido, meus agradecimentos se voltam a Rovilson Sanches Portela, o qual agradeço pelo companheirismo, pela paciência, pelo apoio e pela pronta disposição pra dar opinião pra cada linha dessa dissertação.

Aos meus pais, Epaminondas Araújo Marques e Lenilda de Assis, agradeço pela vida dada, pelo exemplo de luta e por me proporcionarem, desde sempre, bons debates. Junto a esse agradecimento reconheço o suporte dos meus irmãos, Darwin de Assis e

Raoni de Assis, os quais me fizeram entender que não existem limites para o amor. Agradeço por dividirem comigo os livros emprestados e as boas horas de conversas.

Meus agradecimentos às amigas que me apoiaram, assim como me distribuíram carinho, me acalmando nas piores horas, e que dividiram comigo as alegrias de cada nova etapa conquistada. Cada uma delas trás consigo características específicas que, somadas umas às outras, me completam. Nesse contexto, cito a amiga de infância Ivy Seminguen, que tenho a sorte de hoje também morar sob o céu da paulicéia; a amiga de adolescência, que me alegra mesmo a tantos quilômetros de distancia, Mayara Pulga Wenclav; a amiga de juventude Maria Quitéria Turcios, que me ajuda com as correções e acalma minhas aflições; as minhas vizinhas Monique Lemos e Kathia Dudyk, as quais se tornaram a minha família em São Paulo. Com elas divido os brigadeiros que a vida trás.

Também agradeço à professora Dr^a Marly Viana e ao professor Dr^o Marcelo Timotheo, integrantes da minha banca de qualificação, pela análise apurada de minhas ideias, pelas sugestões que vieram a enriquecer meu trabalho e pelo bom debate que tivemos na ocasião das mesmas.

Agradeço, imensamente, ao professor Dr^o Mauricio Parada, pela confiança depositada em meu trabalho, por contribuir para o amadurecimento dessa dissertação e por me ajudar a encontrar um caminho.

Gostaria de agradecer aos companheiros de atividades dos dois Centros de Memória onde trabalhei, enquanto realizava esse mestrado. Portanto, agradeço aos amigos do Centro de Documentação e Memória da Fundação Mauricio Grabois chamados Felipe Spadari, Wellington Souza, Alexandre Prestes, Fernando Garcia e Augusto Buonicore. Esses dois últimos me dedicaram valiosas ajudas ao me disporem vários documentos. Também agradeço aos amigos do Centro Sérgio Buarque de Holanda de Documentação e Memória Política da Fundação Perseu Abramo chamados Carlos Menegozzo, Mariângela Araújo, Jaime Cabral Filho, Julia Zapata, Fabio Dantas Rocha e Sarkis Alves. Todas essas pessoas me dedicaram um proveitoso suporte.

Por último, mas não menos importante, bem pelo contrário, agradeço ao meu namorado, André Cota de Santana. Ele acompanhou de perto os bastidores dessa pesquisa. Obrigada por ter trazido tranquilidade e alegria para os meus dias, pela companhia sensível, pela paciência e compreensão quando me ausentei por conta da presente dissertação e, principalmente, por me fazer sonhar e amar.

A todos um afetuoso obrigada!

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| CAPÍTULO I: ATORES DA CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL | 24 |
| 1.1 Revolução de 1930..... | 24 |
| 1.1.1 Um novo modelo pedagógico para a nação | 28 |
| 1.1.2 O Ministério da Educação | 31 |
| 1.3 Missão: conquistar os estudantes brasileiros! | 36 |
| 1.3.1 O Partido Comunista do Brasil..... | 37 |
| 1.3.2 A Juventude Comunista | 39 |
| 1.3.2 O Centro Dom Vital | 47 |
| 1.3.4. A Juventude Católica | 49 |
| 1.3.5 A Casa do Estudante | 53 |
| CAPÍTULO II: 1935, O ANO FUNDAMENTAL | 58 |
| 2.1 Origens do movimento estudantil | 58 |
| 2.2 A juventude e o ano de 1935..... | 60 |
| 2.3 A Campanha dos 50%..... | 64 |
| CAPÍTULO III: A DISPUTA PELA ORGANIZAÇÃO DA UNE..... | 85 |
| 3.1 As transformações na política de juventude estudantil dos comunistas | 85 |
| 3.1.1 União Democrática Estudantil | 90 |
| 3.2 O Conselho de Ana Amélia | 99 |
| 3.3 A União Nacional dos Estudantes, finalmente! | 104 |
| CONCLUSÃO..... | 114 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 117 |
| ANEXOS | 121 |

INTRODUÇÃO

Após finalizar uma pesquisa sobre a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)¹, identificou-se a ausência de estudos mais aprofundados sobre as origens dessa entidade. Então, foi analisado, numa pesquisa de Iniciação Científica², o antecedente da trajetória do movimento estudantil secundarista. Com o presente estudo, busca-se uma maior profundidade analítica e amplitude teórica sobre tal assunto, ao se questionar sobre o papel das organizações que se ocuparam com políticas voltadas para a juventude quando da fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Informações sobre os antecedentes do processo de implementação da UNE, sobre a atuação de seus membros e, principalmente, suas ideias e concepções políticas ainda são pouco conhecidas pela historiografia. Analisar a gênese dessa história, dando destaque às lideranças e organizações que pensaram e contribuíram para o surgimento de uma nova etapa do movimento estudantil, será o motor dessa dissertação.

Para isso, especial atenção é dada aos acontecimentos de 1935, principalmente à intitulada Campanha dos 50%, por meio da qual estudantes de diversas cidades brasileiras se mobilizaram. Tais mobilizações solicitaram, inicialmente, o pagamento de meia tarifa em transportes coletivos e, em seguida, incluíram em suas pautas o pedido de meia-entrada em eventos culturais, de desconto de 50% nas taxas escolares e nos livros e apontaram como meta a transformação geral da educação no país. Ao longo dessa campanha, solidificou-se o primeiro organismo de direção dos estudantes com repercussão nacional, isso é, a Comissão Organizadora da Campanha que, como se demonstra por meio do presente estudo, amalgamou as principais lideranças estudantis em torno do projeto de fundação da UNE.

A análise do presente estudo concentra-se nas atividades estudantis realizadas na cidade Rio de Janeiro, pois, além de ser a Capital Federal naquele momento, ela foi o principal palco das muitas ações desse movimento, assim como onde centralizava-se a

¹CINTRA, André. MARQUES, Raísa L. A. *UBES Uma Rebelião Consequente – A História do Movimento Estudantil Secundarista do Brasil*. São Paulo. CEMJ. 2009.

²O Estudante em Movimento: Os antecedentes da organização dos estudantes secundarista (1927-1948). Trabalho não publicado, apenas apresentado nos congressos científicos. Congresso Nacional de Iniciação Científica (Conic). São Paulo. 2011; XV Encontro Regional de História da Associação Nacional de História (Anpuh) Regional Rio de Janeiro. 2012.

atuação das organizações juvenis aqui pesquisadas. Entretanto, alguns eventos que ocorreram em diversas outras cidades, em especial na capital paulista, também são considerados.

A análise aqui exposta concentra-se, sobretudo, entre os anos de 1935 e de 1938. A primeira data refere-se ao ano em que estudantes realizaram a Campanha dos 50%, mobilização essa que foi importante para a consolidação das organizações estudantis nacionais. A segunda data é o ano em que ocorreu o congresso de fundação da UNE³. Ambas as datas coincidem com um período de profundas mudanças sociais, políticas e culturais no Brasil, em especial pelo acontecimento da “Revolução de 1930” e pelo crescimento da participação popular e dos debates políticos realizados sob uma atmosfera de repressão ideológica. Quanto às organizações estudantis, como se demonstra aqui, surgiram diversas mobilizações de juventudes organizadas, assim como entidades representativas de estudantes.

O foco da presente pesquisa é estudar os projetos voltados à juventude que tenham sido discutidos ou implementados, nesse período, por correntes políticas brasileiras, principalmente quando as mesmas se organizaram tendo o estudante como ator para cooptação e mobilização de suas organizações políticas. Prioridade é dada aqui à Federação da Juventude Comunista do Brasil (FJCB), tendo em vista o importante papel que ela desempenhou na Campanha dos 50% e na fundação da UNE. Entretanto, a participação da Juventude Católica também é discutida, da mesma forma que se destacam algumas entidades estudantis que tiveram uma concepção acerca da forma de estruturar o movimento estudantil em nível nacional àquela época, como é o caso da Casa do Estudante do Brasil (CEB).

Considera-se importante ressaltar a discussão sobre o conceito do termo juventude para não se incorrer em anacronismo. Trata-se, aqui, de jovens, apesar de a presente análise decair sobre um período durante o qual o conceito do termo juventude ainda não se apresenta completamente formado. Esse fenômeno só toma os moldes

³Utilizaremos para esse trabalho o ano de 1938 como o ano de fundação da UNE, como foi evidenciada em MULLER, Angélica. *Entre o Estado e a Sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação da UNE*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005. Embora o site da UNE e o jornalista Arthur Poerner citem o ano de 1937 como o ano de sua fundação. www.une.org.br acessado em 20/09/2015..

atuais após a Segunda Guerra Mundial. Na década de 1930, a ideia de uma transição entre a infância e a idade adulta ainda é recente e, quando reconhecida, é tratada por “mocidade”. No presente estudo, não se alonga nesse debate, pois o conceito central tratado nele é aquele que se refere ao termo “estudante”, conceito teoricamente mais claro. Entretanto, se apóia na análise de Antonio Groppo⁴, que segue o conceito de alguns sociólogos contemporâneos que trabalham com o termo juventude como uma categoria social e o definem como uma representação sócio-cultural e como uma situação social, ou seja: a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos.

O termo juventude é comumente relacionado às propostas renovadoras de fazer política, na tentativa de atualizar a atividade ou adaptá-la a novas condições de uma determinada sociedade. É nesse sentido que, no período aqui analisado, a influência sobre a juventude foi disputada por diversos agrupamentos políticos, ainda que cada organização compreendesse o jovem com objetivos e funções distintas. Isso ampliou o grau de politização de alguns setores da juventude, especialmente da categoria dos estudantes, que, aos poucos, passaram a ser influenciados por essas mesmas organizações políticas.

A historiografia brasileira refere-se, tradicionalmente, à fundação da UNE como uma etapa superior na história do movimento estudantil. A principal referência dessa teoria figura o jornalista Arthur Poerner, que escreveu o livro *O Poder Jovem*, publicado no ano de 1968, em meio ao impacto de inúmeras agitações estudantis. Segundo ele, “O movimento estudantil existe só a partir da União Nacional dos Estudantes, mas existe a participação política dos estudantes, antes de ser movimento, apesar de esporádica e regional, desde o Brasil - Colônia”.⁵

Dessa forma, Poerner percebe os estudantes do período anterior à fundação da UNE como meros participantes da vida nacional. Isso, por não possuírem, segundo ele, o que se chama de nível de organização que os interligasse. Nessa interpretação, a

⁴GROPPO, Luis Antonio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000. p. 07-55.

⁵POERNER, Arthur. In: *Memória do Movimento Estudantil*. Rio de Janeiro. Editora do Museu da República, 2005. p. 18.

fundação da UNE é o marco de um novo momento, durante o qual os estudantes se estruturam politicamente, inauguram o movimento estudantil e passam a ter voz na realidade brasileira.

Em um trabalho posterior, intitulado *Movimento Estudantil no Brasil*, de Antônio Mendes Junior, a ideia de divisão, baseada no nível organizativo de Poerner, foi aprimorada. Nesse livro, o autor define o que chama de as *fases do movimento estudantil*, definição essa que se justifica no seguinte pensamento: “é claro que a participação política estudantil na vida brasileira não se dá de forma contínua ou crescente, mas sim obedece a fases de fluxo e refluxo”.⁶

Mendes propõe quatro etapas. A primeira é denominada *fase de atuação individual*, que, cronologicamente, teria ocorrido entre o fim do período colonial e os primeiros anos do Império e não teria caráter de movimento. A segunda, ou a *fase de atuação coletiva*, termina, segundo o autor, no início do Estado Novo, quando surgem algumas organizações estudantis de atuação esporádica em momentos decisivos para o país. A terceira, intitulada *fase de atuação organizada*, compreende o período logo após a fundação da UNE até 1968. Por último, o autor menciona a chamada *fase de atuação clandestina*, que se destaca como um período de enrijecimento da ditadura militar, após o Ato Institucional número 5 (AI-5).

Essas categorias têm sido usadas como referência para quem estuda o movimento estudantil, o que se pode perceber no livro da cientista social Maria Cristina Hayashi e da historiadora Mariângela Vicino. Segundo elas, “No Brasil, não é possível falar de Movimento Estudantil antes da fundação da UNE”.⁷ Ambas as autoras são exemplo dos diversos estudiosos que descrevem o surgimento do movimento estudantil, de fato, somente após a fundação da UNE. O presente estudo localiza-se, portanto, temporalmente no momento chave dessa trajetória. Ele pesquisa exatamente as condições objetivas e subjetivas que permitiram o salto qualitativo apontado tanto por Mendes quanto por Poerner.

⁶MENDES JR., Antônio. *Movimento Estudantil no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982. p.10.

⁷HAYASHI, M. C. P. I.; VICINO, M. L.. *Movimento estudantil: história e memória do Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira (CAASO)*. 1. ed. São Carlos - SP: EdUFSCar, 2007. p.42.

Felizmente, houve, nos últimos anos, um crescente aumento do interesse acadêmico sobre a juventude e o movimento estudantil do período que se discorre aqui. Entretanto, eles se concentram, principalmente, nos projetos estatais voltados para tais segmentos. Há um tópico, contudo, no qual as lacunas historiográficas são mais acentuadas, ou seja: a caracterização da participação das diversas forças políticas no caminho trilhado para a fundação e consolidação de uma organização estudantil nacional.

Para interpretar as mudanças ocorridas na relação entre o Estado e os incipientes organismos de representação social, em especial o movimento estudantil, debate aqui, especialmente, em três pesquisas recentes. Inicia-se com o estudo do historiador Marcio Santos Santana *Projetos para as novas gerações: Juventudes e relações de força na política brasileira (1924-1945)*.⁸ Sua pesquisa de doutorado destaca a mudança de tratamento dado à questão social e observa a juventude como uma força social renovadora no cenário pós 1930. Embora esse autor analise as Juventudes Comunista, Católica e Integralista, ele conclui que na disputa pelo controle das massas juvenis o projeto orquestrado pelo Estado teria tido mais êxito.

“O corporativismo foi o sistema adotado para controlar a sociedade. A rede escolar, a União Nacional dos Estudantes e a Juventude Brasileira, compõem o quadro institucional usado para executar o ímpeto controlador do Estado sobre a juventude, de maneira que, segundo a explicação oficial, as novas gerações fossem formadas com base em sólidos valores morais e sociais.”⁹

Considera-se importante ressaltar que não se compartilha, no presente estudo, da compreensão de Santana, que aponta a UNE como parte do quadro institucional e na qual pesa o saber do projeto ou das intenções do governo de que essa entidade cumpra um papel específico no projeto disciplinador.

O projeto disciplinador em questão é, inclusive, tópico central do segundo livro

⁸SANTANA Márcio Santos de. *Projetos para Nova Gerações: juventudes e relações de força na política brasileira (1924-1945)*. Tese (doutorado). USP. São Paulo, 2009.

⁹SANTANA Márcio Santos de. *Projetos para Nova Gerações: juventudes e relações de força na política brasileira (1924-1945)*. Tese (doutorado). USP. São Paulo, 2009.

que serve, aqui, como suporte teórico dessa temática. O historiador Maurício Parada, no livro *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*,¹⁰ propõe um estudo sobre os valores da cultura cívica durante o período do Estado Novo. O foco desse estudo projeta-se sobre as cerimônias responsáveis por elaborar um modelo de organização da sociedade brasileira, que deveria ser pautada na ordem, na obediência à autoridade e na aceitação. Essas cerimônias também preparavam o terreno ideológico para uma sociedade militarizada na tentativa de criar coesão social.

Dentro do calendário cívico, Parada destaca o papel da juventude como personagem central do projeto de unidade nacional. Percebida pelo Estado como recurso político importante, pacificar a juventude poderia ser a garantia de extensão da ordem para outras gerações. O autor coloca que, para isso, novas disciplinas passaram a integrar o currículo em todas as escolas primárias, normais e secundárias do país. Essas disciplinas tinham um conteúdo nacionalista e cívico, inclusive aquela denominada educação física. Além disso, criaram-se movimentos voltados para os jovens, alguns com o objetivo de inserção política, outros de aprendizado para normas públicas.

Do ponto de vista do presente estudo, o calendário cívico de Vargas cumpria um papel na tentativa de pacificação e hegemonização da sociedade após os grandes enfrentamentos sociais ocorridos no início da década de 1930, mas também era uma resposta aos movimentos que se intensificaram após a ascensão de Getúlio. A esses inclui-se os movimentos juvenis organizados com a explosão das mobilizações da Campanha dos 50%, ocorridas em 1935.

O terceiro estudo com o qual a presente pesquisa dialoga é a dissertação da historiadora Angélica Muller intitulada *Entre o Estado e sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação e atuação da UNE durante o Estado Novo*. Nela, a autora analisa as relações entre o governo e a juventude, passando pela fundação da UNE, em 1938, numa disputa que buscava tutelar, educar e civilizar um setor da sociedade, o qual seria responsável por construir a nação brasileira. Dessa pesquisa, destaca-se a afirmação de Muller que serve como um dos pontos de partida para o estudo aqui proposto:

¹⁰PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação – Cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio Apicuri, 2009.

“Pode-se afirmar [...] que a entidade nasceu autônoma. Sabendo que o ‘nascimento’ da UNE ocorreu no mesmo ano em que foi decretada a criação da Organização Nacional da Juventude, pode-se inferir que a entidade estudantil nasceu como um contraponto à tentativa de implantação de uma política oficial de juventude. Paralelamente, a UNE buscou apoio e reconhecimento estatal. Em um Estado que exercia forte papel perante a sociedade civil, as organizações que não partissem dele mesmo precisavam, pelo menos, de sua chancela”.¹¹

Nesse sentido e por meio da presente pesquisa, interessa-se em compreender, especialmente, como se deu a construção da UNE como *contraponto* ao projeto estatal, assim como em distinguir quem foram os atores fundamentais desse processo. Principalmente, busca-se as suas matrizes ideológicas e as ações políticas realizadas para a formação da UNE.

Como foi dito anteriormente nessa dissertação, o período aqui estudado testemunhou o surgimento de vários movimentos ideológicos no Brasil. Isso faz com que também se debata, aqui, acerca do conceito de *ideologia* sob o reconhecimento de que não há consenso sobre o mesmo. Seu conceito é uma teia complexa, de modo que as ideias e representações sobre a *realidade* são alvos de constantes discussões. Ao longo da história, apareceram diferentes interpretações sobre o papel e a eficácia dos ideários nas práticas sociais, principalmente acerca de sua atuação nas representações políticas. A principal questão tem sido compreender como as ideias e representações interpretam e atuam em um determinado contexto histórico e social.

No século XIX, Karl Marx e Friedrich Engels, elaboraram em *A ideologia alemã*¹² reflexões importantes sobre a origem e o papel das ideias numa determinada formação social e histórica. Nesse trabalho, eles forneceram menções importantes para a compreensão e a formulação do conceito de ideologia. A hipótese desses autores trata da vinculação entre o campo de produção de ideias e o campo de relações sociais e

¹¹MULLER, Angélica. *Entre o Estado e a Sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação da UNE*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

¹²MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 3ªed. São Paulo. Martins Fontes, 2007.

históricas. O estudo de Marx e Engels mostra que existe um vínculo estreito entre conceito e realidade e que a produção de conceitos depende das condições históricas reais. Nos diferentes períodos históricos, de acordo com os diferentes estágios de desenvolvimento das relações sociais e de produção, surgem ideias e conceitos específicos para explicar o todo social.

Essa obra também explicita que a sociedade é composta por uma estrutura, base econômica sobre a qual se ergue uma superestrutura, ou *lócus*, onde se manifesta as representações da vida econômica e social. A ideologia localiza-se, nesse contexto, na superestrutura por abrigar as formas de consciência social. As interpretações jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas são, desse modo, formas ideológicas por meio das quais os homens tomam consciência dos conflitos e lutam para resolvê-los. As interpretações ideológicas se relacionam entre si e podem provocar alterações na estrutura. Nesse sentido, a ideologia é um modo de interpretar a realidade, ao mesmo tempo que tem participação ativa e efetiva na formação social em que está inserida, sendo eficaz para o reconhecimento de um determinado grupo.

Uma ideologia não pode ser vista simplesmente como um conjunto de ideias, normas e valores, porque, na verdade, as ideologias expressam concepções de mundo de diferentes grupos sociais. É através delas que esses grupos percebem na realidade social e histórica. Por isso, destaca-se, aqui, a relevância desse conceito para a compreensão das motivações dos diferentes grupos políticos que possuíam discursos e práticas distintas, os quais disputaram entre si pela atenção dos estudantes, assim como por suas entidades representativas.

Segundo Michel Lowy, tanto as ideologias quanto as utopias podem ser chamadas de visões sociais de mundo. Segundo esse autor, existem visões sociais de mundo utópicas e visões sociais de mundo ideológicas. As visões ideológicas seriam assim denominadas quando visassem à manutenção da ordem estabelecida e as visões utópicas quando visassem uma ruptura com essa ordem.

No decorrer do período histórico aqui estudado, diversos projetos ideológicos, sendo eles verdadeiras visões sociais de mundo,¹³ disputaram as mentes dos brasileiros. Organizados em diferentes grupos, esses projetos se enfrentaram não somente no campo das ideias, mas nas ruas das principais cidades. Nesse sentido, acredita-se que, para iniciar a discussão proposta no presente trabalho, é necessária uma breve análise do contexto histórico do período posto aqui em questão, especialmente no que concerne aos diversos projetos educacionais propostos àquela época. Ainda, analisam-se os antecedentes do movimento estudantil organizado, de modo a focar na atuação dos comunistas nos destinos desse movimento.

Outro conceito disposto nessa dissertação refere-se ao termo *associação política*. Segundo observações do historiador Jean-Pierre Rioux,¹⁴ variadas são as motivações que proporcionam o surgimento das instituições associativas, dependendo, inclusive, do nível de complexidade da vida social. O associativismo intervém em situações que normalmente contrariam os anseios de determinada camada social. As necessidades coletivas passaram a ser motivo de união de interesses em comum, de modo a tornarem-se um meio eficaz para a mudança de um quadro que se configura como um “vazio de poder ou [a falta de] um controle social”¹⁵ por parte dos governantes.

Sintetizando as formas como a vida associativa tem sido tratada pela historiografia política, Rioux aponta a importância desses grupos, não propriamente partidários, para o entendimento das disputas pelo poder no interior da sociedade. Esse autor as caracteriza como:

organizações que têm uma direção e que são visíveis [...], que não concorrem para a expressão do sufrágio e para o exercício direto do poder, mas que, em nome dos interesses que invocam na proporção da pressão que exercem sobre a opinião e os poderes públicos, não

¹³LOWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2008.

¹⁴RIOUX, Jean-Pierre. *A Associação em política*. IN. RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

¹⁵RIOUX, Jean-Pierre. *A Associação em política*. IN. RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

apenas tem acesso ao político, mas contribuem para estruturar o que os cientistas políticos chamam de um ‘sistema’ político.¹⁶

A observação do fenômeno associativo deve considerar que ele se baseia num determinado acerto entre os participantes. Embora as organizações estudadas nessa pesquisa se diferenciem umas das outras no que diz respeito ao grau e à finalidade da organização, pode-se dizer que elas partem de um acordo de estabelecimento de normas, algumas públicas e outras subjetivas, que dão sentido e coerência à ação coletiva. Jacob Goreder dialoga nesse sentido e afirma que existe uma “ilusão de um interesse comum sobreposto às contradições”.¹⁷ Nesse caso, pode-se pensar, no contexto da presente pesquisa, que tal interesse comum é representado, inicialmente, pela luta pela redução das tarifas de transportes coletivos, mas que, diante da evidente contradição com os interesses de poderosos, inclusive de companhias internacionais, ficou claro, ao menos para os membros da Comissão Organizadora da Campanha dos 50%, que a associação política dos estudantes em torno de uma organização nacional era uma condição *sinequa non* para futuras conquistas coletivas.

Considera-se, aqui, importante ressaltar que a associação dos indivíduos, uma vez formalizada, pode direcionar-se para atividades e finalidades tangenciais ou mesmo muito distintas daquelas para as quais inicialmente se destinavam. Dessa forma, a percepção da ação dessas entidades não deve se prender apenas ao propósito manifestado, posto que o mesmo nem sempre corresponde a sua real interferência na comunidade.

Observa-se no presente estudo a prática associativa gerida pelos agentes sociais no interior da Juventude Comunista e, em menor medida e como contraponto à FJCB, gerida pela Juventude Católica. Dessa forma, percebem-se as associações como um espaço de sociabilidade onde se articularam representações e práticas sociais utilizadas pela juventude para interpretar a política e interferir na realidade

¹⁶RIOUX, Jean-Pierre. *A Associação em política*. IN. RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.p.103.

¹⁷MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 3ªed. São Paulo. Martins Fontes. 2007.p.31.

social. Através dessas entidades, os grupos sociais se organizaram para se fazer ouvir, não somente pelos demais setores da sociedade, mas também pelas estruturas de poder existentes. Isso, na tentativa de modificar os rumos políticos do país. Essas novas organizações associativas diferem umas das outras pelas formas com as quais elas se organizam, assim como por meio de suas retóricas e práticas sociais.

Para realizar o presente trabalho, lança-se mão de diversas fontes documentais. As primeiras delas são aquelas produzidas pelo Estado através do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Hoje, esses documentos estão sob a guarda de grandes Arquivos Públicos. Para esse trabalho utiliza-se, portanto e de acordo com o recorte espacial aqui proposto, de documentos tanto do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) quanto do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Esses acervos são compostos pelos seguintes conjuntos: Ordem Social, Ordem Política, Dossiês, e documentos referentes às organizações que são os objetos de pesquisa centrais do presente estudo.

Após passar por documentos produzidos pelo Estado, fez-se necessário questionar as organizações juvenis, atuantes entre as décadas de 1920 a 1940, através de documentos que estão dispostos na APERJ, na APESP e no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). O CEDEM se constitui como um centro aglutinador de acervos documentais, acumulados por pessoas, organizações, partidos políticos e demais entidades. Utilizou-se, também, para o atual trabalho os microfimes da Internacional Comunista (IC) referentes à FJCB de propriedade do Instituto Astrogildo Pereira (IAP), sob a guarda do CEDEM.

Fontes orais também têm relevância documental na presente dissertação. Isso, por ter trabalhado com algumas entrevistas realizadas pelo Projeto Memória do Movimento Estudantil (PMME),¹⁸ de modo que alguns depoimentos caracterizam-se por uma importância fundamental. Em busca de versões sobre o assunto aqui estudado que ainda não foram exploradas, recorreu-se, principalmente, às de Irun Sant'Anna, personagem que viveu e relatou o período estudado nessa pesquisa, fornecendo

¹⁸O Projeto Memória do Movimento Estudantil permite em seu site o acesso a depoimentos e um guia de fontes bem aprofundado sobre o tema. www.mme.org.br

subsídios para a formulação de profundas análises dos fatos contidos nos documentos pesquisados. Para isso, foi necessário tratá-las e questioná-las a partir do ferramental historiográfico, como se fez frente a qualquer outro tipo de documento aqui considerado.

Além dessa documentação, fez-se necessário pesquisar em jornais publicados naquela época, tanto os da imprensa de circulação nacional como os da imprensa alternativa ligados às organizações aqui estudadas. Para isso, recorreu-se à Hemeroteca Digital Brasileira, pertencente à Fundação Biblioteca Nacional, um portal de periódicos com consulta livre pela internet. Estudou-se, ainda, fascículos da Revista Católica *A Ordem*, que, desde 1921, funciona como porta voz das expressões leigas da reação católica contra os ideais socialistas e liberais que se acentuaram no período posterior à Primeira Guerra Mundial. A partir de 1930, essa revista criou a Seção Universitária com a finalidade de reproduzir artigos escritos por jovens universitários católicos e, também, notícias das atividades da Ação Universitária Católica (AUC).

O diário oficioso da Aliança Nacional Libertadora (ANL), com sede no Rio de Janeiro, *A Manhã*, editado pelo militante comunista Pedro Motta Lima, que teve sua circulação iniciada em abril de 1935 e suas atividades encerradas em novembro do mesmo ano, também é fonte de pesquisa do presente trabalho. Esse periódico concentrou a maior parte das notícias publicadas sobre a Campanha dos 50%. Nele, foram impressas convocatórias de passeatas, anúncios de reuniões e suas deliberações. Ou seja, a Campanha dos 50% foi objeto de diversas reportagens de capa e editoriais nesse diário, além de ter pautado a coluna “Explicando ao Povo”, na qual o editor, através de uma linguagem popular, defendia a justiça da causa dos estudantes.

Pesquisou-se, também, o jornal *A Classe Operária*, periódico do Partido Comunista Brasileiro (PCB), criado em 1925, que cumpriu o papel de difundir as ideias do partido para a grande massa. Nele era mantido, sem muita regularidade, uma coluna chamada Juventude, que expressava as opiniões e ações dos jovens comunistas. Tais arquivos estão depositados no Centro de Documentação e Memória (CDM) da Fundação Mauricio Grabois. Esse Centro mantém coleções de periódicos ligados ao Partido Comunista, além de documentos produzidos pelos comitês partidários, como vídeos, depoimentos, fotos e cartazes.

Entre os jornais de grande circulação nacional que noticiavam a Campanha dos 50% e as atividades do movimento estudantil, inclusive a fundação da UNE, utilizou-se, principalmente, o *Correio da Manhã*, a *Folha da Manhã* e sua versão vespertina chamada a *Folha da Noite*, assim como o jornal *O Globo*. Julga-se importante ressaltar que foi necessário realizar a análise desses materiais levando-se em consideração as motivações que os agentes sociais tinham ao elaborá-los. Refere-se, aqui, a uma compreensão da documentação como *monumento*, isso é, “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”.¹⁹ Nesse sentido, acredita-se que uma atenção especial deve ser dada à natureza peculiar de cada documento, identificando o contexto sócio-econômico, político e cultural em função do qual se colocam, pois é através dos “métodos, que se delineiam uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”.²⁰

Nesses diferentes jornais percebe-se tanto uma visão que reproduzia o ponto de vista da polícia política²¹ de que as passeatas dos estudantes serviam somente para gerar a desordem, como outras que responsabilizavam a polícia pelos enfrentamentos. O cotejamento entre essas matérias, os documentos produzidos pelas organizações políticas e os depoimentos de ex-militantes, além de revelar as diferenças entre essas perspectivas, provoca um contraste que, acredita-se, ser rico para a história e ter ampliado os horizontes da presente pesquisa.

A dissertação aqui desenvolvida está estruturada em três capítulos. O primeiro leva o nome de “Atores da construção do movimento estudantil”. Nele apresenta-se, primeiramente, a conjuntura política do Brasil quando da Revolução de 1930. Em segundo lugar, faz-se um panorama das propostas de modelos educacionais mais importantes apresentadas naquele período, passando pelas Reformas Educacionais Regionais até a criação do Ministério da Educação. Em terceiro, destaca-se aqueles atores importantes para a construção do movimento estudantil, de modo a traçar a

²⁰LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1996. p.545.

²¹CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.67.

²¹Termo designado para representar a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPPS), criada em 1933 com o objetivo de entrever e coibir comportamentos políticos divergentes, considerados capazes de comprometer "a ordem e a segurança pública". Era diretamente subordinada à Chefia de Polícia do Distrito Federal e possuía uma tropa de elite, a Polícia Especial. Constavam de suas atribuições examinar publicações nacionais e estrangeiras e manter dossiês de todas as organizações políticas e indivíduos considerados suspeitos. CPDOC, <cpdoc.fgv.br> Acesso em 27/10/2015

trajetória das principais instituições políticas que irão disputar e organizar o movimento estudantil, ou seja: o Partido Comunista do Brasil (PCB) e seu braço na juventude, a Federação da Juventude Comunista do Brasil (FJCB); o Centro Dom Vital e seu braço na juventude, a Juventude Católica; e, por último, A Casa do Estudante do Brasil, com destaque para o processo em que a influência entre os estudantes virou alvo de acirrada disputa dentro do cenário político brasileiro.

O segundo capítulo, intitulado “1935, o ano fundamental”, é central para toda a pesquisa aqui desenvolvida. Nele analisa-se a formação e as principais características do movimento juvenil brasileiro e sua disputa dentro do movimento estudantil, partindo da sua fase embrionária, dando destaque para as primeiras tentativas de se constituir uma organização nacional. E, principalmente, analisa-se as manifestações estudantis que se tornaram mais frequentes, entre os meses de agosto e novembro, tendo como pauta a diminuição das tarifas de transporte público e a defesa do desconto de 50% para os estudantes em eventos culturais e esportivos, assim como na aquisição de material didático escolar. Esse movimento ficou conhecido, como já exposto anteriormente, como Campanha dos 50%.

É de interesse central da presente pesquisa perceber as mudanças de paradigma no funcionamento das organizações estudantis, ocorridas no seio da campanha, a partir da convivência entre diversas opiniões ideológicas, principalmente dentro da Comissão Organizadora que se formou para dirigir o a Campanha dos 50% em âmbito nacional. Essa Comissão, sob o ponto de vista da presente interpretação, compreende papel fundamental na história dos estudantes, por ser o primeiro órgão de representação dessa categoria social com legitimidade nacional.

Já o terceiro e último capítulo, intitulado “A disputa pela organização da UNE”, além de descrever o processo de constituição dessa entidade, com o relato do 1º Conselho Nacional de Estudantes de 1937 e do 2º Congresso Nacional de Estudantes de 1938, mostra a reação da Juventude Comunista diante da Campanha dos 50% e como eles dialogaram com o movimento estudantil que liderava esse movimento e a suas tentativas de êxito numa organização estudantil nacional com formação da União Democrática Estudantil. Portanto, pretende-se demonstrar como os comunistas se esforçaram para dirigir as entidades estudantis, os quais perceberam nas atividades da

Campanha dos 50% o surgimento de uma bandeira que poderia impulsionar uma grande movimentação dos estudantes.

O objetivo desse último capítulo é apontar os tipos de contatos que existiram entre os jovens estudantes comunistas e os demais atores presentes no movimento estudantil. Especial atenção é dedicada à busca pelo ponto de convergência que permitiu, em pleno Estado Novo, que se realizasse a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE) com a participação das mais variadas forças políticas e o entendimento da importância da Campanha dos 50% para esse acontecimento.

CAPÍTULO I: ATORES DA CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

1.1 Revolução de 1930

O processo de sucessão presidencial, de 1929, ocorreu com a percepção das oligarquias de São Paulo de que a superioridade populacional e econômica desse estado seria suficiente para dispensar o então delicado jogo de equilíbrio existente, de modo que o compromisso estabelecido entre as oligarquias mineiras e paulistas, relativo à alternância de representantes no Catete, foi interrompido. A partir dessa impressão é que o paulista de Macaé Washington Luís indicou como candidato oficial o paulista Júlio Prestes. O resultado foi a radicalização das divergências políticas, que dividiu as classes dominantes brasileiras entre as que apoiavam Júlio Prestes e as dissidências oligárquicas que formavam a Aliança Liberal de Getúlio Vargas, principalmente aquelas originárias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Sua plataforma estava voltada para conquistar a simpatia da classe média e dos setores operários, sendo que seu programa propunha reformas políticas e medidas de proteção ao trabalho.

A acirrada disputa eleitoral daquela época foi agravada por uma profunda crise econômica. No final do ano 1929, já havia centenas de fábricas falidas no Rio de Janeiro e em São Paulo, assim como mais de um milhão de desempregados em todo o país. A crise também atingiu as atividades agrícolas, especialmente a atividade cafeeicultora paulista, o que gerou uma violenta queda do valor comercial desse produto e inviabilizou o programa de estabilização de preços do governo. A eleição presidencial se realizou exatamente em março de 1930, com a vitória de Júlio Prestes, o qual recebeu cerca de um milhão de votos contra 737 mil dedicados à Getúlio Vargas. Nesse época, já estava em marcha um movimento conspiratório, com forte participação dos tenentes, sob a pretensão de depor Washington Luís e impor um governo provisório comandado pelo candidato derrotado.

A chegada de Vargas ao poder deu início a uma nova fase da história política brasileira. O significado da Revolução de 1930 tem sido objeto de pesquisa de inúmeros

estudiosos, os quais apresentam entre si diferentes interpretações. Para uns, em 1930 teria ocorrido uma revolução liderada por setores urbano-industriais. Para outros, o movimento foi conduzido pelos interesses da classe média, através da ação de tenentes. Há os que afirmam que o que ocorreu foi um golpe militar que pretendeu deter o avanço das camadas populares. E há os que enfatizam a ação dos grupos oligárquicos dissidentes. Mais recentemente, considerou-se que o movimento não foi resultado da ação de nenhuma classe ou grupo social em particular, mas que combinou diferentes interesses de atores políticos insatisfeitos com a situação vigente.

Apesar da unidade de interesses a fim de empossar Getúlio Vargas, o governo daquela época não se caracterizava por ser um “bloco homogêneo” com um projeto definido, como esclarece a historiadora Maria Helena Capelato:

foram os anos de indefinição, quando inúmeros projetos e propostas estavam sendo postos em pauta e quando, também, a sociedade se mobilizou intensamente em torno deles. O campo de possibilidades, nessa ocasião, era imenso e o governo se movia em terreno movediço.²²

No mesmo sentido, a historiadora Marly Vianna afirma que:

A eclosão da Revolução de 1930 ampliou o espaço de participação política, fazendo com que os mais diversos setores da população elaborassem seus programas, se organizassem politicamente, buscassem alianças e, principalmente, disputassem a liderança em ações de rua.²³

É nesse cenário que Vargas dá início ao processo de centralização de poder, eliminando os órgãos legislativos estaduais, municipais e federais e designando representantes do governo para assumir o controle dos estados. Tudo isso com a

²²CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* IN. Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª Ed. 2011. v. 2.p.109. p. 112.

²³VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935*. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª Ed. 2011. v. 2. p. 69.

finalidade de diluir a ação dos antigos coronéis e suas influências políticas regionais. Nessa reorganização dos poderes, Vargas não abriu mão de manter proximidade com os tenentes, de modo a, inclusive, nomeá-los a cargos públicos, os quais deram estabilidade para o projeto que começava a ser implementado.

Por outro lado, o governo federal provisório se propunha a reorganizar a sociedade brasileira. Das muitas transformações dessa fase, interessa-se, aqui, em destacar o direito social brasileiro que, anteriormente, só abrangia alguns poucos aspectos da questão trabalhista e, menos ainda, da questão previdenciária. Ao longo do governo de Vargas, essa se tornou uma legislação social completa e um dos símbolos do seu período, ainda que esse fenômeno tenha suas raízes nas lutas dos trabalhadores do período anterior.

As ações centralizadoras de Getúlio criaram um clima de tensão entre as velhas oligarquias e os militares interventores. Para as elites paulistas, já contrariadas com a ascensão do líder gaúcho, essa tensão se tornou insustentável e, em 1932, o povo paulistano foi convocado a lutar contra o governo federal sob o apelo de uma autonomia política e sob um discurso de conteúdo regionalista, como Pandolfi esclarece:

São Paulo se sentia o grande perdedor da Revolução de 30. Insatisfeitos com a política centralizadora de Vargas e com a lentidão das medidas que restaurariam o Estado de direito, os paulistas, em armas exigiam o fim imediato do regime ditatorial e maior autonomia para São Paulo.²⁴

O levante que eclodiu na capital paulista contou com a participação de vários remanescentes do movimento de 1930, assim como com o apoio de diversos segmentos das camadas médias paulistas. Porém, em poucos meses de conflito, o movimento acabou fracassado.

Outro fato importante para a política brasileira, também ocorrido em 1932, foi o surgimento da Ação Integralista Brasileira (AIB), comandada por Plínio Salgado.

²⁴PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos de 1930: as incertezas do regime*. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª Ed. 2011. v. 2. p. 25.

Rapidamente, a AIB se transformou em um grande partido, difundindo seu ideário por todo o território nacional. O surgimento desse movimento aconteceu no bojo da ascensão dos partidos fascistas na Europa influenciando alterações ideológicas que, desde a década de 1920, radicalizaram mais o cenário político brasileiro. Nesse contexto, a Revolução de 1930 abriu campo fértil para o desenvolvimento desse grupo. Ainda no final da década de 1920, Salgado já possuía duas características que iriam lhe acompanhar no movimento de fundação da AIB:

o primeiro é o desejo de elaborar um pensamento novo, adaptado à nossa realidade; e o segundo, a existência de uma predisposição para o engajamento, embora a solução fascista não se lhe afigure ainda como a melhor opção.²⁵

Os paulistas foram derrotados na guerra civil, mas a pacificação política só se deu com a convocação feita pelo Governo Provisório da Assembleia Nacional Constituinte, em 15 de novembro de 1933. O governo e grupos políticos de variadas opiniões e origens disputaram a elaboração dessa Constituição.

A maior influência, evidentemente, vinha das articulações do próprio governo que almejava enraizar um conjunto de mudanças na política, na economia e nas áreas sociais, as quais já vinham sendo implementadas desde a chegada de Vargas ao poder. Essas posições também foram defendidas, em geral, pelas lideranças tenentistas eleitas para a Constituinte. Outro ator importante nessa empreitada foi a Igreja Católica, que atuou, ideologicamente, através do Centro Dom Vital, e, politicamente, através da Liga Eleitoral Católica (LEC).

Para as lideranças católicas pareceu que aquele era um momento oportuno para intervir com seu projeto, principalmente através de políticas públicas educacionais, setor em que quase todas as suas propostas foram aprovadas. Por fim, outros pólos importantes de articulação foram os grupos políticos locais, que defendiam diversos interesses, mas que se unificavam na defesa de que a nova Constituição deveria assegurar aos estados um papel de maior destaque.

²⁵TRINDADE, Helgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. São Paulo: Difel, 1979. p. 53.

Ao fim, a Carta Constitucional foi promulgada, em julho de 1934. Nela, foram adotadas medidas como a manutenção do voto secreto, assim como do voto feminino, por meio da qual também criou-se bases para a legislação trabalhista e ampliou-se os poderes do executivo. Essa Assembleia Nacional Constituinte também teve a tarefa de escolher o presidente da República, mantendo Vargas no poder. Com o encerramento de sua função, a Assembleia Nacional Constituinte transformou-se em Câmara dos Deputados e exerceu, cumulativamente, as atividades do Senado Federal, até as eleições gerais de novembro de 1934, com a posse dos novos deputados na Câmara e dos representantes dos Estados da Federação no Senado Federal, a partir de abril de 1935.

Ao fim, Carta também reforçou o apoio que Vargas recebeu dos militares e deu as garantias legais para a implementação de seu plano de governo.

1.1.1 Um novo modelo pedagógico para a nação

No Brasil do começo do século XX, o ensino era espaço de poucos e sua lenta ampliação dependeu dos interesses políticos em disputa entre os diferentes setores das oligarquias brasileira, as quais mantiveram hegemonia de poder sobre a educação. O país passava por profundas transformações frente a recente transição do trabalho escravo para o livre, às imigrações, ao início da industrialização, assim como à organização da República. Nesse contexto, a questão educacional possuía muitos defensores que a viam como ferramenta para amalgamar a nação e contribuir com a modernização desejada para o país.

Ao longo dos anos, muitas foram as tentativas de modificar a situação do ensino no país. Já em 1907 e 1908, por exemplo, um projeto de reforma educacional para todos os níveis foi apresentado no Senado Federal, o qual acabou engavetado. Trata-se do Plano Integral de Ensino, conhecido como Projeto Tavares Lyra, que almejava reformar o ensino secundário e superior, ao mesmo tempo que buscava promover a expansão do ensino primário.

Mais à frente, na década de 1920, essa área viveu, de fato, um período de volumosas iniciativas, sendo elas, em grande parte, regionais. Como não existia ainda um sistema de educação pública organizado nacionalmente, como ocorre hoje, ou seja, a rede de ensino controlada pelo Ministério da Educação, abria-se um grande espaço para propostas em prol da mesma.

Várias reformas foram realizadas no Brasil nessa década, como aquela executada por Sampaio Dória, em São Paulo e no ano de 1920, ou aquela investida por Lourenço Filho no Ceará, durante os anos de 1922 e 1923. Também, em 1924, Anísio Teixeira levou para a Bahia a experiência que acumulou em cursos de ensino nos Estados Unidos, onde foi aluno de John Dewey.²⁶ Ainda, no período de 1925 a 1928, ocorreu a reforma educacional do Rio Grande do Norte, idealizada por José Augusto Bezerra de Menezes, quase concomitantemente a do Paraná, realizada por Lisímaco Costa, de 1927 a 1928, assim como a de Minas Gerais, promovida por Francisco Campos.

Finalmente, os anos de 1927 a 1930 foram marcados pela reforma mais importante de todas, ocorrida no Distrito Federal, então capital da República, e liderada por Fernando de Azevedo. Essa reforma promoveu uma ampla mudança educacional na capital da República. Ela foi um marco de modernização do ensino no Brasil. A proposta era de extensão do ensino a todas as crianças em idade escolar, articulação de todos os níveis e modalidades de ensino – primário, técnico profissional e normal – e a adaptação da escola ao seu meio, ou seja, urbano e rural. Já em 1932, Fernando de Azevedo foi escolhido como redator do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.

Nesse período, muitas correntes de pensamento surgiram no cenário nacional sob a tentativa de influenciar o processo de reforma educacional. Havia um verdadeiro espectro político disputando os rumos do ensino no Brasil, com finalidades e objetivos diferentes, como relatado em *Tempos de Capanema*: “Havia defensores da escola pública e os guardiões da iniciativa privada; os que punham toda a ênfase na formação

²⁶Foi o grande idealizador do movimento da Escola Nova norte-americano e inspirou o movimento no Brasil.

das elites e os que davam prioridade a educação popular”.²⁷ Nas reformas educacionais estavam envolvidos alguns dos mais importantes personagens da política nacional.

Um dos movimentos mais significativos que se criou nessa época ficou conhecido como Escola Nova. Grandes temas e figuras associam-se a esse movimento. A defesa de uma escola pública, universal e gratuita tornou-se sua bandeira. Segundo esse movimento, a educação deveria ser universal e todos deveriam receber o mesmo tipo de ensino. Pretendia-se, com ele, criar oportunidades iguais para todos. Seria a partir dessas oportunidades que as diferenças naturais floresceriam, segundo os talentos e as características de cada um.

O ensino deveria ser laico, ou seja, ele não deveria sofrer qualquer influência ou orientação religiosa, como ocorria nos processos educacionais até então. A função da educação era formar um cidadão livre e consciente, capaz de se incorporar ao “grande Estado nacional” em que o Brasil estava se transformando. Entre os educadores que lideraram o movimento da Escola Nova cita-se Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Manuel Lourenço Filho.

Outro importante movimento foi preconizado pelo Centro Dom Vital, mais precisamente por Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, que adotou, nesse debate educacional, uma postura alinhada ao pensamento tradicionalista e reacionário dos ideólogos da ação católica francesa. Nesse contexto, entendido era que o estado liberal levaria à implantação do comunismo e que a única arma para combater o pluralismo político seria a disseminação da doutrina cristã. No campo do ensino, os católicos compartilhavam do entusiasmo pela educação, peculiar ao início do século, sendo a sua maior bandeira a defesa por um ensino religioso nas escolas públicas. No que concerne a sua relação com o governo de Vargas, essa organização viveu dois momentos distintos: a princípio, o Centro não viu com bons olhos a chegada da Revolução de 1930 e, posteriormente, sob o comando de Alceu Amoroso Lima, os católicos acabaram por se aproximar do governo, dialogando com Francisco Campos no Ministério da Educação e Saúde Pública.

²⁷SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. & COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000. p. 69.

1.1.2 O Ministério da Educação

Quando chegou ao poder, Getúlio Vargas foi hábil em perceber que precisava acalmar os ânimos da população por meio de algumas concessões, sendo que uma das mais importantes era a escola pública. Fruto da vontade de uniformizar o sistema de ensino brasileiro, uma das primeiras ações do Governo Provisório foi, em 14 de novembro de 1930, criar o Ministério da Educação e Saúde Pública. Sua criação era, segundo Vargas, o gatilho para superar os entraves do desenvolvimento.

O primeiro a assumir a pasta foi o mineiro Francisco Campos. Em parte, porque Getúlio precisava gratificar o estado de Minas Gerais por sua participação na Revolução de 1930, mas também pela sua proximidade com a Igreja Católica, especialmente após a reforma educacional implementada por ele em seu estado de origem. Embora essa reforma tivesse sofrido influência *escolanovistas*, os interesses da Igreja foram atendidos prontamente, nascendo, assim, uma relação que se prolongaria durante a gestão de Campos no Ministério da Educação.

Enquanto estava a frente do Ministério, Francisco Campos deu um tom reformista à educação brasileira, com destaque para o mês de abril de 1931, quando assinou dois decretos sobre o ensino universitário. Um desses decretos elaborou o Estatuto das Universidades Brasileiras, que, entre outros, exigia a oferta de, no mínimo, três cursos para a existência de uma nova universidade, e, outro, normatizando a organização da Universidade do Rio de Janeiro.

Ainda nesse mês, seu ministério encaminhou dois decretos sobre o ensino secundário. O primeiro criou o exame de admissão, inaugurando uma barreira altamente seletiva entre os estudantes, dada a pequena e concentrada oferta de vagas, principalmente nas áreas urbanas, e instaurando as taxas escolares, tema que causou grande contrariedade dentro do movimento estudantil. Essas taxas motivaram a mobilização de estudantes pelo Brasil afora, pois, além de existir poucas escolas que ofereciam o curso colegial e a oferta de vagas ser pequena, a anuidade restringia ainda mais o acesso à escola.

As taxas eram parte do pacote de normatização da educação, conforme mais tarde defenderia Gustavo Capanema, substituto de Francisco Campos no Ministério da Educação: “O Estado se sentia na necessidade de fixar, em lei, todos os detalhes da atividade educacional, dos conteúdos dos currículos aos horários de aula, passando pelas taxas cobradas aos alunos”.²⁸ Evidentemente, essa não foi a interpretação feita pelos estudantes. Intensas mobilizações tomaram conta das principais cidades naquela ocasião, quando o ministro Francisco Campos foi apelidado pelos secundaristas de Chico Taxas. Apesar da agitação, a cobrança foi implantada e mantida, mas a luta contra seu aumento, e até mesmo pela derrubada da anuidade, continuou como tema constante entre os secundaristas.²⁹

O segundo decreto prestava conta ao pacto de boas relações já estabelecido com a Igreja, reintroduzindo o ensino religioso facultativo nas escolas, de modo que coube a cada estado implementá-lo ou não. Esse “caráter facultativo” revelou a ambiguidade da gerência de Campos no Ministério, dividida entre as opiniões *escolanovistas* e as opiniões católicas conservadoras. Tudo isso estimulou a disputa, bastante acirrada, entre esses dois movimentos, conforme descreve o trecho abaixo:

Todos sujeitos políticos que participavam da trama que rearticulou o Estado brasileiro após 1930 apresentavam em suas pautas conteúdos cujo maior teor de radicalização gerava diferenças significativas nas expectativas sobre as ações públicas que circulavam então. Os setores agrários, os operários urbanos, as camadas médias, o patronato, a Igreja Católica, as Igrejas Reformadas se combinavam e se repeliam conforme a circunstância e conforme a pauta.³⁰

Aos poucos, Alceu Amoroso Lima e Anísio Teixeira tornam-se porta-vozes das propostas do Centro Dom Vital e da Escola Nova, respectivamente. São memoráveis os embates entre essas lideranças e seus movimentos durante a Constituinte de 1934, assim como durante o ano de 1935.

²⁸SCHWATZMAN, Simon. *Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 66 (153), 165-72, maio/ago 1985.

²⁹Notas da entrevista de José Gomes Talarico para o Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2004. p.02.

³⁰FREITAS, Marcos Cezar de; BICAS, Maurilane de Souza. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 64.

Nesses debates teve fundamental importância um documento elaborado pelos *escolanovistas* intitulado “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova - A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”. Escrito em 1932, trata-se de uma compilação das principais propostas defendidas pelos seus organizadores, mas também uma resposta aos decretos do Ministro da Educação. Esse texto foi redigido por 26 intelectuais brasileiros, dentre eles, Cecília Meireles, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Ele contém duras críticas à estrutura educacional, apesar de ter a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação, como podemos observar no trecho abaixo:

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobrepõe em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. [...], todos os esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. Tudo fragmentário e desarticulado. [...] Onde se tem de procurar a causa principal desse estado antes de inorganização do que desorganização do aparelho escolar, é na falta, em quase todos os planos e iniciativas, de determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação [...] Assentado o princípio do direito biológico de cada indivíduo à sua educação integral, cabe evidentemente ao estado a organização dos meios de o tornar efetiva, por um plano geral de educação.³¹

Esse Manifesto foi construído dentro de um percurso de discussões entre seus signatários, principalmente como resultado dos embates em torno das reformas que vinham sendo implantadas, isoladamente, em várias regiões do país. Ele propunha um plano de ação nacional em busca da estruturação de um sistema educacional e defendia que a escola fosse pública, laica e gratuita. Ainda, apresentava um documento de discussão e reflexão sobre o ambiente político e social dos anos 1920 e 1930.

³¹MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. *A Reconstrução Educacional do Brasil*. Ao Povo e ao Governo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

Tal documento foi alvo de duras críticas por parte da Igreja Católica, através de Alceu Amoroso Lima. Isso, principalmente pela existência de defesa dum monopólio estatal sob a educação, que, na concepção dessa instituição, era uma medida digna de um regime comunista. Naquela conjuntura, a Igreja era forte concorrente do Estado, na expectativa de educar a população, e tinha sob seu controle a propriedade e a orientação de parcela expressiva das escolas da rede privada.³²

Efetivamente, nos embates que vão forjar a Constituinte de 1934, “a disputa pela educação e, sobretudo seu controle pelo Estado ou pela Igreja, eram vividos como uma luta pela própria alma do país”.³³ Nesse momento, ninguém mais duvidava do caráter estratégico da área educacional. A Liga Eleitoral Católica atuou durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, sob o comando do Cardeal Leme, do Rio de Janeiro, quando fez questão de se intitular partidária e de frisar que somente defendia os programas de princípios católicos. A Liga pressionou por emendas que se encaixassem nesses princípios, de modo a instituir, principalmente, a defesa pelo ensino religioso nas escolas que permaneceu opcional. O decreto de 1931 e a aprovação na Constituição serviram como ponte que ligava o Estado à Igreja na área educacional, mesmo depois de quase meio século de separação entre eles.

Com a saída de Francisco Campos, em setembro de 1932, Washington Pires, outro mineiro, assumiu o Ministério da Educação, o qual, em julho de 1934, foi substituído por Gustavo Capanema, igualmente representante de Minas Gerais e que permaneceria no cargo por 11 anos, ou até o fim do Estado Novo. Capanema também chegou ao Ministério por meio do pacto político firmado entre o governo de Getúlio Vargas e a Igreja Católica e arquitetado por Francisco Campos.

A parte visível desse acordo foi a aprovação, pela Assembleia Constituinte de 1934, das chamadas “emendas religiosas”. A parte não dita, mas certamente de consequências mais profundas, foi a entrega do Ministério da Educação a Capanema, como homem de confiança

³²SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. & COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000. p. 76.

³³SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. & COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000. p. 101.

da Igreja e encarregado de levar à Igreja à frente seu projeto educacional e pedagógico, tal como era expresso através de seu representante leigo mais autorizado, Alceu Amoroso Lima.³⁴

Esse pacto selou a paz entre as partes – ou seja, Estado e Igreja –, de tal modo que a Igreja deixou de criticar a interferência do Estado na educação. Ela atuou, por conseguinte, com a finalidade de influenciar os setores educacionais que elaboravam a forma e os conteúdos a serem ministrados nas escolas, na tentativa de emplacar conceitos que julgava mais adequados. Paralelamente a isso, ela continuou a ampliar sua rede de escolas com caráter religioso e, no fim da década de 1930, intensificou seus projetos voltados ao ensino superior.

Em 1935, a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF) pelo prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, com o auxílio de Anísio Teixeira, virou motivo de debate entre Alceu Amoroso Lima e o governo de Vargas, pois “a UDF pretendia não apenas produzir profissionais, mas ‘formar quadros’ intelectuais para o Brasil”.³⁵ Alceu, pouco tempo depois da fundação da UDF, enviou uma carta para o Ministro Capanema explicitando sua indignação diante da importância de Teixeira dentro da nova universidade, porque “esperavam [os católicos] do governo uma atitude mais enérgica de repressão ao comunismo”. Sua indignação estendia-se para a condução desse projeto, pois, para ele, “o governo deveria organizar a educação e entregar aos postos de responsabilidade desse importante setor a homens de confiança moral e capacidade técnica, e não socialistas”,³⁶ desejo que não tardou a acontecer, já que, com a implementação do Estado Novo, a UDF foi incorporada à Universidade do Brasil (UB), criada em 1937, local onde católicos tiveram livre acesso à opinião e orientação.

³⁴SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. & COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000. p. 65.

³⁵FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013. p. 22.

³⁶FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013. p. 32.

1.3 Missão: conquistar os estudantes brasileiros!

É lugar comum perceber na juventude uma maior abertura à mobilização social e política, tanto em nome de interesses próprios como em nome de interesses gerais. É difícil quantificar essa impressão, mas o certo é que em diversas rupturas políticas, econômicas e sociais, que marcaram o século XX, as mobilizações dos jovens e, especificamente, dos estudantes foram fundamentais, conforme tenta-se demonstrar nessa dissertação no contexto do Brasil do período escolhido. Observa-se que o papel e o lugar da juventude, nessa ou naquela época histórica, depende não só das possibilidades de desenvolvimento concretas da realidade, mas também do modo como os jovens se conscientizam do seu poder enquanto agentes sociais perante a sociedade.

As forças políticas, apesar das diversas funções que traçavam para o movimento estudantil na sociedade e dos diferentes objetivos com que tentavam influenciar a sua opinião, começaram a perceber, já na segunda metade da década de 1920, o papel protagonista que esse segmento teria na vida política nacional. Como percebe-se ao longo dessa dissertação.

Até esse momento, a maioria dos estudantes não estava organizada em entidades estudantis, e as lideranças já pertencentes a um órgão estudantil, nas escolas ou universidades, ainda não estavam organizadas politicamente. Elas se concentravam no debates sobre o seu dia a dia escolar. Os grupos políticos, por sua vez, organizavam suas juventudes em torno de debates conjunturais mais amplos.

A experiência acumulada pelos dirigentes e a influência desses grupos políticos iniciou um processo de aumento do grau de politização entre alguns setores estudantis, que, aos poucos, passaram a ser dirigidos por essas organizações de juventude pertencentes a diferentes correntes ideológicas.

1.3.1 O Partido Comunista do Brasil

Houve um acúmulo de forças no movimento operário, ocorrido entre 1917 e 1920, a partir de uma onda de greves de grandes proporções. Uma das mais importantes e significativas delas ocorreu em São Paulo, em 1917, quando 70 mil trabalhadores pararam para exigir melhores condições laborais e salários justos. Essa greve durou uma semana, espalhou-se por outras regiões do país e encerrou-se com a conquista de 20% de aumento salarial.

Nos anos seguintes, inúmeras greves foram decretadas nos principais centros urbanos do país, como Juiz de Fora, Niterói, Porto Alegre, Petrópolis, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Salvador, além de outros centros de menor importância política. As pautas dessas greves, predominantemente corporativistas, buscavam aumentos salariais e melhorias junto às condições de trabalho. Dezenas de sindicatos foram fundados nessa época. Em decorrência disso, o debate sobre a questão social e sobre as medidas necessárias para enfrentá-la ganhou considerável espaço no cenário político nacional. Muitas dessas organizações estiveram presentes nas lutas políticas das décadas seguintes.

Como se destacou anteriormente, estavam gestadas as condições para a ascensão tanto de movimentos espontâneos como de grupos, corporações e instituições. Em 25 de março de 1922, ocorreu a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), fruto da tradição do sindicalismo revolucionário brasileiro e do impacto das ideias da Revolução Russa, de outubro de 1917. Como resultado do estado de sítio, decretado no país, quatro meses após a sua fundação o PCB foi posto na ilegalidade, sua sede invadida e seus dirigentes presos.

Os primeiros anos, que vão de sua fundação ao ano de 1930, foram marcados por um esforço de criar no país um “modo operário de fazer política”. Durante esses anos, o PCB realizou três congressos: o de sua fundação, em 1922, o de 1925 e o de 1928/1929. Apesar da sua ilegalidade, entre o primeiro e o terceiro congresso, a

composição do PCB passou de 73 para 800 membros.³⁷ Nessa época, ele traduziu o *Manifesto do Partido Comunista* e criou o jornal *A Classe Operária*, na tentativa de divulgar as teses marxistas junto ao operariado. Sem deixar de lado a prioridade para o movimento sindical, onde procurou manter uma “perspectiva classista e independente”, ele se inseriu no cenário político institucional através do Bloco Operário Camponês (BOC), criado em 1927, e que, nas eleições para o Congresso Nacional daquele ano, elegeu um representante. Em 1930, o partido já havia sido reconhecido pela Internacional Comunista (IC) e criado a Federação da Juventude Comunista do Brasil (FJCB).

Entre julho e agosto de 1935, foi realizado, em Moscou, o VII Congresso da Internacional Comunista, um dos mais importantes dessa organização desde sua reorganização, em 1919, e que, sob a liderança de Dimitrov, mudara a tática da III Internacional e a orientação enviada aos Partidos Comunistas e ela filiados, propugnando a mudança da tática intitulada “classe contra classe” para aquela denominada “formação de frentes amplas contra o fascismo”. Naquela ocasião, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi utilizada como exemplo de forma desenvolvida de combate ao inimigo maior dos povos, ou seja, o fascismo. Nesse congresso Luiz Carlos Prestes passou a fazer parte da direção da IC; situação essa que possibilitou a sua eleição, em novembro de 1935, como membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.

A delegação brasileira, que foi até Moscou para participar do Congresso da IC, teve em sua composição Antônio Maciel Bonfim, o Miranda, secretário-geral do Partido. Pelo fato do VII Congresso da IC ter sido adiado, foi realizada, na capital da União Soviética, uma Conferência dos representantes dos Partidos Comunistas da América Latina. Naquele momento, os brasileiros transmitiram dados idealizados e não condizentes com a realidade do país, chegando mesmo a afirmar que o Brasil encontrava-se às portas de um movimento revolucionário, que ele já contava, para isso, com o apoio das Forças Armadas. A partir dessas informações, as lideranças da Internacional passaram a se interessar pelas possibilidades revolucionárias do Brasil.

³⁷RUY, José Carlos. BUONICORE, Augusto (orgs). *Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil*. São Paulo. Anita Garibaldi, 2010. p. 42.

1.3.2 A Juventude Comunista

A Federação da Juventude Comunista do Brasil, órgão do PCB e integrante da Internacional da Juventude Comunista (IJC), manteve, em seus primeiros anos, uma política concentrada na arregimentação de jovens proletários. Nessa época, ela debatia o papel da juventude e era a favor de uma luta anti-imperialista e anti-militarista dentro de organizações esportivas, camponesas e de jovens trabalhadores.³⁸ Como é observado por Nelson Sodré³⁹, a data exata de fundação da FJCB é controversa na historiografia e, também, nos vários documentos aqui estudados. Ela varia, de obra para obra, entre 1924 e 1927. Já em seu primeiro estatuto o PCB tocava no assunto de organização de jovens comunistas, mas, oficialmente, ela surge em agosto de 1927, de modo que seu 1º Congresso foi realizado em janeiro de 1929, na Capital Federal.

Para ampliar sua influência, as ações da Juventude Comunista se davam de variadas formas, principalmente em eventos como festas, piqueniques e peças teatrais. Isso, com o intuito de proporcionar formação política, expor divergências ideológicas e articular a resistência.

Apesar de constantemente vigiado, o operariado organizava apresentações culturais que geralmente faziam parte de um evento maior. Festas beneficentes costumavam ser promovidas por associações da classe operária com o objetivo de sensibilizar os trabalhadores para a questão social. Programadas, na maioria das vezes, para os sábados à noite, eram chamadas de ‘veladas’, parte de um repertório comum à classe operária. As ‘veladas’ promoviam atividades recreativas de integração e convívio, conjugando tanto em momentos de conscientização da classe com a organização de bibliotecas e conferências.⁴⁰

³⁸Relatório sobre trabalho de juventude, sem data definida. Doc.0211.CEDEM/UNESP.

³⁹SODRÉ, Nelson W. *Contribuição à História do PCB*: São Paulo. Global, 1984. p. 176.

⁴⁰ANDREUCCI, Álvaro. Sonhos de Fumaça: operários, artistas e intelectuais no palco da metrópole (1900-1940). IN. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (org). *São Paulo Metrôpoles da Utopias*: Histórias de

A FJCB passou por diversas fases, como observa o historiador Fernando Garcia. A primeira delas compreende os anos 1925-1926. Esses anos iniciais de organização de jovens comunistas foram marcados por muita imaturidade e inexperiência. A segunda fase refere-se ao período entre 1927-1929. Ela ficou marcada pelas tentativas de ampliação do trabalho juvenil para algo nacional. A terceira fase, iniciada em 1929 após o Congresso de fundação da FJCB, pretendia dar mais atenção ao trabalho partidário entre a juventude. A quarta fase trata dos anos 1934-1936, quando a entidade começou a idealizar um “congresso nacional de juventude, que teria como produto uma organização nacional juvenil mais ampla em sua composição e teria a atuação dos jovens comunistas”.⁴¹ Essa fase foi até meados de 1936, quando o PCB decidiu encerrar as atividades da FJCB.

Segundo relatórios da Federação da Juventude Comunista do Brasil, em 1928 a organização contava com cerca de 60 militantes e chegou ao ano de 1934 com cerca de 520 militantes ativos e outros 600 que faziam parte do que se entende por “setor de influência” dos jovens comunistas, majoritariamente composta por jovens trabalhadores do meio urbano, em que pese suas direções possuíssem muitos elementos recrutados entre estudantes universitários.⁴²

O ano de 1934 foi um ano de mudanças para a FJCB, quando a entidade passou a atuar mais nos setores da sociedade, na tentativa de deixar pra trás o que eles mesmos classificavam como sectarismo, conforme observa-se no “Informe sobre a FJCB”. Essa nova prática dos jovens comunistas foi colocada, especificamente, em suas atividades em novas frentes de atuação e na mudança de postura junto à abordagem de possíveis novos membros para a organização. Esse relatório apresentava a participação de oito jovens na Conferência Nacional do PCB, onde “foi bastante discutida a situação orgânica e política da FJC e seu sectarismo frente aos crescentes movimentos juvenis”.

repressão e resistência no arquivo Deops. São Paulo. Laluzi Editora: Companhia Editora Nacional, 2009. p. 32.

⁴¹GARCIA, Fernando. Os meninos e o povo no poder. Fundação Mauricio Grabois, 2013. p. 24.

⁴²KAREPOVS, Dainis. *A Nação e a Juventude Comunista do Brasil*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., Anais. São Paulo, Anpuh, 2011. p. 01-57.

O relatório não aprofunda o que eles consideravam sectarismo e quais eram esses outros movimentos de juventude que eles praticavam essa atitude.⁴³

Ampliar os lugares de atuação da juventude comunista – essa era a meta apontada pelo relatório de novembro de 1934: “transformar quadros pelo trabalho de massa”,⁴⁴ derrotando a prática pouco ampla, que vigorava nas fileiras da FJCB e que objetivava ser uma organização de jovens de vanguarda, para abrir-se, aproximando seus membros de outros movimentos já organizados na sociedade. Para isso, os jovens comunistas iniciaram suas ações em três estados, ou seja, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco, somando 9, 11 e 7 células organizadas, respectivamente, entre sindicatos, empresas, escolas e universidades, sendo todas elas dirigidas pela FJCB. Ainda, outras 8 células ligadas aos diretórios regionais do PCB foram criadas em Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Paraíba, Maranhão, Rio Grande do Sul, Pará e Ceará.⁴⁵

Um relatório, de 1929, dá conta que essa Juventude era composta por apenas 5% de estudantes. Sua atuação nas escolas era ainda muito pequena, conforme avaliação desse mesmo relatório.⁴⁶ Mas, em outro documento dessa organização, de junho de 1935, pode-se observar o crescimento de sua participação no setor estudantil, sobretudo no Rio de Janeiro, onde se considerava que os estudantes eram mais organizados. Havia 5 células, com 20 militantes na Faculdade de Direito, onde se dirigia o Diretório Acadêmico e se produzia a *Revista Acadêmica Ideia*. Ainda, 11 militantes na Faculdade de Medicina, assim como as Faculdades de Química, Veterinária e Agronomia somavam mais 7 militantes e o Colégio Pedro II outros 5 militantes, os quais organizavam um jornal. A última célula estava localizada no Liceu de Artes e Ofícios, sem quantidade de militantes indicada. A Zona Estudantil da FJCB do Rio ainda produzia o jornal *A Voz Estudantil*.⁴⁷

É também no contexto da busca por maior influência no meio estudantil que os militantes passam a tecer críticas abertas à influência de outras correntes políticas e

⁴³ Informe sobre a FJC e a Juventude Trabalhadora, 14 de novembro de 1934. Doc. 1064.p.4. CEDEM/UNESP.

⁴⁴ Informe sobre a FJC e a Juventude Trabalhadora, 14 de novembro de 1934. Doc. 1064 p. 4. CEDEM/UNESP

⁴⁵ Documento CEDEM IC 1061 Informe sobre a FJC e a Juventude Trabalhadora, 14 de novembro de 1934. Doc. 1064 p.5 e 6. CEDEM/UNESP

⁴⁶ Relatório geral da FJCB, Rio de Janeiro, outubro a novembro de 1929. p.2. CEDEM/UNESP

⁴⁷ Relatório do Comitê Central da FJCB, Seção da IJC, junho de 1935. Doc.1064.CEDEM/UNESP.

instituições entre os estudantes. Segundo Dainis Karepovs, no final dos anos 1920 “pela primeira vez, os jovens comunistas brasileiros criticavam a Igreja Católica por instigar o conformismo entre os jovens”. O mesmo se dizia do “escotismo”, acusado pelos comunistas de infundir “as mesmas mentiras de pátria e religião”.⁴⁸

Sob a diretriz da Internacional Comunista de participação nas frentes populares e antifascistas é que a Juventude Comunista investirá suas forças na construção de entidades estudantis, criando a Federação Vermelha dos Estudantes (FVE), em 1932, e, mais tarde, a União Democrática Estudantil (UDE), entre os anos 1936 e 1937. Ambas surgiram como entidades antifascistas de estudantes e terminaram com seus membros perseguidos e presos.

Apesar da perseguição intensa, a FJCB logrou formar células entre os estudantes de diversos pontos do Brasil, no intuito de debater as orientações partidárias e fazer crescer a organização. O estudante secundarista e militante comunista da Bahia, Fernando Sant’Anna, atesta que, no fim da década de 1930, a orientação vinda do Comitê Central da FJCB “era ampliar o movimento estudantil no Ginásio, fundar grêmios” e que a orientação foi seguida à risca: “fundamos o Grêmio do Ginásio da Bahia, o Ernesto Carneiro Ribeiro [...] os outros ginásios também fundaram essas organizações, os grêmios, no sentido de criarem uma estrutura mais ampla possível”.⁴⁹

A Federação Vermelha dos Estudantes (FVE) foi, por sua vez, um organismo de atuação dos estudantes comunistas dentro das universidades e escolas⁵⁰ do Rio de Janeiro e, posteriormente, de São Paulo. Elas tinham como pautas:

o não pagamento das mensalidades nos meses de férias escolares, sem que isso interfira nos vencimentos dos professores; nenhuma reprovação ao estudante que [faltasse] 2/3 das aulas; redução progressiva das taxas escolares; desconto de 50% nos preços dos livros e materiais escolares para os estudantes pobres; passes gratuitos de transporte; não limitação de vagas nas instituições de ensino de

⁴⁸KAREPOVS, Dainis. *A Nação e a Juventude Comunista do Brasil*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., Anais. São Paulo, Anpuh, 2011. p. 01-57.

⁴⁹Notas de entrevista de Fernando Sant’Anna para o Projeto Memória do Movimento Estudantil, em fevereiro de 2005.

⁵⁰MATTOS, André Luiz R. *Uma história da UNE (1945-1964)*. Pontes, Campinas, 2014. p. 137.

superior; direito dos alunos tomarem parte nos conselhos e direção das escolas; direito de organização de greve; expulsão dos agentes do DOPS das escolas; aplicação efetiva do dinheiro do Selo da Educação nas escolas; ensino rigorosamente gratuito para o ensino primário, com materiais escolares fornecidos pelo governo e uma refeição sadia nos intervalos das aulas.⁵¹

Por essa época, começaram a acontecer enfrentamentos entre estudantes comunistas e integralistas, que se tornaram constantes. Essa disputa de espaço é consequência da polarização da política mundial, que contribuiu com a politização do movimento estudantil, desde seu nascimento. A tensão entre integralistas e comunistas ficou mais clara quando analisou-se os jornais *Lucta Estudantil* e *Jornal Centelha*, de 1933, ambos organizados pela Juventude Comunista. Eles trazem manchetes como “O que é integralismo?”, “Porque a FVE sofre reação?” e conclamam os estudantes a se organizarem: “conquistemos a escola, Colegas! Através da luta independente pela conquista dos direitos façamos nossa educação revolucionária”.⁵²

Acredita-se que a FVE tenha funcionado somente até 1934, pois é dessa data as últimas informações encontradas. Porém, a tentativa de organizar os estudantes continuava presente na FJCB. Entre 1934 e 1935, colocaram em prática a proposta de organizar um 1º Congresso Nacional da Juventude Proletária, Estudantil e Popular (CNJEP). O intuito do mesmo era constituir uma organização nacional de juventude de caráter amplo, como vinha ocorrendo na Europa nessa mesma época.⁵³

As diversas fontes pesquisadas destacam que a idéia de criação da UDE começou a ser gestada ainda em 1935. Observa-se, nesse contexto, que o jornal *A Manhã*, por exemplo, criou uma coluna chamada *A Juventude e a Democracia*, a qual, logo nos primeiros textos, serviu para convocar uma Assembleia Pública de estudantes sob esse mesmo tema:

⁵¹Folha da Noite, 30 de outubro de 1934. p. 2.

⁵²Jornal Centelha e Lucta Estudantil, 1933. Doc.Panfletos. DESPS/RJ.APERJ

⁵³KAREPOVS, Dainis. *A Nação e a Juventude Comunista do Brasil*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26, Anais. São Paulo, Anpuh, 2011. p. 01-57.

Neste momento, quando as ideologias fascistas pregam a falência da democracia para negar todos os direitos e sonegar todos os direitos as liberdades populares, a atitudes da mocidade brasileira, convocando uma grande assembleia para tratar desse assunto vital, é altamente significativa.⁵⁴

Dias após a publicação dessa coluna, os organizadores da Assembleia, apoiados por intelectuais, professores, deputados e diversas associações, distribuíram um manifesto assinado pelos professores Hermes Lima*, Leonidas de Rezende*, Edgar Sussekind de Mendonça*, Armando Alvaro Alberto* e Castro Rebello; assim como pelos deputados Abguar Bastos* e Annibal Machado*; pelo prefeito de Vassouras (RJ) Mauricio Lacerda*; pelos advogados e juristas Mario Cabral, Evandro Lins e Silva, Queiroz Lima, João Mangabeira*; pelos jornalistas Pedro Mota Lima* e Apparicio Torely*; pelos poetas e escritores Alvaro Moreira, José Lins do Rego, Jorge de Lima; pelo médico Octavio da Silveira; e, ainda, por Luiz Frederico Cargenier, Genaro Pontes e Santa Rosa, cuja profissões não foram identificados. As pessoas representadas pelos nomes assinalados com asterisco foram presas durante o governo de Vargas, uns, após o levante comunista de 1935 e, outros, após a instauração do Estado Novo, em 1937.

O manifesto lançado por eles dizia:

Aos homens que iam envelhecendo e olhavam, no Brasil dos últimos anos, o descalabro das gerações novas, esportivas exclusivamente, superficiais, fazendo cursos com aprovações de medias ínfimas, incapazes de um pensamento além dos campos de futebol e das praias de banhos, futuros herdeiros cultivados pelo cinema norte-americano, futuros funcionários públicos, pelo concurso dos amigos da família, futuros ministros e presidentes da República pela bestificação geral - a esses homens que também viam a tristeza dos aprendizes das oficinas, dos pobres rapazes escravizados nos trabalhos rurais, dos filhos dos operários, dos caxeiros, dos soldados, dos pequenos comerciantes, dos burocratas esquecidos, que não podiam estudar porque o preço dos estudos só aos filhos dos ricos os permite; a esses homens e reunião dos moços que vão tratar a juventude e da democracia, foi um espanto,

⁵⁴A Manhã, 14 de agosto de 1935. Edição 94.

mas foi alegria. A eles a solidariedade anime dos intelectuais brasileiros, ainda não estanhados, dos que esperam, dos que acreditam; todo o apoio aos moços do Brasil, a sua reunião a sua realidade.⁵⁵

Essa Assembleia Pública, entre tantas outras que ocorreram no período em questão, destaca-se pela amplitude da sua composição, pois, além de ter sido realizada na Casa do Estudante do Brasil –a entidade dita filantrópica acolhendo um debate político –, contava com a presença de diversas organizações de juventude, inclusive da Juventude Integralista, que, naquela ocasião, enviou um representante, ao qual foi permitido fazer o uso da palavra. Da mesma forma, fez o uso da palavra o representante da Juventude Comunista Carlos Lacerda, de modo que a presidente da CEB, Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, comandou a Assembleia. As falas apontavam os “deveres da mocidade brasileira perante a democracia, e os direitos da juventude no regime democrático”.⁵⁶

Essas assembléias juvenis, que debatiam questões referentes à juventude e à democracia, formaram uma Comissão Organizadora para realizar o 1º Congresso da Juventude Estudantil. A secretaria dessa comissão seria a Casa do Estudante do Brasil.

Na memorável reunião na Casa do Estudante foram proclamados os ‘Direitos da Juventude do Brasil’ entre os quais se inclui, naturalmente, o direito de se reunir num Congresso sem que para isso sejam taxados de ‘extremistas’, perseguidos, presos e espancados.⁵⁷

No Rio de Janeiro, o Comitê Organizador do Congresso era formado por Ivan Pedro de Martins, Carlos Lacerda, Medeiros Lima e Jorge Amado, sendo, posteriormente, substituído por Nuno Martins e Edmundo Muniz, todos membros do Diretório de Estudantes da Faculdade Nacional de Direito. Esses estudantes estavam no comando do Diretório desde 1932.⁵⁸ “Todos eles esquerdistas, comunistas ou acompanhando a linha da Juventude Comunista da época, exceto Edmundo Moniz,

⁵⁵A Manhã, 17 de agosto de 1935. Edição 98.

⁵⁶A Manhã, 22 de agosto de 1935. p. 1. Edição 102.

⁵⁷A Manhã, 28 de agosto de 1935. p. 2. Edição 107

⁵⁸POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. 2004. p. 133-134.

trotskista declarado. Todos eles foram presos ou tiveram que cair na clandestinidade após novembro de 1935”.⁵⁹

Em São Paulo, a reunião sobre o 1º Congresso da Juventude Estudantil foi realizada no dia 18 de janeiro de 1935. Nesse contexto, foi criado o Comitê Organizador do Congresso com o presidente Sebastião Bonifácio; assim como com o secretário Miguel Costa Filho; com os responsáveis pela agitação Benedito de Oliveira e Luiza Marcelina Branco; e a responsável pela organização, Felícia Itkis.⁶⁰

Porém, a Comissão do Rio de Janeiro foi impedida de prosseguir seus trabalhos. No dia de mais um encontro, que seria na Casa do Estudante do Brasil, a Delegacia de Ordem Política e Social telefonou para Ana Amélia informando que a reunião não poderia acontecer, por se tratar de uma reunião extremista. Segundo o jornal *A Manhã*, a polícia ainda teria ligado para vários professores e deputados que apoiavam a organização do Congresso da Juventude Estudantil informando o cancelamento das atividades. O jornal criticou a atitude de Ana Amélia de acatar a ordem policial e de não ceder mais a CEB para as reuniões da Comissão Organizadora do Congresso, da qual ela mesma fazia parte. A proibição acabou em perseguição e a ideia do Congresso foi abortada.⁶¹

Já em São Paulo, o Comitê Preparatório teve uma reunião preliminar fechada pela polícia política e o Congresso foi proibido de acontecer. Naquela ocasião, alguns participantes das atividades foram presos e uma jovem militante comunista de origem romena, Genny Gleizer, foi extraditada.

Na tentativa de ter uma relação menos sectária com os estudantes, os estudantes comunistas lançam a União Democrática Estudantil (UDE), fechada pelo governo no bojo das perseguições sofrida pelo PCB após o levante de 1935. Assim, os comunistas tiveram que se reerguer e travar discussões sobre sua participação em outras entidades de massas, como discorre-se nos próximos capítulos.

⁵⁹SANT’ANNA, Irun. Pré-História da UNE e sua fundação, instalação e consolidação. Revista Juventude.br;CEMJ, ano 2, n.03, jun.2007.

⁶⁰Congresso da Juventude Proletária ou Primeiro Congresso Juvenil ou Primeiro Congresso Juvenil. Ata da reunião do Congresso da Juventude Proletária. 18 de janeiro de 1935. Prontuário N°3503. DEOPS. São Paulo. Apesp.

⁶¹A Manhã, 30 de agosto de 1935. p. 1.Edição109

1.3.2 O Centro Dom Vital

A Proclamação da República promoveu a separação oficial da Igreja e do Estado, o que acarretou a adoção de medidas de reestruturação por parte da hierarquia eclesiástica, com a criação de novas dioceses, aumento do controle episcopal e incentivo para recrutamento de novos membros. Segundo Scott Mainwaring, em *Igreja Católica e Política no Brasil*,⁶² entre 1890 e 1916, já haviam alguns líderes influenciados pela política de romanização da Igreja, iniciada em meados do século XIX, que buscava se fazer mais presentes no dia-a-dia da sociedade. Para o autor, esse fenômeno adiantava o modelo que a Igreja adotaria mais a frente, com a neocristandade, em que a Igreja Católica revitalizou sua presença dentro da sociedade, atingindo seu apogeu entre 1930 e 1945, e reforçava suas características de Igreja politicamente conservadora, se opondo à secularização e às outras religiões com a pregação da hierarquia e da ordem. Além disso, a Igreja insistia em um catolicismo mais vigoroso, que adentrasse nas principais instituições e nos governos de forma não oficial. Dessa forma, de acordo com esse modelo, ela teria influência sobre o sistema educacional, assim como maiores condições de propagar a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo.

Esse novo período da Igreja no Brasil não era um fator isolado da orientação católica mundial. Ao contrário, era um movimento dentro de um processo maior e de complexidade social, conforme demonstrou Mainwaring. De fato, partia de Roma a proposta de uma ação restauradora, que almejava um maior enraizamento na sociedade com o desenvolvimento de posicionamentos políticos e pastorais inteiramente novos à Igreja Católica. Essa ação caracterizava-se por uma política de negação a todas as mudanças sociais, políticas e culturais que a modernidade vinha produzindo naquela época. Essa política teve grande influência no Brasil, principalmente entre os pontificados de Pio X e Pio XII, ou de 1903 a 1958, período que corresponde às iniciativas práticas de transformação dessa nova doutrina no fazer político, por meio do desenvolvimento dos programas da Ação Católica.

⁶²MAINWARRING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil* (1916-1985). São Paulo Brasiliense, 2004.

Seguindo essa política, desde os primeiros anos da República, os principais pensadores católicos enfrentaram a questão da busca por um enraizamento do catolicismo na vida da sociedade brasileira. Para eles, era importante “dar um fim a inércia dos fiéis”, pois embora a maioria esmagadora da população se confessasse membro dessa religião, na opinião desses intelectuais, não havia uma real inserção na vida política nacional. Era um esforço para “criar uma rede de organizações paralelas à hierarquia eclesiástica, geridas por intelectuais leigos”.⁶³

Assim, em 1922, constituiu-se o Centro Dom Vital, fortemente ligado à Revista *A Ordem*, fundada no ano anterior a esse e conectada com o a Igreja Católica, sendo dirigida por Jackson de Figueiredo. A revista e seu líder passaram a ser verdadeiros porta-vozes dessa instituição. Nas páginas d’*A Ordem* podemos acompanhar os momentos decisivos do Centro Dom Vital: a luta contra o catolicismo liberal, a discordância da separação entre Estado e Igreja, o embate contra a legalização do divórcio, seus esforços pela imposição do ensino católico nas escolas públicas e pela instalação das Universidades Católicas. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, em 1935 o Centro Dom Vital já se instalara em diversos Estados, entre eles São Paulo, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Sergipe, Minas Gerais e Mato Grosso.

O Centro tinha o intuito de defender e multiplicar as opiniões cristãs, servindo de aporte ideológico nesse novo cenário de mudança política que o país vivia. Era constituído por um núcleo de intelectuais que defendiam a construção de um Novo Estado. Eles se reuniam para assistir ou ministrar cursos, difundir seus posicionamentos acerca de inúmeras questões temporais, assim como para divulgar questões de filosofia, sociologia e teologia. O Centro teve papel decisivo na formação de lideranças e na constituição de programas doutrinários nesse contexto brasileiro de recomposição da Igreja. Os membros do Centro tiveram grande influência na elaboração da Constituição de 1934, principalmente nos temas ligados à educação.⁶⁴

Após a morte de Jackson de Figueiredo, em 1928, iniciou-se uma segunda fase de atividades no Centro Dom Vital. Sob o comando de Alceu Amoroso Lima, houve um

⁶³MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 127.

⁶⁴FREITAS, Marcos Cezar de; BICAS, Maurilane de Souza. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 50.

crescimento das atividades em outros estados. A revista *A Ordem* passou a congregar os católicos de maior projeção intelectual do Rio de Janeiro, além de expandir, abertamente, seus artigos para assuntos de cunho político, engrossando o projeto que pretendia expandir para toda a sociedade suas opiniões políticas e religiosas.⁶⁵

A participação leiga na Igreja passou a ser estimulada oficialmente em 1929 com a implantação, no Brasil, da Ação Católica. O objetivo da Ação Católica, quando criada na Itália, no final do século XIX, era restituir a influência da Igreja sob a sociedade, objetivo que, como já anteriormente afirmado, também era compartilhado pelo episcopado brasileiro.⁶⁶

Diante dessas novas posturas, as Congregações Marianas, organizações que aglutinavam os jovens católicos, principalmente da alta e da pequena burguesia paulista, começaram a ganhar força entre as diversas associações religiosas e de apostolado, que integravam o programa da Ação Católica no Brasil. Esses movimentos marianos, cuja expansão começara em 1925, se consolidaram enquanto força leiga no Congresso da Mocidade Católica, em setembro de 1928, na cidade de São Paulo, e, a partir de então, cresceram entre os setores leigos de forma bastante acentuada. Aproveitando esse acúmulo político e organizativo, o Centro Dom Vital fundou, junto com a recém criada Ação Católica, em 1929, a Ação Universitária Católica (AUC), a qual atuaria de forma ativa no movimento estudantil das escolas superiores do país.

1.3.4. A Juventude Católica

Desde 1929 o Centro Dom Vital encontrava-se envolvido com a construção da Coligação Católica Brasileira. Essa Coligação tinha o objetivo de concentrar diversas organizações de cunho católico que se inseriam, àquela época, na sociedade. Eram associações que se aglutinavam em torno de alguns segmentos sociais considerados

⁶⁵VELLOSO, Mônica Pimenta. “A Ordem : uma Revista de Doutrina, Política e Cultura Católica” in Revista de Ciência Política. Fundação Getúlio Vargas, nº3, Vol.21, 1978.

⁶⁶MAINWARRING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo Brasiliense, 2004. p. 83.

prioritários, como de operários, jornalistas e de estudantes, estando, esses últimos, organizados na Ação Universitária Católica (AUC). Aos poucos, essas organizações foram se espalhando pelo país, de modo que coube ao Padre Leonel Edgar da Silveira Franca,⁶⁷ assistente eclesiástico do Centro Dom Vital, papel de relevo na fundação da AUC, em 1929, quando ele passou a acompanhar e a orientar as reuniões e atividades do mesmo.⁶⁸

No ano seguinte, foi constituída a seção do Rio de Janeiro e elaborado seu estatuto com o intuito de reunir “elementos de todas escolas das universidades do Rio de Janeiro”.⁶⁹ Em 1931, constituiu-se a primeira diretoria Ação Universitária Católica, a qual teve a seguinte composição: Padre Dr. Paulo Sá como presidente; , Álvaro V. Pinto, estudante de medicina, como vice-presidente; Moacyr de Oliveira, estudante de direito, como secretário; e Haroldo de Almeida Mattos, também estudante de medicina, como tesoureiro. Foi criado, ainda, o cargo *diretor da sede*, ocupado pelo estudante da Escola Nacional de Belas Artes Rubens Porto. Esse cargo foi de grande importância, pois a AUC mantinha uma sede que oferecia vários serviços aos estudantes associados, como uma biblioteca, cursos de idiomas e hospedagens.⁷⁰

A estruturação dessas organizações se encaixa no que o historiador Marcelo Timotheo da Costa chama de *atitude defensiva* da Igreja diante da modernização da sociedade e do seu “afastamento dos preceitos cristãos”.⁷¹ As ações sociais faziam parte do intitulado *plano restaurador*, um movimento abertamente reacionário que tinha a intenção de resistir o processo modernizador, em especial nas questões que propunham um menor papel da Igreja na sociedade. Na forma e no conteúdo, tratava-se de um movimento de nostalgia da cristandade medieval, como demonstram os textos nos quais o papel da Inquisição é justificado, impressos na revista *A Ordem*.⁷²

⁶⁷ Padre Franca, foi membro do Conselho Nacional de Educação a partir de 1931, e em 1940 foi nomeado reitor das Faculdades Católicas e em 1946, por decreto do Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, surgiu a Universidade *pleno jure* e em 1947 recebeu o título de Pontifícia. .

⁶⁸ A Ordem, junho de 1930. Edição 0007. p. 89.

⁶⁹ A Ordem, agosto de 1931. Edição 0017-0022. p.59.

⁷⁰ A Ordem, junho de 1930. Edição 0007. p. 89.

⁷¹ COSTA, Marcelo Timotheo. *Operação Cavalo de Troia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC)*. In. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1965*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 436.

⁷² A Ordem, agosto de 1931. Edição 0017-0022.

Apesar de atuar em diversas frentes, o tema da educação superior se converteu em um domínio especializado do Centro Dom Vital e da Coligação Católica Brasileira. A Ação Universitária Católica se inseriu nesse esforço e, rapidamente, se estendeu por diversos estados. Ela passou a se constituir na seção juvenil do Centro Dom Vital. Uma das orientações de Alceu Amoroso Lima para a AUC, em artigos publicados na revista *A Ordem*, era prepara-los para uma atuação na vida pública e complementar o direcionamento cristão da juventude.

Por isso que, em 1930, essa revista abriu uma parte especial chamada *Seção Universitária*. Entre as notícias que essa coluna publicava figura uma que mostra, claramente, as boas relações entre a Igreja Católica e o governo de Vargas, quando, em 1931, seus membros fizeram uma visita de cortesia ao ministro da Educação e Francisco Campos levando um *Manifesto de aplauso pelo decreto*⁷³ sobre o ensino religioso nas escolas, assinado por 600 estudantes secundaristas e universitários.

A organização do ensino religioso nas escolas fazia parte do projeto de consolidação da educação católica na disputa que se travava na sociedade a respeito do melhor modelo pedagógico a ser implantado no país. Como afirmou-se anteriormente, nessa empreitada os católicos tinham um grande apoio do governo, em função do pacto selado entre Igreja e Estado.⁷⁴

Em agosto de 1931 a revista *A Ordem* já declarava a fundação da Ação Universitária em Belo Horizonte “sob inspiração do Centro Dom Vital do Rio de Janeiro”.⁷⁵ Outros núcleos também estavam organizados no Ceará, Recife e em São Paulo. Segundo essa edição da revista, os estudantes de Belo Horizonte se reuniram pra fundar a AUC “com muito entusiasmo”⁷⁶ e destacaram os apoios recebidos na construção dessa organização, inclusive o apoio do reitor da faculdade onde se realizaram as atividades, o qual cedeu “sua própria sala para funcionamento das sessões”.⁷⁷

⁷³ *A Ordem*, edição 0017-0022, dezembro 1931. p. 117.

⁷⁴ SCHWARTZMAN, Simon. *Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação* Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 66 (153), 165-72, maio/ago 1985. p. 08.

⁷⁵ *A Ordem*, dezembro de 1931. Edição 0017-0022. p. 117.

⁷⁶ *A Ordem*, dezembro de 1931. Edição 0017-0022. p. 117.

⁷⁷ *A Ordem*, dezembro de 1931. Edição 0017-0022. p. 184.

A Igreja Católica realizava movimentos em prol da educação superior católica e a AUC fazia parte desse projeto, sendo que outras iniciativas também estavam em curso. Exemplo delas é a fundação do Instituto de Estudos Superiores, em 1932, e da Confederação Católica Brasileira de Educação, em 1933, assim como a realização, no ano seguinte, do I Congresso Católico de Educação. Na coluna Pensamento e Acção de *A Ordem* encontra-se alguns debates sobre o ensino católico:

ainda não possuímos uma Universidade Católica [...] Faltam-nos até colégios em número e em condições de atrair a maioria, senão a totalidade, dos estudantes das melhores famílias. E o que passam pelos raros ginásios católicos bem organizados, ao chegarem ao primeiro ano dos cursos superiores, sofrerem quase sempre uma crise terrível, da qual não poucos saem malferidos em sua vida religiosa e, portanto, moral.⁷⁸

De forma otimista pelos avanços do movimento, a mesma revista também proclamou, nessa época, que “jamais em nossa historia houve momento mais propício para uma grande reação católica, serena e firme, intrépida e metódica, em todo o vasto campo das influencias sociais”.⁷⁹

A Ordem, de agosto de 1932, relata as Assembleias Parciais da AUC, ocorridas entre os meses de maio e junho, onde foram eleitos os representantes de cada unidade de ensino em que a AUC atuava. A revista destaca as eleições ocorridas nas Escolas de Medicina, Direito, e na Escola Politécnica. O processo culminava com a Assembleia Geral Ordinária onde elegeu-se os membros da diretoria para os anos de 1932 a 1934 e que teve em sua mesa diretora o Padre Reverendo Leonel Franca, o qual palestrou sobre a “Ação Católica e a AUC”.⁸⁰

A revista de fins de 1932 destaca a situação da educação e dos estudantes brasileiros:

⁷⁸ *A Ordem*, dezembro de 1931. Edição 0011-0016. p. 140.

⁷⁹ *A Ordem*, dezembro de 1931. Edição 0011-0016. p. 140.

⁸⁰ *A Ordem*, agosto de 1932. Edição 0029. Agosto 1932. p. 79.

nenhuma instituição legal, nenhuma repartição, nenhuma classe no Brasil, está sujeita a maiores azares dos caprichos políticos que a dos estudantes. Existe um desinteresse geral pela cultura da mocidade nacional e a desmoralização crescente em que vem caindo, chegou a tal ponto que já é impossível falar de instrução entre nós sem sentir arrepios de desilusão e tristeza ante essa desordem oficializada que vai do ministério publico aos cursos primários.⁸¹

A revista apontava, claramente, que esses problemas educacionais advinham da forma como era gerida a educação no Brasil: “O curso secundário, participando da deficiência do ensino primário, é agravado por dois outros males que o desmoralizam e inutilizam: a mercantilização e a desorganização”.⁸²

Essa análise, bastante crítica da educação brasileira, se assemelhava àquela que a FJCB propagandeava em seus jornais. Entretanto, diferentemente dos comunistas, a solução apontada pelos católicos não era a transformação das instituições, senão dentro da ordem e da lei, a implementação do projeto educacional católico, como demonstrouse anteriormente na presente dissertação.

1.3.5 A Casa do Estudante

Em 1929, estudantes cariocas iniciaram o processo de organização da Casa do Estudante do Brasil (CEB), quando o acadêmico Paschoal Carlos Magno realizou uma viagem pelo norte e nordeste brasileiro a fim de propagandar a nova iniciativa estudantil.⁸³

Em agosto desse mesmo ano, foi fundada, na cidade do Rio de Janeiro, a Casa do Estudante do Brasil, que teve como presidente a poetisa e então Rainha dos Estudantes Ana Amélia Carneiro Mendonça, que, a partir de 1933, assumiu o cargo vitaliciamente. A primeira grande iniciativa dessa nova organização foi a realização da

⁸¹ A Ordem, dezembro de 1932. Edição 0034. p. 468.

⁸² A Ordem, dezembro de 1932. Edição 0034. p. 469.

⁸³ Correio da Manhã, 11 de julho de 1929. p. 10. Edição 10591.

Primeira Semana Pró Casa do Estudante, que ocorreu em setembro de 1929.. Essa atividade contou com uma feira de livros, uma festa com música e dança, e com uma exposição de arte. Ela também foi o momento de oficializar a CEB com uma cerimônia de posse para seus dois comitês, o Central e o Acadêmico, cabendo a chefia do primeiro à Ana Amélia e a do segundo ao acadêmico Casemiro Thomaz. Esse Comitê Central também era composto por Paschoal Carlos Magno e Paulo Celso, como secretários, e contava com Marcelio de Queiroz, Hyder Corrêia Lima, Magdala da Gama Oliveira e Rocha Santos.⁸⁴

A CEB se apresentava com a função de prestar assistência aos estudantes. Seu principal objetivo era ajudar os estudantes mais carentes com a oferta de moradia estudantil, restaurante e atendimento médico. Ela tentava ser uma “organização de caráter social”.⁸⁵ Em seus discursos, pretendia-se criar algo afastado da política. Porém, com uma contínua comunicação com organizações de estudantes já existentes no Brasil e fora dele. Na prática, a Casa do Estudante não era uma entidade apolítica. Havia por parte de sua presidente o interesse de ter um papel dirigente e aglutinador de reivindicações do movimento estudantil junto ao Estado. Observa-se isso na sua estreita relação com o governo vigentes.

Antes mesmo da posse, os membros da CEB solicitaram uma audiência com o presidente da República, Washington Luis, os quais foram recebidos. Naquela ocasião, a por voz dos estudantes, Ana Amélia, convidou o presidente para a cerimônia de posse do Centro Nacional Pró Casa do Estudante. Já o presidente saudou os estudantes e encerrou dizendo a frase “podeis considerar-me um dos vossos”.⁸⁶

No programa inaugural da Casa do Estudante, é possível perceber que a CEB almejava ser uma referência enquanto organização dos estudantes universitários do Rio de Janeiro, “promovendo constante e sadio convívio entre os estudantes, palestras e conferencias, intercambio de ideias e de visitas com as universidades estrangeiras, esforçando-se por determinar, enfim, a realização da verdadeira vida universitária nesta

⁸⁴Correio da Manhã, 13 de setembro de 1929. p. 6.Edição 10646.

⁸⁵Correio da Manhã, 18 de setembro de 1931. p. 3. Edição 11276.

⁸⁶Correio da Manhã,18 de setembro de 1929. P. 3.Edição 10650.

cidade”.⁸⁷ Ao longo de sua história, a CEB buscou alternativas para se consolidar como tal, como se destaca mais a frente nessa dissertação, oferecendo e cedendo sua sede para atividades de outras organizações estudantis e, até mesmo, na sua participação da fundação da UNE.

A Casa do Estudante nasceu com a investida de comitês em prol da nova organização em alguns estados, como Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia.⁸⁸ Desde os seus primórdios, os estudantes encamparam uma campanha chamada “Tostão da Casa do Estudante”. Essa campanha pretendia arrecadar dinheiro para a construção de uma sede para a entidade.⁸⁹ Foi com ela que a CEB se ocupou em seus primeiros anos de existência, quando foram feitas apresentações culturais, festas, bailes, entre outras atividades culturais.

Uma dessas festas foi denominada “Festa da Primavera”, que, em 1929, ocorreu no Teatro Municipal do Rio de Janeiro e contou com a presença do presidente da República, Washington Luis, que, naquela ocasião, fez uma doação de dois mil contos de réis⁹⁰ à entidade. Em outra festa, datada de 1931, a comissão patrocinadora do evento tinha entre seus membros o presidente Getúlio Vargas, que justificou seu apoio dizendo que “o Brasil tem que dar a mocidade A Casa do Estudante”.⁹¹ Esse foi um dos primeiros passos para a aproximação que a CEB teve com o governo de Vargas, durante todo seu período de existência.

Aos poucos, Ana Amélia, filha de um rico industrial mineiro, estreitou suas relações com o presidente Getúlio Vargas e, posteriormente, com o ministro Gustavo Capanema. Isso, a ponto de a CEB ser considerada, por decreto, como entidade de utilidade pública e receber, a partir de 1931, subvenção estatal. A CEB também recebeu todos os recursos arrecadados por Getúlio em uma campanha ocorrida logo após sua ascensão ao poder, em 1930, para pagar a dívida externa brasileira.

⁸⁷Correio da Manhã, 18 de setembro de 1931. p. 3. Edição 11276.

⁸⁸Correio da Manhã, 17 de setembro de 1929. p. 3. Edição 10649.

⁸⁹Correio da Manhã, 18 de setembro de 1929. p. 3. Edição 10650.

⁹⁰Correio da Manhã, 29 de setembro de 1929. p. 3. Edição 10660.

⁹¹Correio da Manhã, 18 de setembro de 1931. p. 3. Edição 11276.

Considerando que no momento, a Casa do Estudante é a iniciativa da filantropia privada que mais de perto consulta interesse da nacionalidade, de vez que os seus fins abrangem as mais justas reivindicações da classe acadêmica, e concorrem de modo preponderante para a solução de um dos fundamentos problemas do país, cada vez mais confiante, na formação das gerações vindouras.⁹²

Para receber esse auxílio, em 1932, Ana Amélia assinou um termo se comprometendo a aplicar esse recurso financeiro somente na aquisição ou na construção da sede da entidade.⁹³

Não se averigou informações que demonstrassem que a ajuda financeira à CEB tenha transformado a Casa do Estudante em um órgão dirigido e controlado pelo Estado. Entretanto, está claro que a CEB se esquivava de assuntos políticos que entrassem em choque com a política estatal aplicada naquele momento.

Percebe-se que a CEB selecionava bem sua participação em campanhas de cunho político. Nesse sentido, a entidade ensaiou uma participação no Comitê Estudantil Contra a Guerra, que objetivava reunir estudantes das mais diversas posições ideológicas,⁹⁴ para a criação de uma frente única com diversas organizações que lutassem pela paz. A CEB cedeu sua sede para a primeira reunião, mas, em seguida, abandonou o comitê, alegando que este fora absorvido “por parte de um grupo intolerante”.⁹⁵

Em 1933, a entidade criou uma campanha com a finalidade de conceder direito de voto a maiores de 18 anos, sendo que, até aquele momento, o voto só era permitido a maiores de 21 anos, proposta essa que era bem vista pelo governo de Vargas. Tal campanha era gerida pela Casa do Estudante do Brasil, através de Ana Amélia, e apoiada por outros dirigentes estudantis, como Jorge Machado Moreira, presidente do Diretório Central dos Estudantes; Justino Araujo Villela, presidente da Associação Universitária da Faculdade de Direito; René Pestre, presidente do Centro Acadêmico da

⁹²Correio da Manhã, 24 de outubro de 1931. p. 2.Edição 11307;O Globo, 23 de outubro de 1931. p. 5.

⁹³Correio da Manhã, 13 de março de 1932.p.5.Edição 11426.

⁹⁴Correio da Manhã, 9 de fevereiro de 1933.p.2. Edição 11713.

⁹⁵O Globo, 16 de fevereiro de 1933. p3.

Faculdade de Direito de Niterói; Humberto Gonçalves Pinto, da Associação Universitária Instituto Nacional de Musica; Jorge Tibiriçá Netto, do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz; Isabel do Prado, da União Universitária Feminina; João Britto Jorge, presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Agricultura e Medicina Veterinária e da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária; Emilio Abdon Póvoa, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina; Orlando Gaudio, presidente do Movimento Social Brasileiro; e Carlos Lima, presidente do Centro Acadêmico Candido Oliveira.⁹⁶

Essa campanha enviou telegramas para o ministro da Justiça⁹⁷ e para o presidente da República. No telegrama enviado ao presidente os estudantes argumentaram que “Havendo o Superior Tribunal Eleitoral opinado favoravelmente voto universitário, estudantes escolas superiores aguardam com entusiasmo assinatura decreto coroando êxito campanha civismo mereceu inteira simpatia V. Ex”.⁹⁸ Alguns dias depois, dois representantes dessa campanha, ou seja, Ana Amélia, da CEB, e o presidente do Diretório Central dos Estudantes, Jorge Machado Moreira, foram recebidos por Vargas, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis.⁹⁹ Por fim, após terem sido realizadas as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, em 1933, e ter sido promulgada a Constituição, em julho de 1934, o direito de voto a maiores de 18 anos foi garantido.

⁹⁶Correio da Manhã, 2 de março de 1933.p.3. Edição 11753.

⁹⁷Correio da Manhã, 18 de fevereiro de 1933. p7.Edição11721.

⁹⁸Correio da Manhã, 2 de março de 1933.p.3. Edição 11753.

⁹⁹O Globo, 21 de março de 1933.p.2.

CAPÍTULO II: 1935, O ANO FUNDAMENTAL

2.1 Origens do movimento estudantil

Para entender como o ano de 1935 foi significativo enquanto momento de transição para o movimento estudantil, considera-se importante lembrar as outras tentativas de construção de uma entidade estudantil nacional anterior a criação da União Nacional dos Estudantes e que influenciaram a criação da mesma.

Durante o ano de 1901, ocorreu uma pertinente agitação estudantil em prol do congresso por meio da qual se criou a Federação de Estudantes Brasileiros, um importante avanço para a organização estudantil. Seu manifesto de fundação proclamou:

Criemo-lo com a Federação de Estudantes Brasileiros, criemo-lo com o concurso das nossas ideias e das nossas vontades. Livres de velhos e absurdos preconceitos acadêmicos, sem pretensões inconcebíveis de classe nobre, justifiquemos pela ação inteligente a nossa existência social. É absolutamente necessário que nos façamos conhecer, é urgente que entre os Estados do Brasil se ilumine o isolamento quase hostil, cuja manutenção já é profundamente lamentável entre as Repúblicas da América.¹⁰⁰

Essa entidade esteve principalmente ligada aos estudantes universitários e, mesmo não se desenvolvendo plenamente, pois após três anos já não estava mais em atividade, demonstrou o início do desejo estudantil de se organizar nacionalmente.

A tentativa seguinte, mais organizada e com maior repercussão nas futuras organizações, aconteceu em 1910, quando se realizou, em São Paulo, o 1º Congresso Nacional dos Estudantes, o qual abraçava a renovada intenção de criar uma entidade gerida por universitários. Também de fôlego curto, esse encontro resultou apenas em um documento, mas sem maiores consequências para a estruturação da organização estudantil. Como herança e prova de sua importância para os coevos, deixou o nome do

¹⁰⁰BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte. Editora Universidade de São Paulo, 1988, p. 75- 76.

congresso e a numeração seguida pelos estudantes, os quais criaram a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1938.¹⁰¹

As iniciativas políticas assumidas ou protagonizadas por estudantes não haviam alcançando, ainda, a condição de um movimento organizado e dotado de visibilidade própria. Do ponto de vista estrutural, tratava-se dum apanhado das entidades de representação até então existentes. A participação política estudantil só ganhou, de fato, um impulso organizativo na segunda metade da década 1930.

O movimento estudantil de entidades locais, assim como de núcleos escolares e de cursos superiores, ainda que de forma desorganizada, possibilitou aos estudantes um meio de educação política e consciência social, mesmo não se organizando da forma como conhecemos hoje, com pautas específicas sobre a realidade do estudante e estruturada em duas entidades nacionais. Esse período embrionário de luta pela construção de entidades nacionais legou o traço essencial da forma de organização dos estudantes brasileiros. Esse é o monopólio institucional da representação associativa.

A ascensão do movimento estudantil no Brasil, dos anos de 1930, passou pelas transformações implantadas pelo governo de Getúlio Vargas. Nesse período, surgiram movimentações de massa que agitaram, principalmente, as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nelas, os estudantes que estavam ou não organizados nas entidades estudantis se uniram em torno de questões que diziam respeito à vida escolar. Esse foi o começo da luta pelas questões corporativas e educacionais dentro do movimento estudantil. Dois temas canalizaram, naquela época, a insatisfação dos estudantes e possibilitaram maiores mobilizações dos mesmos. O primeiro tema foi a questão das taxas escolares e, o segundo, o alto custo do transporte público, questão essa que permanece até os dias de hoje como pauta central do movimento estudantil, que já era símbolo das jornadas estudantis, desde a década de 1930,¹⁰² e que viveu uma explosão,

¹⁰¹SANT'ANNA, Irun. Pré-História da UNE e sua fundação, instalação e consolidação. Revista Juventude.br;CEMJ, ano 2, n.03, jun. 2007.

¹⁰²No restante da América Latina, durante o período de 1908 a 1927, começam a surgir entidades representativas dos estudantes ou manifestações de massa em vários países, dentre eles, Argentina, Uruguai, Peru, Colômbia, Chile, México, Cuba, Bolívia e Paraguai. Entretanto, ao observar-se a trajetória no Brasil detecta-se uma particularidade não encontrada nesses outros países. Mesmo com um tardio êxito na criação de uma entidade nacional, o Brasil manteve algo que é único no mundo: a existência de somente duas entidades centralizadas e unitárias de estudantes. Ver mais em: CLARO, Diaz Tatiel. *O*

em 1935, com a Campanha dos 50%. Esses dois temas foram potencializados pelo aumento da percepção acerca da importância de mais organização, inclusive em entidades estudantis nacionais

2.2 A juventude e o ano de 1935

O ano 1935 também foi de grande efervescência entre os estudantes. Os católicos organizaram a Ação Católica Brasileira (ACB),¹⁰³ no mês de junho desse ano, movimento esse que buscava maior inserção dos católicos entre setores importantes da vida nacional e que se converteu na mais importante organização leiga da Igreja no Brasil, assim como deu bastante relevância para o movimento juvenil e, dentro dele, para o movimento estudantil.

Um relatório do Centro Dom Vital publicado na *A Ordem*, em maio de 1935, portanto, antes da implementação da ACB, apontava que a AUC era:

uma associação destinada especialmente a congregar os estudantes católicos, que não se resignavam a passar pelas escolas apenas para ganhar o seu diploma, nem se resignavam com o espetáculo de ver os meios universitários cada vez mais penetrados pelo comunismo, teórico e prático.¹⁰⁴

Ainda segundo esse relatório, a AUC congregava, semanalmente, cerca de 40 a 50 rapazes de todas as faculdades para reuniões e ciclos de estudos.¹⁰⁵ Ela contava com um “núcleo considerável de estudantes bem doutrinados e prontos para a ação destemerosa e ardente”.¹⁰⁶

Movimento estudantil latino-americano: história, realidades e desafios. IN. Memória do Movimento Estudantil. Rio de Janeiro. Editora Museu da República, 2005. p. 41-43.

¹⁰³A Ação Católica Brasileira foi um movimento criado em 1916, mas somente institucionalizado em 1935, por D. Leme. Esse tinha por objetivo fundamental uma espécie de “re Cristianização” da sociedade. Entre seus movimentos especializados destacam-se a JEC, a JUC e a JOC, ver mais em RIDENTI, Marcelo. *Ação Popular: cristianismo e marxismo.* In. RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs). *História do marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960.* Vol5. Campinas, 2007.

¹⁰⁴A Ordem, maio de 1935. Edição 0058. p. 349.

¹⁰⁵A Ordem, maio de 1935. Edição 0058. p. 349.

¹⁰⁶A Ordem, maio de 1935. Edição 0058. p. 353.

Meses depois, em outubro de 1935, o *Correio da Manhã*, em sua coluna intitulada *Notas Religiosas*, trazia as novas ações da AUC. Ela objetivava “preparar geração de mais valor”,¹⁰⁷ representando uma nova política de expansão de sua base organizativa e passando por um cuidado maior com os jovens estudantes

Quanto a sua ação junto aos demais estudantes, vai começar agora o trabalho de coordenação e arregimentação, de modo a preparar uma plêiade de jovens brasileiros que encarem os problemas do espírito mais seriamente e se disponham a tudo fazer pelo maior engrandecimento de nossa pátria.¹⁰⁸

Aos poucos, a AUC acabou se transformando, quase que exclusivamente, em uma liga de combate ao que eles classificavam ser infiltração comunista nas faculdades, ressaltando a disseminação de valores contrários aos vermelhos. A AUC encampou algumas lutas educacionais, como a reivindicação do espaço no recém criado Conselho Universitário, e defendeu a entrada da Igreja na formação acadêmica dos jovens através da construção de Universidades Católicas. Em 1935, a AUC começou a abrir espaço para a Juventude Universitária Católica (JUC), um setor da Ação Católica Brasileira. Isso, até ser totalmente absorvida, em 1938. Essa entidade consubstanciou também a primeira tentativa da Igreja em cooptar as futuras elites dirigentes da nação, representadas pelos jovens universitários. O sucesso dessa investida, segundo eles, garantiria a ressacralização das instituições sociais.

A Ação Católica Brasileira também atuou na juventude por meio de outras organizações, como a Juventude Operária Católica (JOC), e entre os estudantes secundaristas, através da Juventude Estudantil Católica (JUC). Dessa forma, ela criou núcleos dentro das escolas secundaristas, de modo que o principal espaço de aglutinação era o espaço onde ocorriam as missas. A organização de todas essas entidades era controlada pela Igreja. A composição social dessa organização continuava a ser, principalmente, de jovens oriundos de famílias católicas e de escolas tradicionais, públicas ou privadas. Era uma classe média escolarizada, com acesso às universidades e disposta a ser a nova geração de governantes do país.

¹⁰⁷Correio da Manhã, 06 de outubro de 1935. p. 14. Edição12541.

¹⁰⁸Correio da Manhã, 06 de outubro de 1935. p. 14. Edição12541.

Já os jovens comunistas, sob a nova orientação da Internacional de combater o sectarismo e ampliar sua área de influência, buscaram mudar radicalmente sua ação cotidiana e passaram a participar de todas as entidades em que conseguiam espaço. Enquanto fruto dessa nova atitude, diversos estudantes ligados ao PCB entram para a CEB.¹⁰⁹ Na direção da CEB também passou a participar, entre outros, o estudante comunista Carlos Lacerda, responsável pela criação da revista *Rumos*, que se tornou o órgão oficial dessa entidade.¹¹⁰

Essa nova orientação também mostrou-se evidente no relatório apresentado por “c. Marques” no Congresso da Internacional da Juventude Comunista (IJC), sessão realizada um mês após o VII Congresso da Internacional Comunista. A FJCB enviou um representante para apresentar um informe geral sobre a situação da entidade. O documento analisado não deixa claro exatamente quem tenha sido esse representante, identificado apenas como “c. Marques”.¹¹¹ Tradicionalmente, esse “c.” é lido como abreviação de “camarada”, como foi utilizado no trabalho do historiador Fernando Garcia sobre a história da Juventude Comunista.¹¹² Ainda, Dainis Karepovs aponta que esse “Marques” seria o secretário geral da FJCB àquela época.¹¹³ Acredita-se ser irrelevante quem tenha sido o portador do informe, até porque era costume dos comunistas que esses documentos fossem construídos coletivamente pela organização nacional. Dizia o relatório que a dificuldade de organizar a juventude,

demonstrava na prática que a JC não podia continuar como grupos sectários isolados destas massas juvenis, portanto estava praticamente planteado (sic) a necessidade de nova forma de organização, novos métodos de trabalho, que pudessem agrupar milhões de jovens de todo o país, em defesa de seus direitos.¹¹⁴

¹⁰⁹Como afirma Irun Sant’Anna, que se tornou responsável pelo ambulatório da entidade.

¹¹⁰A revista *Rumos* foi criada em maio de 1933 e, em seu primeiro número, trouxe em destaque o artigo “a educação se prolonga por toda a vida” de Anísio Texeira. *Correio da Manhã*, 14 de maio de 1933. p.2. Edição 11793.

¹¹¹Informe do c.Marques no VI Congresso da IJC a 1935. 29 de setembro de 1935. Nº1005. Arquivo Internacional Comunista. CEDEM/UNESP.

¹¹²GARCIA, Fernando. *Os meninos e o povo no poder*. Fundação Mauricio Grabois, 2013.

¹¹³KAREPOVS, Dainis. *A Nação e a Juventude Comunista do Brasil*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26, Anais. São Paulo, Anpuh, 2011. p. 01-57.

¹¹⁴Informe do c.Marques no VI Congresso da IJC a 1935. 29 de setembro de 1935. Doc.1005. p. 6. Arquivo Internacional Comunista. CEDEM/UNESP. p. 6.

Nesse mesmo relatório, pode-se constatar que a FJCB buscava criar uma União Feminina. Entretanto, ela não seguiu adiante com esse projeto em função da “forte repressão” existente naquele período. Ainda, observa-se nesse documento que o ano de 1935 foi dedicado à organização do Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Juvenil.

Outra informação destacada do relatório do camarada Marques trata da dimensão da participação da influência dos comunistas na Campanha dos 50%.

Agora mesmo, apesar de toda a reação, milhares de estudantes de colégios e escolas superiores realizaram sob a nossa direção uma vasta frente única, e grandes demonstrações de ação em comum em torno da consigna dos 50% nos transportes, materiais escolares, matriculas e etc.¹¹⁵

Considera-se evidente que essa influência estava sendo superestimada, a exemplo da informação sobre o número de filiados na organização, estimado pelo relatório em 1500, o qual o historiador Dainis Karepovs questiona:

Já em 1935 não encontramos números sequer confiáveis. Em um relatório feito no VI Congresso da IJC, em setembro de 1935, o secretário-geral da FJCB informa que haveria perto de 1500 militantes. No entanto, ao se examinarem os dados fornecidos em junho desse mesmo ano, pela Comissão de Organização, em que se detalham apenas dados de algumas regiões [...], percebe-se que o número de 1500 é algo irreal.¹¹⁶

Nessa mesma lógica, a informação de que a Campanha dos 50% estava sob a direção de comunistas poderia estar sendo feita para impressionar a direção da IJC, em um movimento parecido com o que Miranda fez ao relatar a realidade brasileira como pré-revolucionária. Apesar desses precedentes, a presente análise atesta a grande

¹¹⁵Informe do c.Marques no VI Congresso da IJC a 1935. 29 de setembro de 1935. Doc.1005. Arquivo Internacional Comunista. CEDEM/UNESP.

¹¹⁶KAREPOVS, Dainis. *A Nação e a Juventude Comunista do Brasil*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., Anais. São Paulo, Anpuh, 2011. p. 01-57.

influência dos jovens comunistas no rumo do movimento dos 50%, o que terá consequências relevantes para o futuro das organizações estudantis brasileiras.

2.3 A Campanha dos 50%

Da mesma forma que as taxas escolares, o preço das tarifas de transportes públicos era visto como um limitador do acesso à educação. As manifestações dos estudantes sobre esse tema começam a ficar mais frequentes e a ter cada vez mais adesão. Em alguns momentos, se combatia a alta dos preços das passagens de bondes, ao mesmo tempo em que se defendia a implantação do passe-livre ou o desconto de 50% da tarifa de transportes públicos para os estudantes. Aos poucos, o debate pelos 50% de desconto nos cinemas e apresentações culturais também entrou em pauta e teve grande adesão dos estudantes, como se trata a seguir.

A luta pela redução das tarifas de transportes coletivos foi a que tomou maior dimensão entre os estudantes, no ano de 1935, pois organizou atos em dezenas de cidades e conseguiu angariar a simpatia da opinião pública para a causa dos estudantes.

Esses atos ficaram conhecidos como luta pelos 50% e Campanha dos 50%. Sobre esse contexto, o militante estudantil Irun Sant'Anna relata o seguinte em seu depoimento: “Nós íamos para rua e os da frente gritavam: ‘O que nós queremos?’ E os de trás respondiam: ‘50%!’, ‘O que nós queremos?’, ‘50%!’”¹¹⁷

O jornal do Comitê Regional de São Paulo da Juventude Comunista, chamado *Frente Estudantil*, em sua primeira edição de outubro de 1935, relatou a luta dos estudantes pelos 50% nas passagens de bondes, assim como trouxe duras críticas à Companhia Ligth, a qual operava o sistema de transporte, e descreveu, ainda, a enorme repressão investida pelo Estado junto aos estudantes que participaram dessas manifestações.¹¹⁸

¹¹⁷Notas de entrevista de Irun Sant'Anna ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2004. p. 2.

¹¹⁸Prontuário número 3653 de Justiano Pereira Bispo In. TUCCI, Maria Luiza Carneiro. KOSSOY, Boris. Imprensa Confiscada pelo DEOPS. São Paulo. Imprensa Oficial, 2004.

Essas lutas e, principalmente, as dificuldades em enfrentar o aparato repressivo, alertaram as lideranças da necessidade urgente de organizar o movimento. Ao mesmo tempo, o ineditismo desses enfrentamentos chamou a atenção das forças políticas nacionais para a definitiva entrada em cena de um novo ator político: o estudante.

De fato, como mencionado anteriormente, o movimento estudantil já contava com pautas próprias e mobilizações constantes, por exemplo, a campanha contra as taxas escolares e, mesmo, o desejo de se unificar em uma entidade nacional, décadas antes desses acontecimentos. Entretanto, faltava uma bandeira que forçasse a mudança de comportamento das organizações políticas juvenis que disputavam os estudantes dentro do movimento estudantil e que os unificasse e propiciasse a base política estável para o surgimento da primeira entidade nacional unificada.

“Os estudantes brasileiros iniciam a ‘Campanha dos 50%!’, essa é uma manchete de destaque do jornal *A Manhã*, de 9 de agosto de 1935. O texto que segue a matéria apresenta a visita à redação do jornal, no Rio de Janeiro, de uma comissão de estudantes com a finalidade de relatar o acontecimento da primeira reunião de universitários, seis dias antes, na Casa do Estudante do Brasil.

Esse movimento, que foi iniciado por um grupo de acadêmicos e preparatórios do Distrito Federal, tem sido entusiasticamente acolhido em todas as escolas desta capital, o que, aliás, era fácil de prever, dada a necessidade premente das reivindicações pleiteadas.¹¹⁹

“Uma campanha de universitários, os estudantes dessa cidade querem abatimento de 50% nas casas de diversões”,¹²⁰ essa é a manchete do jornal *O Globo*, também do dia 9 de agosto de 1935, que publicou uma matéria sobre o novo movimento na cidade do Rio de Janeiro, resultado da visita dos estudantes a sua redação. Esse jornal, assim como o citado anteriormente, publicou o manifesto inaugural da campanha. A diferença de uma publicação para a outra é que no *A Manhã* o destaque foi

¹¹⁹A Manhã, 09, de agosto de 1935. p. 1. Edição 91.

¹²⁰O jornal foi fundado, em julho de 1925, por Irineu Marinho. Declarando-se independente, ele não apoiou de imediato a Revolução de 1930. Sua linha editorial pautava a elaboração de uma nova Constituição. Nas notícias utilizadas nessa dissertação, nota-se que o jornal só utiliza a referência *presidente* para Getúlio Vargas após a Assembleia Constituinte de 1934. Antes disso, Vargas era tratado como *chefe do Governo Provisório*. O jornal se opôs ao Levante Comunista, de 1935, e ao Levante Integralista, de 1938. Na ditadura do Estado Novo iniciada, em 1937, o jornal foi submetido à censura, porém continuou funcionando.

maior, em página inteira, e com foto dos estudantes presentes na redação. Porém, essa reportagem não cita os nomes desses estudantes e não indica se eles são representantes de alguma organização estudantil, mas somente que se tratava de um movimento que almejava alcançar todo território nacional. Já o jornal *O Globo*, ao publicar o manifesto estudantil, salientou que ele estava com “um número elevado de assinaturas”.¹²¹

Nesse manifesto os estudantes detalharam os motivos e justificaram a necessidade de tal abatimento para eles. Sobre esse documento pode-se fazer algumas observações, por exemplo, a necessidade de se afirmar como líderes de um movimento aclamado entre os estudantes, ao mesmo tempo em que demonstra interesse em conquistar a adesão da massa estudantil.¹²²

Além disso, o manifesto estudantil criticou a qualidade da educação, alegando que os estudantes estavam, cada vez mais, com dificuldades para conciliar estudo e trabalho. Trabalho esse que, para muitos, era necessário para sustentar os estudos e que, com as exigências de frequência escolar e um grande número de aulas práticas e teóricas, era um fator que gerava dificuldade aos jovens frente ao acesso aos meios culturais.

essa situação que nos animou a reunir, a fim de delinear um plano capaz de satisfazer as nossas necessidades que se acentuam dia a dia, dada a nossa impossibilidade de concorrer nos diversos campos da atividade humana. Assim, o estudante, obrigado a frequência das aulas práticas e teóricas, de acordo com as leis que regem o ensino do país, tem o seu campo limitado aos empregos difíceis, conciliando horário quase sempre impossível de conciliar. Depois os próprios estudos sujeitam toda a classe estudantina a perda de horas obrigatórias para uma maior solidificação da cultura.¹²³

Assim, para os estudantes que redigiram o documento, a precariedade afetava a qualidade de ensino. Ela transformaria, segundo eles, as unidades escolares em fábricas de diploma. Para isso, eles lançaram mão dos mesmos vocabulários usados por Vargas em seus discursos, como “progresso da pátria” e “sentinela do futuro”. Isso é observado na seguinte citação:

¹²¹ *O Globo*, 09 de agosto de 1935. p. 2.

¹²² *O Globo*, 09 de agosto de 1935. p. 2.

¹²³ *O Globo*, 09 de agosto de 1935. p. 2.

A não ser que se pretenda transformar as nossas escolas em fábricas de diplomas, infestando o país de médicos, bacharéis, engenheiros, professores, agrônomos, dentistas, químicos, farmacêuticos, etc... todos incompetentes para o desempenho das funções e para tanto nocivos no desenvolvimento e ao progresso da pátria, nós devemos como sentinela do futuro, defender intransigentemente os nossos sagrados interesses, que se confundem com as necessidades do Brasil. E por isso, repetimos que lançamos esta proclamação a mocidade estudiosa de todas as escolas. Dedicando a nossa vida ao estudo, nós mantemos o nível de vida inferior as demais classes do Brasil.¹²⁴

O manifesto publicado nos jornais, e dirigido aos estudantes, tratava da necessidade urgente de um abatimento de 50% nas tarifas dos meios de transporte público e dos eventos culturais para os estudantes e mostrava como ele seria aplicado.

Esta campanha surge com uma legenda ‘Campanha dos 50%’. Em torno dela nos devemos reunir, para obter a diminuição das passagens e dos divertimentos. Precisamos pagar a metade porque não podemos pagar integralmente as entradas nos cinemas e teatros, nos campos de futebol e nos rings de boxe, nas viagens de bonde e de ônibus, nos transportes marítimos e ferroviários. Não pode haver aspiração mais justa dadas as posses dos estudantes. Já em outros países isso constitui realização concreta. Aqui mesmo, no Brasil, as escolas municipais do Distrito Federal gozam do abatimento das passagens de bondes. Nós não temos universidades, onde possamos viver totalmente a vida de estudante. O transporte aparece como necessidade imperiosa dos próprios estudos. ‘A campanha dos 50%’ tem de ser a bandeira de todo estudante no presente momento.¹²⁵

Além disso, o manifesto conclamava os estudantes a participarem da campanha.

Desfraldando-a por todo o Brasil, nós pedimos o apoio da totalidade dos colegas, do Amazonas ao Rio Grande, num movimento único de solidariedade dos moços estudiosos. O primeiro grito da ‘campanha dos 50%’ parte de uma reunião de acadêmicos e prepetorianos do

¹²⁴ O Globo, 09 de agosto de 1935.p 2.

¹²⁵ O Globo, 09 de agosto de 1935. p. 2.

Distrito Federal, reunidos na Casa do Estudante do Brasil, onde foi redigida esta proclamação. Estudantes: os nossos esforços pela ‘Campanha dos 50%’! Colegas de todo Brasil! Realizaremos a nossa apiração imediata!.¹²⁶

Após isso, o *A Manhã* começou a publicar adesões ao movimento, como a do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Química (Universidade Técnica Federal), por meio da qual os estudantes relataram, com o envio à Comissão Provisória da Campanha de um ofício que dizia que os estudantes daquele estabelecimento recebiam a campanha com entusiasmo e que estavam, a partir daquele momento, também aderindo ao movimento.¹²⁷

A partir dessa primeira visita da Comissão Provisória à redação do *A Manhã*, a Campanha foi acompanhada diariamente pelas páginas desse jornal. Elas se tornaram verdadeiras porta vozes dos estudantes. *A Manhã* era uma espécie de jornal oficioso da Aliança Nacional Libertadora, dirigido pelo comunista Pedro Motta Silva. Apesar da ilegalidade da organização, o jornal continuou circulando, de modo a ocupar o espaço de um contraponto frente aos jornais ligados ao governo, ao mesmo tempo em que fazia clara propaganda ideológica. Ele foi fechado em 27 de novembro de 1935.

A próxima matéria, publicada no *A Manhã*, sobre essa campanha estudantil é do dia 13 de agosto e trouxe as resoluções da reunião da Campanha dos 50%, realizada no dia anterior na Casa do Estudante, a qual lista as novas adesões ao movimento. Dessa vez, diferente da primeira matéria, essa citava o estudante Raul Lins e Silva Filho, estudante da Faculdade Nacional de Direito, como porta voz da reunião, que contou com a presença de centenas de estudantes. É importante salientar que Raul foi, entre 1936 e 1937, um dos fundadores da União Democrática Estudantil ligada à FJCB, assunto aprofundado no próximo capítulo dessa dissertação, de modo a reforçar o que André Mattos relata em seu estudo sobre os jovens comunistas nesse período e sobre o crescimento do número de estudantes nas suas fileiras organizativas.

as práticas da FBJC passaram por redefinições, o que influenciou na tentativa de abertura de outras frentes de atuação, novos objetivos de recrutamento, modificação na composição do seu corpo social e na

¹²⁶ O Globo, 09 de agosto de 1935. p. 2.

¹²⁷ A Manhã, 09 agosto de 1935. p. 7. Edição 91.

tentativa de tornar o movimento dos jovens comunistas algo mais abrangente, de modo que os seus militantes estivessem inseridos em todos os segmentos juvenis possíveis.¹²⁸

Raul convocou a união dos estudantes de todo Brasil a se somarem à luta da Campanha dos 50%:

Aos sépticos, aos descrentes, nós mostraremos que há uma ressurreição da combativa mocidade brasileira, que esta disposta a lutar pela vitória das causas nobres e elevadas. Unidas, conjugadas, reunidas as forças dispersas numa só força, não precisaremos pedir, nem mendigar, nem implorar um abatimento, mas exigi-lo!¹²⁹

A matéria relata algumas decisões tomadas nessa reunião, como a extensão das reivindicações dos abatimentos, com a inclusão da redução de 50% nas taxas escolares, assim como a extinção da Comissão Provisória e a aprovação de uma Comissão Organizadora com representantes de todos os estabelecimentos de ensinos presentes na reunião e já com a previsão da possibilidade de ser estendida, pois cartas com pedido de apoio braçal e financeiro foram enviadas a diversas organizações estudantis de escolas e universidades.

O espaço onde ocorreu a primeira reunião da campanha, a Casa do Estudante, pregava sua natureza assistencialista e bradava seu caráter apolítico, através de sua fundadora e presidente vitalícia, Ana Amélia. Mas, sua relação com o movimento estudantil era ambígua, e, novamente, um tema político adentrou a CEB: agora era a Campanha dos 50% montando sua base na sede da entidade, colocando, mais uma vez, à prova a entidade apolítica. E não era só porque jovens comunistas estavam em postos importantes da CEB que a campanha se aproximou. Ana Amélia era uma hábil articuladora, como já observado anteriormente. Ela almejava que a CEB fosse o elo entre os estudantes e o Estado e, para tanto, selecionava os temas a serem tratados pela mesma. A aproximação com a campanha também demonstra que a CEB gostava de manter em sua órbita movimentos organizados por estudantes, mesmo que houvesse a presença de opiniões divergentes a sua dentro da entidade. Além disso, até esse

¹²⁸MATTOS, André Luiz R. *Uma história da UNE (1945-1964)*. Pontes, Campinas. 2014. p. 393.

¹²⁹A Manhã, 13 de agosto de 1935. p. 8. Edição 93B.

momento, não estava claro quem dirigia a campanha e, muito menos, que ela cresceria tanto, como se verá a seguir. E a CEB não deu seu apoio formal à campanha e Ana Amélia recusou o convite para que a entidade participasse da sua Comissão Organizadora.

Nos números seguintes, a campanha demonstrava estar gradativamente surtindo efeito, de modo que recebeu o apoio de estudantes de Pernambuco e Rio Grande do Sul,¹³⁰ assim como do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Veterinária do Rio de Janeiro e, até mesmo, de alguns estudantes que preferiam fazer uma visita à redação do *A Manhã* pra levar apoio, como os alunos do Instituto Superior de Preparatórios¹³¹ e os alunos do Colégio Paula Freitas.¹³²

No dia 17 de agosto de 1935, data da primeira manifestação, as adesões das organizações estudantis já chegavam a dezenas, junto com um grande apoio financeiro.

‘Campanha dos 50%’ tinha recebido quantia de 74\$400, como auxílio aos gastos da propaganda. Ontem mesmo foi-lhe enviada a quantia de 69\$600, sendo 50\$000 da parte do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Química e 19\$600 produto de uma lista organizada por um grupo de ginásianos.¹³³

O mesmo *A Manhã* estampava, em sua capa, a manchete “A Comissão Organizadora pede a todos os seus colegas que compareçam a grande passeata hoje” e, ainda, reproduzia a seguinte convocatória:

A Comissão organizadora da ‘Campanha dos 50%’ convida aos seus colegas de todos os estabelecimentos de ensino do Distrito Federal a comparecerem hoje, as 14:00 horas, ao Largo da Carioca, em frente a Casa do Estudante, onde se formará um grande cortejo que percorrerá as ruas da cidade, fazendo uma intensa propaganda em torno do grande movimento que empolga a classe estudantil. Que nenhum

¹³⁰ *A Manhã*, 14 de agosto 1935. p. 2. Edição 94.

¹³¹ *A Manhã*, 13 de agosto 1935. p. 8. Edição 93B.

¹³² *A Manhã*, 15 de agosto de 1935. p. 3. Edição 95.

¹³³ *A Manhã*, 17 de agosto de 1935. p. 8. Edição 98.

estudante deixe de comparecer para dar mais uma demonstração do nosso entusiasmo e da nossa vontade de vencer. Todos ao Largo da Carioca, hoje as 14:00 horas! Tudo pela ‘Campanha dos 50%’!¹³⁴

O jornal almejava ser um canal direto de comunicação entre a Comissão Organizadora e os estudantes, publicando matérias com grandes destaques em páginas principais, assim como com fotos e editoriais. Enquanto isso, outros veículos de comunicação, como *O Globo*, *Correio da Manhã*, *Jornal da Manhã* e *Jornal da Noite*, informavam sobre a campanha com matérias menores, sem grande destaque.

A primeira passeata foi marcada por uma forte repressão, apesar do seu início tranquilo. Os estudantes se concentraram, naquela ocasião, no Largo da Carioca, onde realizaram um comício, durante o qual enalteceram o fato de conseguirem envolver centenas de jovens num sábado a tarde e, em seguida, “empunhando expressivos cartazes, a enorme massa se dirigiu para a Câmara Federal, ocupando as vastas escadarias do Palácio, enquanto uma comissão falava com os deputados”¹³⁵.

No dia 19 de agosto de 1935, *O Globo* trouxe uma matéria sobre essa manifestação com relatos de estudantes que visitaram a redação do jornal pra denunciar a violência sofrida por eles. Segundo o periódico, dois policiais e um estudante saíram feridos nesse levante, além de alguns estudantes terem sido presos e liberados horas depois.¹³⁶

Como vigorava a Lei de Segurança Nacional, a Comissão Organizadora fez um acordo com a polícia da Ordem Política e Social. Esse acordo propunha que os manifestantes saíam do Largo da Carioca e passariam pela Esplanada do Castelo, finalizando a manifestação no Palácio do Catete, sendo que eles voltariam gratuitamente de bonde. Parte do acordo proibia que os manifestantes seguissem pela Avenida Brasil. No trajeto, entre o Palácio Tiradentes e o Palácio do Catete, instalou-se um desentendimento, quando o Capitão da Polícia tentou, infrutiferamente, impedir os estudantes de subirem nos bondes. Ao encontrar o Catete fechado, a massa tentou voltar

¹³⁴A Manhã, 17 de agosto de 1935. p. 8. Edição 98.

¹³⁵A Manhã, 18 de agosto de 1935. p. 1. Edição 99.

¹³⁶O Globo, 19 de agosto de 1935. p. 3.

de bonde para o Largo da Carioca, mas, como foram impedidos, resolveram realizar o percurso em caminhada, quando, segundo a versão dos estudantes ouvidos pelo *A Manhã*, inesperadamente, os policiais resolveram dispersar a massa com muita violência e “houve correria, ferimentos e até revólveres foram disparados”. Dois colegiais ficaram feridos a bala e quatro foram presos nessa ocasião.

Diante desses acontecimentos, os estudantes lançaram a seguinte nota:

A Comissão Organizadora da ‘Campanha dos 50%’ protesta contra a atitude da polícia, que, apesar de ter dado permissão para realizar uma passeata de propaganda, espancou estudantes indefesos, e protesta também contra a prisão ilegal e arbitrária de vários estudantes.¹³⁷

A forte repressão sofrida pelos estudantes repercutiu no *A Manhã*, através do editorial de Pedro Motta Lima. Nele o jornalista questionou o alto custo de vida e a política educacional do governo de Vargas, deixando clara a postura oposicionista da publicação e vinculando os acontecimentos diretamente ao presidente da República.¹³⁸

Na mesma edição, o jornal relatou que a Comissão Organizadora da Campanha dos 50% do Distrito Federal era composta por um ou dois alunos de cada escola, além dos representantes dos Diretórios Acadêmicos. Na reunião do dia anterior, quando ainda faltavam representantes de algumas escolas, sua composição era a seguinte: Pedro II – Thomaz Maffra e Ivan Ricciani*; São Bento – Vanni Pinto Rodrigues; Instituto de Ensino Secundário – Ítalo Arruda; Instituto Superior de Preparatório – Rubens Saldanha Freycinet e Ery Presser Bello; Instituto Superior de Comercio – Nilo Guimarães; Ginásio 28 de setembro – Benito Bermude; Amaro Cavalcanti – Rubens Britto; Popular São Bento – Jorge Coelho; Latino Americano – Augusto Masseur; Pré-Jurídico – Luiz Lacroix Leiras; João Alfredo – Raul Guimarães; Sylvio Leite – Wilson Chagas; Química – Almir Neves* e José Bonifácio Schimitt* (representante do DA); Direito – João Calmon*, Raul Lins e Silva* e Benedicto Bongfim (representante do DA); Medicina – Irun Sant’Anna; Agronomia – Pericles Osório; Veterinária – Francisco Ferreira, Manoel Reis Filho e Arnaldo Rosa Vianna; Medicina e Cirurgia – Waldyr

¹³⁷ *A Manhã*, 18 de agosto de 1935. p. 7. Edição 99.

¹³⁸ *A Manhã*, 20 de agosto de 1935. p. 3. Edição 100.

Montenegro; Universidade do Distrito Federal – Carlos Ribeiro.¹³⁹ O historiador Dainis Karepovs identificou os nomes assinalados com asterisco como pertencentes à Comissão Provisória inicial. Esse dado é importante, pois ao menos dois dos cinco membros (os representantes do DA de Direito) eram militantes da FJCB.¹⁴⁰

No dia 21 de agosto, o *A Manhã* divulgou uma nova passeata, marcada para o dia 23, com a intenção de “protestar contra as violências da polícia”.¹⁴¹ O jornal também noticiou, nessa publicação, novas adesões, como a dos estudantes de Minas Gerais, assim como mais doações em dinheiro para a campanha.

o representante do D.A. da faculdade de Direito, Benedicto Bomfim, que pos a disposição a quantia de 100\$000 concedida por aquele diretório como auxílio ao movimento. Por outro lado, a Comissão recebeu a quantia de 55\$000, produto de uma subscrição feita entre funcionários do Ministério da Agricultura.¹⁴²

Na véspera dessa manifestação, a Comissão Organizadora se reuniu para preparar novos encaminhamentos sobre a campanha e a passeata. Acerca do primeiro ponto, os estudantes resolveram lançar um manifesto convocando a participação dos moradores do Rio de Janeiro, pois a campanha não seria “só dos estudantes, mas de todo o povo que quer lutar contra a escravidão do analfabetismo¹⁴³ e da ignorância”.¹⁴⁴ Essa reunião também orientou que toda instituição de ensino organizasse uma comissão para ficar responsável pela mobilização, divulgação e arrecadação de fundos para o movimento.

Apesar de proibida na véspera pela polícia da Ordem Política e Social, conforme informou o jornal *Correio da Manhã*, a passeata foi liberada, horas antes de ocorrer,

¹³⁹A Manhã, 20 de agosto de 1935. p. 8. Edição 100.

¹⁴⁰KAREPOVS, Dainis. 1935: A Manhã e a “Campanha dos 50%”. Perseu: história, memória e política/Centro Sérgio Buarque de Holanda. n 10, ano 7, p. 239-271. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013.

¹⁴¹A Manhã, 21 de agosto de 1935. p. 1. Edição 101.

¹⁴²A Manhã, 21 de agosto de 1935. p. 1. Edição 101.

¹⁴³Os dados do Censo de 1920 apontam que 65% da população brasileira, acima dos 15 anos de idade, era analfabeta. Como não houve recenseamento em 1930, não se sabe quais são os dados referentes ao analfabetismo no país do período estudado. O censo de 1940 trás que essa taxa estava em 56,1%, ou seja, não havia caído muito. Portanto, é compreensível o termo utilizado pelos estudantes “escravidão do analfabetismo”.

¹⁴⁴A Manhã, 22 de agosto de 1935. p. 1. Edição 102.

mas o aparato policial montado para controlar os estudantes foi tão grande que o comício marcado para se realizar em frente à Casa do Estudante nem chegou a acontecer. Isso porque, quando a concentração dos estudantes teve início, a polícia os dispersou com agressões ainda mais pesadas que as do dia 17 de agosto de 1935.¹⁴⁵

No dia seguinte, o jornal de São Paulo *Folha da Manhã*¹⁴⁶ publicou o texto “Passeata de estudantes dissolvida pela polícia carioca”, com o relato de que a polícia dispersou a multidão com tiros para o alto.¹⁴⁷ A manchete do *Correio da Manhã* não foi diferente: “A polícia poz [sic] o centro da cidade em pânico. Senhoras e crianças em debandada comercio paralisados e tiros a granel!”¹⁴⁸

Já no *A Manhã*, duas linhas podiam ser percebidas pelo leitor atento. A primeira, da Comissão Organizadora, que divulgou um manifesto classificando a ação policial como uma “covarde e inominável agressão aos estudantes ginasianos e superiores” e contestando a justificativa da polícia para a agressão: “nada justifica esse ato, nem mesmo o ridículo pretexto da intromissão de ‘extremistas e agitadores’. Por que é bem fácil distinguir um garoto fardado ou um jovem acadêmico de ‘conhecidos agitadores’. Entretanto os espancamentos eram de preferência aos reconhecíveis sobretudo pela farda que trajavam”.¹⁴⁹ Diferente dos estudantes, o editorial apontou, pela primeira vez, a Companhia Ligth, que operava o sistema de transporte do Rio de Janeiro, de modo a culpá-la pela ação da polícia: “os beleguins da Ordem Social, a serviço das empresas imperialistas, como a Ligth, a Klabin e outras, atiraram-se novamente contra a mocidade”.¹⁵⁰

¹⁴⁵“Não será permitida a passeata dos estudantes marcada para hoje a tarde”. *Correio da Manhã*, 23 de agosto de 1935. p. 1. Edição 12503.

¹⁴⁶A *Folha da Noite* foi fundada em 1921, tratando-se de um jornal vespertino. Já o jornal *Folha da Manhã* foi fundado em 1925, tratando-se de um jornal matutino, rodado na cidade de São Paulo. O primeiro era um jornal mais popular. Ele se voltava para a classe trabalhadora, chegando, inclusive, a conter em suas páginas artigos em várias línguas, dada a origem estrangeira de grande parte do operariado. O segundo, com uma linguagem mais sóbria, objetiva atingir os pequenos comerciantes e os profissionais liberais. Em termos de linha editorial, ambos os periódicos se apresentavam como politicamente indefinidos, no sentido de não opor hostilidade a Getúlio Vargas. Foi somente a partir de 1932 que começou a se definir uma posição claramente de oposição a Getúlio.

¹⁴⁷*Folha da Manhã*, 24 de agosto de 1935. p. 2.

¹⁴⁸*Correio da Manhã*, 24 de agosto de 1935. p. 3. Edição 12504.

¹⁴⁹*A Manhã*, 24 de agosto de 1935. p. 7. Edição 104.

¹⁵⁰*A Manhã*, de 24 agosto de 1935. p. 1. Edição 104.

Assim como no editorial que responsabilizava o presidente da República pela repressão, pode-se perceber o esforço do editor comunista do *A Manhã* em dar uma dimensão política ao movimento, muito além da reivindicação pelos 50%. Essa era, também, a linha dos comunistas dentro da Comissão Organizadora, que, aos poucos, foram inserindo suas pautas, nas quais a péssima situação da educação era ressaltada.

Na reunião da Comissão Organizadora, do dia 24 de agosto, para além de convocar a próxima passeata para o dia 29, também se discutiu o quadro organizativo da Campanha com a criação das Comissões Especializadas, ou seja, as Comissões de Publicidade, de Propaganda e de Finanças.

Os estudantes procuravam ganhar mais adeptos a sua opinião e ao seu grupo. Assim, foi traçada a estratégia de enviar telegramas a diversos órgãos públicos, dentre eles, à Câmara Federal e Municipal:

A Comissão Organizadora tudo pela ‘Campanha dos 50%’ protesta contra as atrocidades praticadas pela polícia contra estudantes indefesos que pleiteavam justas reivindicações. Pede providencias enérgicas aos poderes da Câmara.¹⁵¹

E ao presidente da Republica:

A Comissão Organizadora da ‘Campanha dos 50%’ protesta veemente contra os atentados policiais aos direitos dos estudantes que pleiteavam justas reduções em taxas, transportes e diversões. Espera enérgicas providencia de V. Excia. Afim de evitar piores consequências, pois os estudantes continuarão lutando pela justa causa. Tudo pela ‘Campanha dos 50%’.¹⁵²

Posteriormente, os estudantes foram em comissão à Câmara dos Deputados agradecer pelo apoio que alguns deputados dedicaram à luta que eles realizavam. Principalmente o apoio vindo do deputado João Neves da Fontoura.¹⁵³ Fazendo isso, ao

¹⁵¹A Manhã, 25 de agosto de 1935. p. 1. Edição 105.

¹⁵²A Manhã, 25 de agosto de 1935. p. 7. Edição 105.

¹⁵³Foi deputado federal, eleito em 1928 e reeleito em 1930, passando a acumular o mandato parlamentar com a Vice-Presidência do estado do Rio Grande do Sul, apoiador de Getúlio Vargas, acaba se afastando

mesmo tempo em que protestavam, os estudantes davam sinais de que reconheciam o poder instituído, numa tática que se diferenciava da tradição dos movimentos que não mantinham qualquer esperança de diálogo com o poder. Nesse contexto, a Comissão Organizadora deixava claro que, apesar de utilizar o jornal *A Manhã* como instrumento de propaganda e comunicação, não concordava com a linha editorial do jornal, que identificava a ação policial com as políticas de Getúlio. Já para a passeata seguinte, os estudantes pediram autorização à Chefatura de Polícia, mas não obtiveram resposta.¹⁵⁴

No dia 27 de agosto, a Campanha dos 50% chegou a São Paulo. Na manhã desse dia, estudantes secundaristas realizaram uma passeata no centro da cidade e, à noite, os paulistas realizaram uma assembleia no Salão Trocadero do Centro do Professorado Paulista. Segundo o jornal *Folha da Manhã*, o evento se deu por iniciativa do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito do Largo São Francisco e contou com a participação de “estudantes de várias escolas, primarias, secundarias e superiores”, os quais deram início oficial à Campanha. A assembleia foi dirigida pelo estudante de direito Aldo Cresci. Ele a iniciou dizendo que os estudantes paulistas se reuniam em “solidariedade a companheiros empenhados numa campanha de benefício geral a classe”.¹⁵⁵

Ao fim da assembléia, os principais objetivos foram determinados, ou seja: a solidariedade aos estudantes cariocas e a luta pelo abatimento de 50% nas taxas escolares, assim como no valor do transporte público, no preço de livros e das entradas aos eventos culturais e esportivos. Os paulistas formaram uma comissão responsável por dirigir o movimento, estruturada por estudantes universitários e secundaristas de 16 instituições. Eles marcaram para dois dias depois, um sábado à tarde, a primeira passeata da Campanha com concentração na Praça do Patriarca.¹⁵⁶

dele após a Revolução de 1930, quando o mesmo se negou a transferir o Governo do Estado para Neves. Manteve-se afastado da política entre 1932 e 1934, retornando à atividade política e colaborando com o semanário integralista *A Ofensiva*, sendo, posteriormente, eleito deputado federal, em 1935. Ali passa a ser líder da minoria oposicionista na Câmara onde fez duras críticas ao estado de sítio decretado por Vargas, suspendendo os efeitos da Constituição recém-aprovada. Em 1936 apresenta sua renúncia ao cargo de líder da minoria e com a extinção dos partidos políticos, decretada pelo Estado Novo, João Neves retornou a seu escritório de advocacia no Rio de Janeiro e reassumiu a consultoria jurídica do Banco do Brasil.

¹⁵⁴Correio da Manhã, 27 de agosto de 1935. p. 5. Edição 12506

¹⁵⁵Folha da Manhã, 28 de agosto de 1935. p. 14. Edição 506.

¹⁵⁶Folha da Manhã, 28 de agosto de 1935. p. 14. Edição 506.

O Jornal *A Manhã*, do dia 28 de agosto, trazia as adesões dos estudantes de São Paulo e Pará e, o do dia 29, falava da adesão da Associação Universitária da Bahia. Essa última matéria sentenciava: “A ‘Campanha dos 50%’ já pode ser considerada um movimento da mocidade estudiosa de todo o Brasil”.¹⁵⁷

No dia 29, uma passeata ocorreu tranquilamente no Rio de Janeiro. Para *O Globo*, mais do que pela Campanha dos 50%, essa passeata era um protesto de estudantes contra a violência policial. Nessa manifestação, os estudantes tomaram as ruas do centro da cidade. Durante esse ato, não houve violência policial, como aquela registrada na dispersão na Praça Tiradentes, porém, mais tarde, dez estudantes foram agredidos por guardas enquanto na parada do bonde.¹⁵⁸ Já segundo o jornal *A Manhã*, a passeata representava uma grande participação de “populares, que se interessam pelo movimento estudantil”.¹⁵⁹ Por onde o cortejo de estudantes passava era recebida com entusiasmo, de modo que foram aplaudidos das sacadas, em frente ao Sindicato Brasileiro dos Bancários.

Em frente à Câmara Federal, vários estudantes discursaram, dentre eles, Raul Lins e Silva, Nilo Guimarães, Bartholomeu Fernandes, Pericles Moreira e Humberto Tenório. Naquela ocasião, também discursaram os deputados João Neves da Fontoura e Baptista Luzardo.¹⁶⁰ Esses dois últimos faziam parte da bancada de oposição ao governo de Vargas.¹⁶¹ O jogo estava começando a virar a favor dos estudantes na Capital Federal, mas, em São Paulo, os estudantes com passeata marcada para o fim da tarde do dia 31, na Praça do Patriarca, foram informados que a manifestação havia sido proibida pela Secretaria de Segurança Pública, sob a justificativa de que estava “informada de que elementos estranhos a classe estavam dispostos a perturbar a ordem durante a manifestação”.¹⁶² Apesar da proibição, os estudantes compareceram, mas os agentes da Superintendência de Ordem Política e Social e os guardas da Polícia Especial conseguiram impedir o comício estudantil, dispersando a concentração.¹⁶³

¹⁵⁷ *A Manhã*, 29 de agosto de 1935. p. 7. Edição 108.

¹⁵⁸ *O Globo*, 30 de agosto de 1935. p. 2.

¹⁵⁹ *A Manhã*, 30 de agosto de 1935. p. 1. Edição 109.

¹⁶⁰ Folha da Manhã, 30 de agosto de 1935.

¹⁶¹ *Correio da Manhã*, 30 de agosto, 1935. p. 3. Edição 12509.

¹⁶² Folha da Manhã, 31 de agosto de 1935.

¹⁶³ Folha da Manhã, 1 de setembro de 1935. p. 20. Edição 3510.

Na parada de 7 de setembro, os estudantes abordaram as pessoas e distribuíram emblemas que diziam “Tudo pelos 50%”. Além disso, eles convocaram todos para a próxima passeata, marcada para o dia 14 de setembro, onde seriam entregues às Câmaras Federal e Municipal um memorando de reivindicações.¹⁶⁴

Enquanto isso, a Comissão Organizadora da Campanha dos 50%, em São Paulo, enviou à Assembleia Legislativa uma mensagem solicitando o benefício aos estudantes.¹⁶⁵

Dainis Karepovs apresenta em seu estudo o crescente aumento do movimento através de suas adesões e que, até 4 de setembro, teria totalizado 54 apoios entre escolas, universidades e entidades estudantis de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará, Ceará, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Além disso, a “Comissão Organizadora da campanha do Distrito Federal, à medida que eram criadas outras comissões pelo país, passou a enviar seus membros para participar de atividades, apoiar mobilizações e evidentemente, transmitir-lhes a experiência carioca”.¹⁶⁶ Entretanto, o contrário também acontecia, por exemplo, no dia 3 de setembro, quando a Comissão recebeu a visita de estudantes pernambucanos membros de uma embaixada acadêmica.¹⁶⁷ Isso demonstra o papel dirigente que a Comissão passou a ter para o movimento estudantil de todo o Brasil, fator que terá grandes consequências junto à formação da UNE.

Naquele momento, a campanha completava um mês de resultados concretos, isso, por vias de atuações distintas. Paralelo às passeatas, assim como aos panfletos, aos telegramas enviados às autoridades e aos memorandos, os estudantes começaram a dedicar cartas aos donos de cinemas e teatros pedindo a concessão do desconto de 50% aos estudantes.

Para surpresa da Comissão, essa ação surtiu efeito positivo. No dia 11 de setembro, *A Manhã* estampou a primeira vitória do movimento estudantil carioca:

¹⁶⁴A Manhã, 8 de setembro de 1935. Edição 117.

¹⁶⁵Folha da Noite, 06 de setembro de 1935. p. 18. Edição 3514.

¹⁶⁶KAREPOVS, Dainis. 1935: A Manhã e a “Campanha dos 50%”. *Perseu: história, memória e política*/Centro Sérgio Buarque de Holanda. n 10, ano 7, p. 239-271. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013.p.254.

¹⁶⁷A Manhã, 03 de setembro de 1935. Edição 113.

“Todos os cinemas podem conceder o abatimento pleiteado”¹⁶⁸, afirmou, segundo *A Manhã*, o proprietário do Cine Metr pole, Sr. Antônio Carlos. Ainda segundo ele, essa era “uma campanha justa que deve ser vitoriosa”¹⁶⁹ e, por isso, ele também aderiu à campanha cedendo o desconto.

Menos de dez dias antes, em Niterói, o desconto foi conseguido sob pressão exercida por estudantes. Naquela ocasião, um grande número de estudantes ocupou o Cine Imperial, os quais só saíram do local quando o desconto de 50% nos ingressos foi garantido pelo dono do estabelecimento, estando ele intermediado por um delgado de polícia, chamado pra retirar os estudantes de dentro do cinema. Como desfecho dessa a o, teve-se que “os estudantes abandonaram a sala em ordem e aos vivas, retornando a seguir, pagando as entradas com o desconto pleiteado”¹⁷⁰.

Na reunião de 13 de setembro, a Comissão Organizadora se reuniu para estruturar os preparativos de mais uma manifesta o. Além disso, a Comissão Organizadora publicou um apelo aos estudantes e ao povo brasileiro:

A Comissão Organizadora da ‘Campanha dos 50%’, faz um apelo aos estudantes cariocas e a popula o em geral para que compareçam a grande passeata de hoje, as 14 horas, para a entrega dos memoriais de transporte e diversões as Câmaras Federal e Municipal. Sendo um movimento da massa estudantil, a ‘campanha dos 50%’ não pode prescindir do apoio da mesma massa, nem tampouco da solidariedade do povo, sempre pronto a auxiliar os movimentos justos, como esse em que se acha empenhada a mocidade de todo o país. Pedimos, portanto, aos estudantes cariocas que compareçam em massa a Praça Mauá, hoje as 14 horas, e ao povo desta capital que se solidarize com os jovens, tomando parte na passeata de hoje, dando, assim, mais uma prova de seu apoio a causa dos estudantes. Tudo pela ‘campanha dos 50%!’.¹⁷¹

¹⁶⁸ *A Manhã*, 11 de setembro de 1935. Edi o 119.

¹⁶⁹ *A Manhã*, 11 de setembro de 1935. Edi o 119.

¹⁷⁰ *O Globo*, 02 de setembro de 1935. p. 3.

¹⁷¹ *A Manhã*, 14 de setembro de 1935. Edi o 122.

As passeatas se espalharam pelo país, mas a ação policial mostrou-se severa. Em Belo Horizonte, por exemplo, a polícia não deixou nem mesmo o primeiro estudante falar ao público presente.¹⁷² E em Fortaleza não foi diferente, “sob os protestos enérgicos da população local, a polícia cearense cometeu toda sorte de violências contra os jovens, durante um comício de propaganda da ‘Campanha dos 50%’”.¹⁷³

No dia 17 de setembro, a Campanha dos 50% foi lançada oficialmente no Rio Grande do Sul, quando os estudantes formaram uma Comissão organizadora composta por 6 membros, representando diversas organizações estudantis. Naquele dia, também foi lançada uma carta com a reivindicação do abatimento.¹⁷⁴

Nesse mesmo dia, o memorando da Campanha dos 50% foi entregue ao poder legislativo. Na sua apresentação, os estudantes demonstraram o conhecimento da dimensão que o movimento já havia tomado, de modo que percebe-se a ampliação e a politização do teor de suas pautas, mesmo que revestidas por um verniz legalista e de luta por uma educação melhor. Nota-se, logo no início desse memorando, a forma que os estudantes se apresentaram, ou seja, como o maior movimento de juventude já visto no país, demarcando território diante do parlamento numa demonstração de força.

Senhores deputados: A mocidade vem a vossa presença numa impressionante unanimidade, expor, em síntese, as suas necessidades prementes e as suas aspirações imediatas. Sob a bandeira da “campanha dos 50% - o maior movimento dos moços brasileiros de todos os tempos, não só pela sua extensão como também pela sua profunda significação.”¹⁷⁵

A força dos estudantes, exposta nesse memorando, representava um desejo emanado do povo, pois tratava-se de um movimento crescente que, aos poucos, incluía outras pautas, para além do transporte público.

¹⁷²Folha da Noite, 14 de setembro de 1935. p. 3; Diário da Noite, 14 de setembro de 1935. p. 1 e 8; A Manhã, 17 de setembro 1935. p. 8. Edição 124.

¹⁷³A Manhã, 17 de setembro de 1935. p. 7. Edição 124.

¹⁷⁴A Manhã, 18 de setembro de 1935. p. 8. Edição 125.

¹⁷⁵A Manhã, 17 de setembro de 1935. p. 2. Edição 124.

campanha dos 50%, que pleiteia uma redução nos transportes, livros e taxas escolares e diversões em geral, é um movimento de caráter nacional e resume numa síntese feliz, as reivindicações dos estudantes. Ora, em última análise, os interesses dos estudantes se confundem com os interesses do povo. Assim pode-se dizer que a Campanha dos 50% não é apenas uma aspiração estudantil, mas é também uma autentica aspiração popular.¹⁷⁶

Tudo isso pra afirmar que essa era uma reivindicação oriunda de grande mobilização de rua e, assim, merecedora de uma lei que regulamentasse o abatimento. Isso quer dizer que, para a Comissão Organizadora ela era um direito natural à condição de estudante.

O nosso movimento não pleiteia facilidades nos exames, deseja, apenas, que façam uma lei [para] conceder os abatimentos que pleiteamos [...] Por intermédio desse memorial, nós vos pedimos 50% de abatimento nas passagens de bondes, trens, ônibus, barcas e navios, e em cinemas, teatros e praças de esporte, em todos os dias e todas as horas.¹⁷⁷

No fim de setembro, a ofensiva dos estudantes se dedicou ao envio de memoriais de reivindicações da Campanha, estando eles primeiramente concentrados na questão da redução das tarifas de transportes públicos e, posteriormente, na dos livros e das taxas escolares, sendo que a maioria dos cinemas da cidade do Rio de Janeiro já cedia o desconto de 50% para os estudantes. Ainda no começo de outubro, a Comissão Organizadora foi procurada pelos grandes clubes esportivos, os quais expressaram apoio à campanha e informaram que concederiam o desconto de 50% nas entradas dos eventos esportivos.¹⁷⁸

Foi elaborado um memorial referente ao transporte coletivo a ser entregue à Ligth, operadora monopólica dos bondes, na passeata do dia 23 de outubro. Esse texto reivindicava o direito de todos os estudantes a pagarem 50% do valor das passagens de

¹⁷⁶A Manhã, 17 de setembro de 1935. p. 2. Edição 124.

¹⁷⁷A Manhã, 17 de setembro de 1935. p. 2. Edição 124.

¹⁷⁸A Manhã, 01 de outubro de 1935. p. 7. Edição 136.

bondes e ônibus, isso, todos os dias e a qualquer hora. Entretanto, os estudantes não foram recebidos pelos diretores da empresa, mas, mesmo assim, deixaram o documento para a apreciação de quem se interessasse pelo mesmo.¹⁷⁹ Por meio de uma nota, a Ligth se negou a conceder o desconto, alegando que “ceder no caso dos estudantes seria criar um ‘perigoso precedente’”.¹⁸⁰

A Ação Reivindicadora do Centro dos Operários e Empregados da Ligth expressou solidariedade à campanha dos estudantes,¹⁸¹ acompanhando outras entidades do meio sindical que fizeram o mesmo, como “os jornaleiros, os marceneiros [...] a Confederação Sindical Unitária do Brasil, o Sindicato dos Operários em Construção Civil de Niterói, a União dos Contramestres, Marinheiros e Moços da Marinha Mercante, os bancários, a Federação dos Marítimos”.¹⁸² Ainda, a ANL e o jornal *A Manhã*, sendo que o jornal e os bancários fizeram doações financeiras ao movimento.

No fim de outubro, a campanha lançou um novo memorial de reivindicações enviado à Câmara Federal, pleiteando o desconto de 50% nos preços dos livros e das taxas escolares. O documento solicitava que fossem “elaboradas e votadas [...] leis que venham facilitar o ensino: reduzindo em 50% os preços das taxas nos cursos secundários e superiores tornando gratuito o ensino primário e facilitando-o com auxílio de roupas e calçados para alunos pobres”. Na proposta, a redução seria possível se a Câmara criasse uma lei que abatesse impostos sobre o papel utilizado para a fabricação de livros.¹⁸³ Diferente do memorial de transportes entregue à Ligth e às Câmaras Federais e Municipal, o depósito do memorial que tratava da redução dos valores supramencionados foi feita por uma comissão de estudantes, no dia 4 de novembro, sem nenhuma passeata.

O ano letivo já estava no fim e a campanha não tinha mais força de mobilização, mas, para que todo aquele esforço não se esvaísse, foi convocada uma reunião, para o dia 14 de novembro, na Casa do Estudante, com o intuito de, como o jornal *A Manhã* já

¹⁷⁹ *A Manhã*, 24 de outubro de 1935. p. 5. Edição 158.

¹⁸⁰ *A Manhã*, 28 de setembro de 1935. p. 1. Edição 134.

¹⁸¹ *A Manhã*, 19 de outubro de 1935. p. 7. Edição 153.

¹⁸² KAREPOVS, Dainis. 1935: *A Manhã* e a “Campanha dos 50%”. *Perseu: história, memória e política*/Centro Sérgio Buarque de Holanda. n 10, ano 7, p. 239-271. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013.p. 254.

¹⁸³ *A Manhã*, 26 de outubro de 1935. p. 2. Edição 160.

havia anunciado no dia anterior, criar “uma organização nacional, permanente, para defender os direitos da unidade estudantil”.¹⁸⁴

Tendo essa pauta como principal questão, a reunião criou uma comissão que, a partir daquele momento, dirigiu a Campanha e, de certa forma, também o movimento estudantil a nível nacional. Ela contava com a participação de Raul Lins e Silva, Luiz Lacroix Leiras, Othon Marques, Evandro Collares, Olga Vieira, Miguel Gomes, Theomar Jones, Saul Schemberg e Ery Presser Bello.¹⁸⁵

Ao fim da Campanha dos 50%, os estudantes conseguiram aglutinar um grande contingente de jovens disposto a se manter mobilizado em torno de uma entidade estudantil nacional organizada. O saldo de adesão foi de 79 apoios entre escolas, faculdades, cursos técnicos e entidades estudantis de 12 estados, dentre eles, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Alagoas, Ceará, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Paraná e Rio Grande do Sul.¹⁸⁶

Os estudantes também puderam se vangloriar pelas vitórias que obtiveram com a implementação de descontos, principalmente na área esportiva e cultural, apesar de terem obtido êxito no transporte somente em duas capitais, ou seja, Belém e Vitória, além das cidades de Santos e Bauru, de tal modo que essa última concedeu um abatimento de 75% aos estudantes do primário e secundário.¹⁸⁷ Quanto às taxas escolares e ao alto custo dos livros didáticos não houve avanço.¹⁸⁸

Da mesma forma que o surgimento das taxas escolares gerou as manifestações denominadas “Chico Taxas”, o alto custo das tarifas de transportes públicos excluía, ou dificultava, a vida dos poucos alunos que tinham direito à educação, desse modo, os estudantes conseguiram propagar para um grande público as suas reivindicações, criando a maior manifestação estudantil já registradas até aquele momento.

¹⁸⁴ A Manhã, 13 de novembro de 1935. p. 7. Edição 178.

¹⁸⁵ A Manhã, 15 de novembro de 1935. p. 9. Edição 180.

¹⁸⁶ KAREPOVS, Dainis. 1935: A Manhã e a “Campanha dos 50%”. Perseu: história, memória e política/Centro Sérgio Buarque de Holanda. n 10, ano 7, p. 239-271. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013.p.259.

¹⁸⁷ Folha da Manhã, 19 de setembro de 1935. p. 11.

¹⁸⁸ KAREPOVS, Dainis. 1935: A Manhã e a “Campanha dos 50%”. Perseu: história, memória e política/Centro Sérgio Buarque de Holanda. n 10, ano 7. p. 239-271. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013. p. 259

A luta pela redução do valor das tarifas de transportes públicos sempre foi uma constante na história dos estudantes. Como Mendes coloca em seu livro, “uma vez proclamada a República [...] os estudantes participaram ativamente da chamada Revolta do Vintém, contra o aumento das passagens dos bondes do Rio de Janeiro”.¹⁸⁹ Em 1956, o sentimento de unidade, surgido da Revolta dos Bondes, propiciou a reunificação da UBES, que se encontrava dividida em duas entidades, isso, há mais de cinco anos. Entretanto, os acontecimentos de 1935 têm especial importância, pois nele figuram o elemento aglutinador dos jovens estudantes que organizaram as entidades de todo o Brasil numa rede que se comunicava e discutia seus interesses, fator esse determinante para a fundação da UNE, como afirma Dainis Karepovs.¹⁹⁰

A luta reivindicatória foi, portanto, um passo a mais no esforço pela organização dos estudantes, em especial quando se tornou um posicionamento político. A disputa política é uma questão central e, mesmo, fundamental para o surgimento da nova etapa do movimento estudantil marcada por uma entidade nacional, plural e unificada, resultante de uma política moldada no consenso entre diversas partes, entre comunistas, católicos e o Estado. Esses grupos foram essenciais para a unificação em torno do congresso que fundou a entidade nacional dos estudantes, como exposto a seguir.

¹⁸⁹MENDES JR., Antônio. *Movimento Estudantil no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

¹⁹⁰KAREPOVS, Dainis. 1935: A Manhã e a “Campanha dos 50%”. *Perseu: história, memória e política*/Centro Sérgio Buarque de Holanda. n 10, ano 7, p. 239-271. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013. p. 261.

CAPÍTULO III: A DISPUTA PELA ORGANIZAÇÃO DA UNE

3.1 As transformações na política de juventude estudantil dos comunistas

Quando a Federação da Juventude Comunista (FJCB) foi até Moscou participar do VI Congresso da Internacional da Juventude Comunista (IJC) levou um documento que relatava a situação da sua organização. Nele a FJCB dizia viver sob um profundo sectarismo perante aos outros movimentos juvenis existentes na sociedade, que isso era a principal barreira para o crescimento da organização, o que os impedia de ter uma aproximação maior com as massas juvenis. “A causa fundamental [das dificuldades de crescimento da organização] é o sectarismo que nos leva a copiar os mesmos métodos de trabalho, as mesmas formas de organização do Partido Comunista dando a Federação um caráter vanguardista, de um partido de jovens”.¹⁹¹

Apesar dessa dura autocrítica, avaliava-se que o cenário político era favorável para uma mudança de postura da FJCB, pois registrava-se um aumento no custo de vida da sociedade e crescia a indignação na população, que buscava a ampliação de seus direitos. Segundo o relatório, entre os motivos de indignação da juventude brasileira daquele momento destacava-se a educação: “fecham-se escolas, reduz-se o numero de matriculas, aumentam os preços dos materiais escolares, aumentam os preços nos transportes”.¹⁹²

O mesmo documento, ao apontar como não funcionava a FJCB, desnudou os novos rumos que os dirigentes defendiam para o futuro da organização:

Não compreendendo que a J.C é uma organização política de educação da juventude trabalhadora, e que para isto é necessário penetrarmos onde se encontra as largas massas juvenis, e dar amplas

¹⁹¹Informe do c.Marques no VI Congresso da IJC a 1935. 29 de setembro de 1935. Doc.1005. p. 01.CEDEM/UNESP.

¹⁹²Informe do c.Marques no VI Congresso da IJC a 1935. 29 de setembro de 1935. Doc.1005. p. 02.CEDEM/UNESP.

formas de organização aos jovens sem partido para que junto com estas massas possamos educá-las no espírito da luta de classe.¹⁹³

A proposta era uma mudança de postura que deixasse a FJCB mais abrangente e aberta, criando uma organização juvenil de massas. A principal estratégia para alcançar esse objetivo foi a realização do 1º Congresso da Juventude Proletária e Estudantil, conclave que aconteceria em diversas partes do país e seria responsável pela discussão dos problemas que afetavam o jovem brasileiro e que teria caráter amplo, inclusive, com a participação de outras forças políticas, sob a construção de uma nova entidade nacional da juventude.

A missão do Congresso seria impulsionar esse movimento de ampliação, conforme o informe do c. Marques: “ela deve ser uma organização de massa, deve aparecer como uma organização independente, sem nenhuma tendência política partidária exclusiva”.¹⁹⁴

Cita-se André Matos com a finalidade de resumir essa verdadeira virada de comportamento na forma de se organizar da juventude comunista:

A FJCB ao invés de operar no sentido de arregimentar os jovens mais esclarecidos para seu interior e agir como uma organização de vanguarda tinha de realizar um movimento de duas vias. Em primeiro, inserir-se nos diversos movimentos e organizações juvenis legais, para que funcionasse como uma ‘correia de transmissão’, com o objetivo de levantar os principais problemas e possibilidades, despertar a consciência e mostrar o modo de se realizarem os anseios da juventude. Em seguida, a FJCB não poderia ser apenas uma reunião de jovens esclarecidos, mas uma organização ampla, na qual coubessem todas as tendências e segmentos que se reunissem em torno de um programa da massa juvenil.¹⁹⁵

Sobre os dados referentes aos militantes da FJCB, percebe-se o aumento do número

¹⁹³Informe do c.Marques no VI Congresso da IJC a 1935. 29 de setembro de 1935. Doc.1005. p. 02.CEDEM/UNESP

¹⁹⁴Informe do c.Marques no VI Congresso da IJC a 1935. 29 de setembro de 1935. Doc.1005. p. 12.CEDEM/UNESP

¹⁹⁵MATTOS, André Luiz R. *Uma história da UNE (1945-1964)*. Pontes, Campinas, 2014.

de estudantes na entidade em 1935, comparado com os números alusivos aos anos de 1929 e de 1932. Portanto, percebe-se o crescimento da quantidade de estudantes no interior da organização, já mencionado anteriormente. Outros dados, ainda que restritos ao Rio de Janeiro, caminham no mesmo sentido, pois havia na FJCB fluminense “algo em torno de 62 trabalhadores, 33 jovens ligados aos esportes e 42 estudantes”.¹⁹⁶

A orientação de se alcançar maior amplitude e mais diálogo, que a FJCB deu a seus militantes, foi entendida pelo setor estudantil, conforme relata Irun Sant’Anna, como um passo que deveria ser dado em direção às organizações estudantis:

isso [a orientação] levou à conclusão de necessidade de nos inserirmos nos órgãos oficiais dos estudantes [...] Tornou-se claro para nós, a necessidade de criar, em bases democráticas e sem arroubos esquerdistas, um órgão nacional de estudantes.¹⁹⁷

Mesmo os estudantes tendo participado da organização do Congresso da Juventude Proletária e Estudantil, o setor estudantil fez críticas à decisão anteriormente tomada pela FJCB. “No período de 1934 a 1937 os estudantes comunistas se esforçaram em realizar congressos, criar e fazer funcionar entidades com o cunho ideológico de esquerda e antifascista”.¹⁹⁸

Mas, diferente do que se observa nos documentos da FJCB analisados, Irun diz que essas novas entidades nasceriam “desligadas das massas estudantis”.¹⁹⁹ Isso revela uma confusão no entendimento, ou o desconforto com as orientações oriundas do PCB, da própria direção da organização de jovens comunistas, sendo que percebe-se, daqui em diante, a existência de uma divergência entre a orientação partidária e a prática que o setor estudantil adotara dentro da FJCB, ou seja, um dilema entre afirmar a sua autonomia e seguir com disciplina às orientações. Enquanto alguns estudantes

¹⁹⁶MATTOS, André Luiz R. *Uma história da UNE (1945-1964)*. Pontes, Campinas, 2014. p. 393.

¹⁹⁷SANT’ANNA, Irun. Pré-História da UNE e sua fundação, instalação e consolidação. Revista Juventude.br; CEMJ, ano 2, n.03, jun, 2007.

¹⁹⁸SANT’ANNA, Irun. Pré-História da UNE e sua fundação, instalação e consolidação. Revista Juventude.br; CEMJ, ano 2, n.03, jun, 2007.

¹⁹⁹SANT’ANNA, Irun. Pré-História da UNE e sua fundação, instalação e consolidação. Revista Juventude.br; CEMJ, ano 2, n.03, jun, 2007.

comunistas defendiam uma entidade estudantil ampla, o partido orientava a política de frente ampla contra o imperialismo e o fascismo.

O segmento estudantil, um dos poucos setores que continuava a poder agir com relativa liberdade, observou que esse momento seria estratégico para seguir a resolução de sua fundação, de abusar da sua “autonomia organizativa”,²⁰⁰ em esquecer-se de “reunir as massas juvenis no sentido de lhes imputar a orientação do PCB”.²⁰¹

A partir desse momento, os jovens estudantes comunistas começaram a se inserir com mais afinco em organizações estudantis já existentes. Ainda segundo Irun, “tanto a minha ida para a Casa do Estudante, como a de outros companheiros, coroaram mudanças de visão política dos estudantes comunistas”.²⁰² As memórias desse militante também citam a presença da estudante Clothilde Cavalcanti como responsável pela correspondência nacional da CEB, além da presença de outros militantes comunistas que ocupavam “qualquer cargo que vagasse, somente para poder penetrar dentro da Casa do Estudante do Brasil”.²⁰³ Considera-se interessante notar que, no caso específico da CEB, a infiltração comunista estava limitada pelas características assistencialista da entidade, agremiação essa que previa Ana Amélia como presidente vitalícia.

No começo de 1936, a FJCB, através de seu Boletim Interno, repassou orientações acerca das “diretivas sobre o trabalho estudantil”.²⁰⁴ Por meio dele, a entidade definiu medidas para a organização do movimento nas escolas, aproveitando a efervescência da Campanha dos 50%, referente ao preço das passagens de transportes públicos, e as manifestações contra o alto custo de vida.

Enquanto afirmava que “nós da FJCB, conhecemos a importância da organização para a garantia dos movimentos de massa”,²⁰⁵ o Boletim descrevia a articulação crescente do movimento estudantil, isso, em vários estados do Brasil. Nele discorreu-se que esse fator, somado às lutas de massa, deixava clara “a necessidade de

²⁰⁰MATTOS, André Luiz R. *Uma história da UNE (1945-1964)*. Pontes, Campinas, 2014. p. 139.

²⁰¹MATTOS, André Luiz R. *Uma história da UNE (1945-1964)*. Pontes, Campinas, 2014. p. 139.

²⁰²Notas da entrevista de Irun Sant’Anna ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2004. p. 6.

²⁰³Notas da entrevista de Irun Sant’Anna ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2004. p. 6.

²⁰⁴APERJ/DOPS. Notação 852. Fundo DESPS/APERJ. Federação da Juventude Comunista do Brasil. Boletim nº 1. Fevereiro 1936.

²⁰⁵APERJ/DOPS. Notação 852. Fundo DESPS/APERJ. Federação da Juventude Comunista do Brasil. Boletim nº 1. Fevereiro 1936.

uma União Nacional dos Estudantes”.²⁰⁶ Para os estudantes comunistas, com esses elementos a nova entidade nasceria legítima e indiscutivelmente representativa. Os estudantes comunistas entenderam esse boletim como uma orientação direta para poderem criar uma organização antifascista, unificando diversas juventudes pra além da comunista, porém, voltada somente para estudantes, e criaram a União Democrática Estudantil, surgida em meados de 1936.

Mas, em outubro de 1936, o jornal *A Classe Operária*, órgão oficial do PCB, publicou um artigo bastante crítico de um militante identificado apenas como Otávio e intitulado “Pela unificação da juventude brasileira”. Nesse documento, se avalia negativamente a atuação da FJCB daquele momento, dizendo que ela pouco havia avançado nas discussões, avaliações e resoluções aprovadas no VI Congresso da IJC:

nós nos limitamos, quase que exclusivamente, a uma grande cruzada contra o sectarismo, mas esta mesmo foi levada de uma maneira tão sectária, que quase não passou dos limites da nossa organização interna.²⁰⁷

No fim de 1936, o Comitê Central do PCB resolveu encerrar as atividades da FJCB, transferindo a direção do seu trabalho de juventude, assim como seus membros, para um Bureau de Juventude anexado ao Comitê Central do Partido. Naquela ocasião, foi avaliado que, no Brasil, não era possível cumprir, dentro da juventude, a orientação passada no VI Congresso da Internacional Juvenil Comunista, sendo que deveriam partir para uma frente:

em primeiro lugar pela inexistência de organizações juvenis antifascistas de outro caráter que não comunista; em segundo lugar pelo fato da própria *organização em si* estar ainda em seu início entre os jovens, e de existirem pouquíssimas organizações moços, essas mesmas extremamente débeis; em terceiro lugar pelas dificuldades

²⁰⁶APERJ/DOPS. Notação 852. Fundo DESPS/APERJ. Federação da Juventude Comunista do Brasil. Boletim nº 1. Fevereiro 1936.

²⁰⁷A Classe Operária, outubro de 1936. p. 3. Edição 201.

enormes decorrentes da ferroz ilegalidade em que nos encontramos – impossibilitaram na pratica essa transformação da Federação.²⁰⁸

A posição tomada não extinguiu o trabalho juvenil partidário, que, segundo o Comitê Central do PCB, passaria pela “defesa dos direitos e das reivindicações juvenis”²⁰⁹ em todo o país. Porém, todos os problemas que a juventude brasileira enfrentava só poderiam ser sanados se fossem “acompanhados da ORGANIZAÇÃO da mocidade dos diversos setores, das diversas corporações”.²¹⁰ Nesse caso, fica claro que o objetivo do partido, naquele momento, era a criação de uma entidade única de juventude e não compartimentada por setores, como ocorreu no caso da UDE no movimento estudantil. O PCB não abriu nenhum processo de expulsão de um jovem estudante sequer, pela indisciplina e pelo não cumprimento das orientações.

3.1.1 União Democrática Estudantil

O setor estudantil comunista ainda estava muito mobilizado por causa da Campanha dos 50%, então, foi importante manter o projeto de organizar os estudantes em uma única entidade. Isso fez com que a Juventude Comunista – Setor Estudantil debatesse com mais afinco a criação da União Democrática Estudantil (UDE), nascida em 1936, no Rio de Janeiro. Essa União caracterizou-se, naquele momento, como uma organização que visava unificar, de forma ampla, estudantes de diversas matizes de opinião, mas que tinham como ponto em comum as opiniões antifascista, sendo a favor da democracia.

No meio do clima difícil que se instalou entre o PCB e a sua juventude nasceu a União Democrática Estudantil, de modo que fizeram parte da UDE estudantes comunistas e alguns simpatizantes, como Irun Sant’Anna – que já havia passado pela Casa do Estudante do Brasil e pela Comissão Organizadora da Campanha dos 50%, conforme observou-se nessa dissertação anteriormente –, Raul Lins e Silva, também ex-

²⁰⁸ A Classe Operária, fevereiro de 1937. p. 3.

²⁰⁹ A Classe Operária, fevereiro de 1937. p. 3.

²¹⁰ A Classe Operária, fevereiro de 1937. p. 3.

membro da Comissão Organizadora da Campanha dos 50% e, ainda, Medeiros Lima, Dante Viggiani, Hélio Walcacer, Carrera Guerra, Emílio Amorim e Gustavo Simões Barbosa, além dos estudantes de Medicina Aurélio Monteiro, Milton José Lobato, Esmeraldino Mathias e Waldir Medeiros Duarte.²¹¹

O seu estatuto dizia que ela era uma entidade “destinada a defender a Democracia e a Cultura, combater os extremismos e pugnar pelas reivindicações da classe estudantil”.²¹² A UDE seria formada por estudantes das faculdades e colégios do Distrito Federal, àquela época a cidade do Rio de Janeiro, cujo pedido de ingresso fosse aceito pela Comissão Central da entidade.

Seu estatuto ainda fez questão de ressaltar que a entidade defendia a Carta Constitucional de 1934. Ele dizia, nesse sentido, que “nenhuma atitude poderá ser tomada pela U.D.E sem que encontre apoio dentro dos princípios constitucionais”,²¹³ mas também não se abstinha de possivelmente assumir caráter político-partidário, sempre dentro dos princípios democráticos e, desde que fosse decidido em Assembleia Geral, poderia “transformar-se em partido político”.²¹⁴

Essa transformação que a UDE sugere como alternativa pode ser compreendida na relação das associações com os partidos políticos, que muitas vezes é de cooperação mútua, porém a “associação pode guardar suas ambições em tempos difíceis, e depois soltá-las num partido na hora propícia”.²¹⁵ Uma ambição que pretende cavar seu espaço dentro do sistema político vigente e “substituí-lo para melhor” por acreditar que podem estar nas “mesmas posições diante de todos os poderes, do Parlamento, do governo”.²¹⁶

²¹¹SANT’ANNA, Irun. Pré-História da UNE e sua fundação, instalação e consolidação. Revista Juventude.br;CEMJ, ano 2, n.03, jun. 2007.

²¹²Estatuto da União Democrática Estudantil, 2 de junho de 1937. DESP/RJ.APERJ. Fundo Polícia Política no Rio de Janeiro. Notação 105. p. 1.

²¹³Estatuto da União Democrática Estudantil, 2 de junho de 1937. DESP/RJ.APERJ. Fundo Polícia Política no Rio de Janeiro. Notação 105. p. 7.

²¹⁴Estatuto da União Democrática Estudantil, 2 de junho de 1937. DESP/RJ.APERJ. Fundo Polícia Política no Rio de Janeiro. Notação 105. p. 8.

²¹⁵RIOUX, Jean-Pierre. A Associação em política. IN. RÉMOND, René (Org). Por uma história política. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro UFRJ/FGV, 1996. p. 127.

²¹⁶RIOUX, Jean-Pierre. A Associação em política. IN. RÉMOND, René (Org). Por uma história política. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro UFRJ/FGV, 1996. p. 127.

Assim, a entidade realizou uma jornada em busca de reconhecimento estatal por meio do envio de telegramas e da publicação de notas públicas. A edição de 20 de agosto de 1936 do *O Globo* trouxe, nesse contexto, a manchete “Acusada como organização subversiva. A União Democrática Estudantil protesta junto as autoridades”. Essa matéria se referia a uma denúncia feita, dias antes, pelo jornal integralista *A Offensiva*, que acusava a UDE de ser comunista. A publicação desse texto desencadeou um atentado à sede da UDE. Mantendo o tom conciliatório que a UDE queria ter e em busca de liberdade de organização, foi enviado um telegrama requerendo um registro oficial ao ministro da Justiça, Vicente Ráo,²¹⁷ assim como ao delegado especial de Segurança Política e Social, capitão Miranda Correa: “A requerente científica a essa delegacia que visa congregar em torno do seu programa democrático e altamente patriótico, toda a mocidade estudantil, reunida em núcleos nos respectivos estabelecimentos de ensino”.²¹⁸ Essa nota foi assinada por uma Comissão Executiva do núcleo da Universidade do Rio de Janeiro – que respondia pela UDE enquanto não ampliavam essa Comissão com outros núcleos –, ou seja, pelos estudantes Adalberto João Pinheiro, presidente; José Martino Gomide, secretário-geral; Almir Câmara de Mattos Peixoto, secretário; e Antonio Franca, tesoureiro.²¹⁹

Observa-se que a própria entidade pede o seu reconhecimento perante o governo. A UDE, uma entidade independente, mas influenciada pelo PCB, busca, através do Estado, um reconhecimento dentro dessa “cultura estatista”.²²⁰ Numa época em que o governo de Vargas implementava a pluralidade zero nos sindicatos, objetivando subordiná-los à tutela do Estado, a própria UDE faz o pedido de reconhecimento oficial. Isso significaria, na visão da UDE, um livre passe para conduzir

²¹⁷Foi partidário de Getúlio Vargas na vitória da Revolução de 1930, quando assumiu como chefe de polícia de São Paulo. Porém rompe com ele, em 1932, e participa do Levante Paulista precisando se exilar na França. De volta ao Brasil, em 1934, chefia o Ministério da Justiça e Negócios Interiores do governo de Vargas, no mesmo ano participa da fundação da Universidade de São Paulo (USP), tornando-se professor da Faculdade de Direito. Ele foi ainda responsável pela elaboração da Lei de Segurança Nacional de 1935. Saiu do ministério em janeiro de 1937, sofrendo perseguições políticas por ter se manifestado contra o Estado Novo.

²¹⁸O Globo, 20 de agosto de 1936. p. 6.

²¹⁹O Globo, 20 de agosto de 1936. p. 6.

²²⁰ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2.

suas atividades. Porém, essa investida não os livrou de serem intensamente acompanhados pelas autoridades policiais.²²¹

No mês seguinte a União Democrática Estudantil não perdeu a oportunidade de parabenizar o governador da Bahia, Juracy Magalhães, pelo fechamento de uma sede da Ação Integralista em seu estado. Os estudantes, liderados por Antonio Franca, visitaram a redação do *O Globo* pra falar sobre esse tema, e, em entrevista, declaram que a UDE já contava com 400 estudantes.²²² Entretanto, esse número não é considerado confiável, sabendo-se que ele foi dito por um líder de uma entidade que pretendia se firmar na sociedade usando um veículo de grande circulação.

O jornal *Correio da Manhã* publicou, em novembro de 1936, o manifesto da UDE que propunha “defender a democracia e a cultura e a combater os extremismos da direita ou da esquerda”.²²³ O Manifesto foi assinado, em nome da Comissão Central, pelos militantes Luiz Augusto Basto de Armando, Sylvio Menicucci, Antonio Franca, Edgard Amorim e Oswaldo Moraes, os quais fizeram questão de deixar claro o fato de não serem filiados a nenhum partido, assim como de não defenderem nenhuma organização política, sendo a UDE uma organização aberta a todos.

Declarando que todo o partido que pretenda a subversão ou a limitação dessas liberdades é reacionário, é antidemocrático, a União Democrática Estudantil manifesta-se contra o integralismo, dizendo-se disposta a combatê-lo com energia. Também se propugna a defender os interesses da classe estudantil, dentro dos princípios da democracia, conclamando por isso todos os seus adeptos a trabalhar pela extinção do analfabetismo, da pobreza das populações e das endemias.²²⁴

Estudantes pernambucanos fundaram a UDE em seu estado, no início de 1937, e trataram logo de enviar um telegrama ao presidente da República, por meio do qual foi informada a existência dessa nova organização, numa tentativa clara de demonstrar que a entidade não representava perigo à ordem estabelecida pelo seu governo.

²²¹ Relatório de Investigação. Delegado de Ordem Política e Social. Gabinete de Investigações . União Democrática Estudantil. Rio de Janeiro, 1935. APERJ.

²²²O Globo, 08 de setembro de 1936. p. 6.

²²³Correio da Manhã, 01 de novembro de 1936. p. 5. Edição 12876

²²⁴Correio da Manhã, 01 de novembro de 1936. p. 5. Edição 12876

A mocidade estudiosa de Pernambuco participa a V.Ex. a recente fundação no estado, da União Democrática Estudantil, cuja finalidade é a defesa da democracia e combate aos extremismos da direita e da esquerda. A livre propaganda e sabotagem do regime extremistas verdes inquieta o espírito tradicionalmente democrático do povo Pernambuco, infenso e extremismos. Saudações. Pela Comissão – Deraldo Padilha, Theocrito Miranda, Illo Lins Silva, Newton Pimentel.²²⁵

Tal telegrama estudantil foi respondido por Getúlio Vargas, o qual destaca o combate aos extremismos mencionado nesse documento. Dessa maneira, foi reafirmada a necessidade de diluir ideologias em busca da unidade nacional. “Estudantes Democratas de Pernambuco. Apraz-me agradecer comunicação haver sido organizada União Democrática Estudantil com louvável e patriótico fim de cooperar combate aos extremismos. Getulio Vargas.”²²⁶ Tudo isso indica que a UDE seria mais um elemento cúmplice no processo de pacificação das massas.

A UDE soube aproveitar do período em que o governo via que a sua atuação poderia se encaixar no programa de pacificação da sociedade implementado pelo Estado, que, até o momento, a organização não desestabilizava a ordem social, e elaborou uma série de conferências que pretendiam debater o tema democracia. Uma das maiores dessas conferências foi realizada no Teatro Municipal de Niterói com uma palestra ministrada pelo professor Clovis Bevilacqua.²²⁷ Porém, antes da fala de Clovis, alguns jovens ligados às organizações integralistas causaram um tumulto e foram presos pelo delegado Coelho Gomes. Após as prisões, essa conferência ocorreu normalmente. No dia seguinte, a UDE enviou um telegrama congratulando o presidente do estado do Rio de Janeiro e o capitão de polícia de Niterói pela atitude tomada.²²⁸

²²⁵O Globo, 03 de fevereiro de 1937. p. 7.

²²⁶O Globo, 25 de fevereiro de 1937. p. 2.

²²⁷Correio da Manhã, 16 de junho de 1937. p. 13.Edição 13066

²²⁸O Globo, 17 de junho de 1937. p. 2.

A União Democrática Estudantil não entrou em confrontos somente com os integralistas, ela também não era aceita pela Igreja Católica e recebia críticas de Tristão de Athayde que acusava a entidade de agir sob o comando de comunistas. Essa declaração gerou, por parte da UDE, um telegrama de protesto enviado ao Cardeal D. Sebastião Leme.

Diante do espetáculo da mocidade estudiosa do país, reunida numa grande organização democrática para dar combate ao comunismo, nazismo e integralismo, apoiando o cidadão católico Dr. José Américo de Almeida a Presidência da República, vimos protestar veemente perante Vossa Eminência contra a pérfida insinuação do chefe da Ação Católica, Sr. Tristão de Athayde, apontando a UDE, como agindo sob a inspiração de manobras do Konintern. Assinam Mauricio Caldeira Brant, Raul Lins e Silva Filho, Antonio Franca, Pedro Correa, Dilmo Fontoura da Cunha.²²⁹

Nota-se que o telegrama da UDE, enviado ao Cardeal, falava da participação da entidade na campanha presidencial de José Américo. Esse é um fato interessante sobre a UDE, pois ela negava envolvimento com o Partido Comunista. Essa atitude, ao que tudo indica, era uma estratégia para se manter ativa. No segundo semestre de 1937, preparavam-se as eleições presidenciais para janeiro de 1938. Naquela ocasião, o PCB encontrava-se dividido sobre sua posição, quando parte do partido decidiu apoiar o candidato José Américo de Almeida, candidato da situação, o qual também recebeu o apoio de quase todos os governadores, assim como de membros do governo federal. Entretanto, outra parte do partido, liderada pelo Comitê Regional de São Paulo, defendia a candidatura simbólica de Luis Carlos Prestes, que, naquele momento, estava preso. A decisão de apoiar o candidato José Américo causou uma cisão dentro do partido e os apoiadores da candidatura de Prestes foram expulsos.²³⁰

É nesse contexto que a União Democrática Estudantil também se posicionou sobre as eleições presidenciais. O jornal *Correio da Manhã*, em uma nota pequena,

²²⁹O Globo, 05 de agosto de 1937. p. 4.

²³⁰Para saber mais ler em KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1957-1938*. São Paulo: Hucitec/ Unesp, 2003; BUONICORE, Augusto C. RUY, José Carlos. *Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil*, 2ª Edição, Ed. Anita Garibaldi/ FMG, São Paulo. 2012 e também SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. 2ª Edição. Ed. Oficina de Livros. 1989.

publicada na metade do mês de junho, anunciou que a UDE havia lançado um manifesto em apoio a José Américo.²³¹ Dois meses depois, o mesmo jornal anunciou que as outras sedes da UDE haviam entrado na campanha de José Américo. Essas sedes se encontravam instaladas nos seguintes estados: Paraíba, Paraná, Minas Gerais, Sergipe, Ceará, Piauí e Pernambuco.²³² No estado de Pernambuco, a UDE realizou uma Convenção Política para o lançamento da campanha do presidencial. Esse evento foi realizado no Teatro Santa Izabel em Recife, e contou com a palestra do professor da Universidade do Distrito Federal, Gilberto Freyre.²³³

A estratégia traçada pela UDE para a campanha de José Américo foi realizar comícios no Rio de Janeiro e organizar uma Caravana Estudantil que rodou pelos estados de Minas Gerais e da Bahia. Essa Caravana percorreu esses estados propagando a candidatura, dita popular, de José Américo. Entre comícios e reuniões, os estudantes envolvidos com tais eventos foram os acadêmicos Helio Walcacer, Emilio Carrera Guerra, Luiz Paes Leme e Dilmo Fontoura da Cunha, sendo, esse último, aquele que presidiu a caravana até a sua chegada à capital baiana, no fim de setembro.²³⁴

No Rio de Janeiro, a UDE fez parte do Conselho Nacional de Propaganda pró José Américo, presidido por Baptista Lusardo.²³⁵ Em um dos comícios realizados pela UDE, o estudante Helio Walcacer explicitou os motivos pelos quais a entidade apoiou essa candidatura: “[A José Américo] cujo passado de lutas pela democracia, tanto glorifica os moços do Brasil, o apoio dos jovens estudantes, cheios de idealismo sadio e nobre entusiasmo”.²³⁶ Esse comício contou com a presença de outras organizações políticas e sociais, como o Partido Libertador Carioca, Federação Republicana do Brasil, Sindicato dos Operários de Estrada de Ferro de Maricá, Concentração dos Funcionários da Caixa Econômica, Concentração dos Trabalhadores em Marcenaria, Ação Democrática dos Empregados nas Padarias, Diretório Político do Andaraí, Ação Democrática Têxtil, Centro Cívico 4 de Novembro, entre outros.

²³¹Correio da Manhã, 23 de junho de 1937. p. 2.Edição 13072.

²³²Correio da Manhã, 31 de agosto de 1937. p. 6.Edição 13131.

²³³Correio da Manhã, 07 de julho de 1937. p. 2.Edição 13084.

²³⁴Correio da Manhã, 24 de agosto de 1937. p. 2.Edição 13125.

²³⁵Correio da Manhã, 03 de setembro de 1937. p. 2.Edição 13134.

²³⁶Correio da Manhã, 27 de julho de 1937. p. 3.Edição 13101.

Em 11 de outubro, menos de um mês antes do golpe do Estado Novo que abortaria as eleições presidenciais, a União Democrática Estudantil foi fechada pela Delegacia de Ordem Política e Social,²³⁷ quando as autoridades declaram ao *O Globo* que o fechamento se dava, pois ali “militam elementos dados como suspeitos e ligados ao movimento extremista de novembro de 1935”.²³⁸ Os arquivos da UDE foram, naquela ocasião, apreendidos e levados à Delegacia de Ordem Política e Social para serem investigados, da mesma maneira que aconteceu com os documentos da sede dessa entidade na Bahia.²³⁹

Desde a chegada de Getúlio Vargas ao poder, empenhou-se no aperfeiçoamento do aparato repressivo do Estado, de modo que a polícia adquiriu um caráter de vigilante de ideologias. A repressão, implementada pela polícia política junto à juventude, passou a constituir-se numa tentativa de evitar que ela fosse usada por essas ideologias.

Nesse sentido, foi publicado, no *Correio da Manhã* do mês de dezembro, um comunicado do Serviço de Divulgação da Chefia de Polícia do Distrito Federal intitulado “A mocidade não é campo de experimentação social”, um texto todo trabalhado no combate ao que se chamou, nesse documento, de ameaça vermelha e que seria, segundo o mesmo, representado pela União Democrática Estudantil. Portanto, era principalmente necessário afastar os jovens de movimentos que colocassem a nação em situação de desordem.

Em nosso país os propagandistas do credo vermelho também visaram diretamente a mocidade em sua propaganda. Sabiam eles que era mais fácil levar para o mau caminho a mocidade inexperientes do que os homens ponderados e habituados a nortear a vida dentro de um regime de disciplina e de respeito aos direitos do próximo. Quando as autoridades destroem uma organização comunista destinada a perverter a mocidade, os agentes vermelhos tratam logo de fundar outra, com rotulo diferente, mas com os mesmos fins. Foi assim que surgiu a ‘Ala da Mocidade’, da ‘Aliança Nacional Libertadora’ e, mais

²³⁷União Democrática Estudantil APESP/DEOPS OP 70919. São Paulo, 25 de outubro de 1937.

²³⁸O Globo, 12 de outubro de 1937.p.3; Correio da Manhã, 12 de outubro de 1937.Edição 13167.

²³⁹Correio da Manhã, 19 de outubro de 1937. p. capa.

tarde a ‘União Democrática Estudantil’, esta última de caráter nitidamente subversivo.²⁴⁰

Essa repressão aos jovens se explica na medida em que eles militavam politicamente, mesmo que sutilmente dentro da União Democrática Estudantil, contra Vargas. Suas opiniões foram criminalizadas e associadas ao PCB, como se observa no trecho exposto abaixo, de modo que a entidade deveria ser combatida e fechada.

dezenas de rapazes de nossas escolas superiores e mesmo de cursos secundários eram afastados de seus deveres escolares para empregar suas atividades angariando fundos para o Socorro Vermelho, do Partido Comunista, e fundos esses destinados a auxiliar as despesas da campanha comunista em nosso país. As autoridades desta capital após a mazorca de novembro de 1935 tiveram oportunidade de intervir em vários casos em que estavam envolvidos rapazes matriculados em estabelecimentos oficiais.²⁴¹

Esse comunicado evidencia as preocupações dos grupos anticomunistas que interpretavam o comunismo como sendo o inimigo estrangeiro a serviço da União Soviética e também evidencia a luta pela defesa da nação, com um nacionalismo de viés conservador, enfatizando a defesa da ordem, da tradição e da centralização contra as forças de desordem. Nesse contexto, o jovem – mocidade – surge como um elemento importante pra pacificação da nova sociedade almejada pelo Estado Novo.

A União Democrática Estudantil não foi a experiência que vingou como órgão estudantil nacional, porque, apesar do discurso tentando se apresentar como representação dos estudantes, ela era formada majoritariamente por comunistas e tinha um caráter mais antifascista do que uma entidade de massas. Ela era herdeira da política da ANL, diferentemente da UNE, que seria fruto do espírito coletivo constituído durante a Comissão Organizadora da Campanha dos 50%. O governo também percebeu a similaridade com a política da ANL, tanto que, em 1937, a UDE foi proibida e

²⁴⁰Correio da Manhã, 17 de dezembro de 1937. p. 2. Edição 13223.

²⁴¹Correio da Manhã, 17 de dezembro de 1937. p. 2. Edição 13223.

fechada. Apesar do caráter mais amplo daquele da FVE, essa entidade também não vingou e seus membros, que nunca se desligaram do PCB, foram presos e perseguidos.

3.2 O Conselho de Ana Amélia

O crescimento do movimento estudantil nacional fez com que a Casa do Estudante do Brasil também mudasse de postura, passando a se preocupar com a disputa dos rumos das reuniões dos estudantes. Utilizando seu prestígio e autoridade, a CEB tentava impor-se e adiantar-se no processo considerado inevitável de criação de uma entidade estudantil nacional.

O processo iniciou em fevereiro de 1937, em Sophia, na Bulgária, durante o Congresso da Confederation Internationale des Etudiant (CIE). Essa atividade reuniu 42 organizações estudantis de todo o mundo, a qual, naquela ocasião, admitiu como membro, por unanimidade, o ingresso da Casa do Estudante do Brasil. A CEB prometeu que ela mesma realizaria um encontro no Brasil, com todas as organizações sediadas no país, assim como realizara a CIE.

Vai agora, [...] dirigir-se a todos os estudantes de todos os Estados do país, através das suas Casas do Estudantes, Centro e Diretórios, convocando-os para um grande Conselho Nacional de Estudantes.²⁴²

E foi exatamente isso que aconteceu no segundo semestre de 1937, quando Ana Amélia, através da CEB, convocou, junto a outras organizações estudantis, o Conselho Nacional de Estudantes (CNE), encontro esse que estava previsto no estatuto da CEB, mas que nunca havia ocorrido.

O Conselho era um órgão da CEB, a qual permanecia sob a presidência de Ana Amélia Carneiro de Mendonça, e contou com uma Comissão Organizadora composta por: Diretório Central de Estudantes da Universidade do Brasil, Casa do Estudante do Brasil, União Universitária Feminina, União Democrática Estudantil, Academia Clovis Bevilacqua, Centro Candido de Oliveira, Centro de Estudos Ruy Barbosa, Diretório

²⁴²Correio da Manhã, 2 de fevereiro de 1937. p. 7. Edição 12954.

Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, Revista Acadêmica, Jornal Universitário Cartaz, Revista Ciência, Associação Universitária, Sociedade Universitária de Intercâmbio Cultural, Coligação da Mocidade Pró Educação Sexual, Federação Atlética de Estudantes, Diretório da Escola Nacional de Agronomia, Centro Amaro Cavalcanti, Diretório Acadêmico do Instituto Nacional de Música e Sociedade Brasileira de Microbiologia.²⁴³ Porém a Comissão foi realmente gerida por estudantes mais próximos de Ana Amélia, ou seja, José Raymundo Soares, presidente do Diretório da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte; Waver Moraes e Barros, da Faculdade de Odontologia e Farmácia de Minas Gerais; e, ainda, José Tavares Perreira e Marcos Nogueira.²⁴⁴

O objetivo era eleger uma diretoria para esse Conselho, com o intuito de ser o legítimo representante dos estudantes do país, como traz a matéria do *O Globo*: “tratarão os estudantes da possibilidade da criação de uma entidade nacional de estudantes capaz de se bater pelos seus problemas de ordem material e cultural, de acordo com as conclusões do congresso”.²⁴⁵ A Comissão Organizadora também lançou um manifesto informando como seria o conclave, o qual foi dividido em três partes. A primeira para debater as questões diretamente ligadas ao dia a dia estudantil; a segunda para debater temas culturais; e a terceira para debater a criação de uma entidade estudantil nacional.

O evento fez questão de marcar seu tom apolítico aprovando, em plenário, a proposta de Mário Ribeiro, do Diretório Central de Estudantes de Minas Gerais, encaminhada pra votação logo no primeiro dia de atividade, onde seria “expressamente proibido a discussão de temas políticos”.²⁴⁶ O mesmo estudante, dias depois, indicaria outra proposta para aprovação em plenário, a que o Conselho Nacional dos Estudantes requeresse aos órgãos competentes a entrada da entidade no Conselho Nacional de Educação.²⁴⁷

²⁴³O Globo, 16 de abril de 1937. p. 2.

²⁴⁴Correio da Manhã, 11 de agosto de 1937. p. 6. Edição 13114; O Globo, 16 de agosto de 1937. p. 2.

²⁴⁵O Globo, 16 de abril de 1937. p. 2.

²⁴⁶Correio da Manhã, 13 de agosto de 1937. p. 3. Edição 13116

²⁴⁷Correio da Manhã, 17 de agosto de 1937. p. 6. Edição 13119.

A fuga dos temas políticos também foi percebida pela historiadora Angélica Müller, não como despolitização, mas como uma forma de velar o governismo da entidade:

A proibição de temas políticos não pode passar em branco. Se a CEB não tinha intenções políticas claras a favor do Estado Novo, não se pode deixar de notar a proximidade da dirigente da CEB com o Ministro da Educação e com o próprio Presidente da República.²⁴⁸

Essa aproximação era o que norteava Ana Amélia na seleção dos temas políticos a serem tratados pela CEB. Foi isso que a fez se retirar do Comitê Estudantil Contra a Guerra das Assembleias Estudantis que debatiam a juventude e a democracia e também se negar a participar da Comissão Organizadora da Campanha dos 50%, conforme visto anteriormente.

Já o Conselho Nacional dos Estudantes, em agosto de 1937, ocorreu com muita normalidade e foi frequentado por alguns jovens que também participaram da tentativa frustrada de 1935. Porém, dessa vez, o Estado estava mais presente, enviando o ministro da Educação, Gustavo Capanema, para acompanhar a abertura e o encerramento da atividade. A explicação para tal proximidade parece relacionar-se com a importância dada pelo governo de Vargas à formação da juventude, por isso, esclarece a historiadora Maria Paula Araújo, que “para muitos, o objetivo do apoio ministerial era, justamente, a criação de uma entidade despolitizada que permitisse o controle, por parte do governo, dos estudantes”.²⁴⁹ Inclusive, uma comissão de estudantes foi recebida pelo presidente Vargas ainda durante o Congresso. O jornal *O Globo* relata que esse foi o momento do reconhecimento oficial do Conselho Nacional dos Estudantes.²⁵⁰

Na última sessão do Congresso, os estudantes aprovaram um estatuto para o Conselho Nacional de Estudantes, que dizia que o mesmo seria organizado por representantes de todas as entidades estudantis do país. Ele teria uma Comissão

²⁴⁸MULLER, Angélica. *Entre o Estado e a Sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação da UNE*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.p.34 e 35.

²⁴⁹ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007, p.24.

²⁵⁰O Globo, 20 de agosto de 1937.p.3.

Executiva, disposta da seguinte forma: como presidente José Raymundo Soares, do Diretório da Faculdade de Medicina de Minas Gerais; como primeiro vice-presidente Walter Sá Cavalcante, do Centro Estudantil Cearense; como segundo vice-presidente Herique Bonança, do Diretório da Escola de Engenharia do Paraná; como secretário geral Nelson Ferreira, da Casa do Estudante do Brasil; como secretário de expediente Manoel Alvares da Cruz, do Centro Evaristo da Veiga da Faculdade de Direito do Estado do Rio; como secretário tesoureiro Walfredo Gomes, do Diretório da Faculdade de Engenharia da Universidade.²⁵¹ Isso, com sede na Capital Federal e secretarias estaduais, de modo que teria como principal finalidade “a representação oficial dos estudantes brasileiros”.²⁵² Nasceria, assim, um novo órgão estudantil.

Sobre a atuação dessa Comissão não existem vestígios. O certo é que, nesse primeiro ano, o Conselho funcionou como um órgão anexado à CEB, e que, em abril do ano seguinte, tentou, porém sem êxito, realizar sua segunda assembleia em Belo Horizonte.²⁵³ Entretanto, ela foi atropelada pela organização do congresso da UNE.

Segundo alguns pesquisadores, e mesmo pela tradição do movimento estudantil,²⁵⁴ o Conselho Nacional dos Estudantes seria o marco fundacional da União Nacional dos Estudantes, mas, como revelou a pesquisa de Angélica Müller, esse Conselho de 1937 ainda não caracterizava a fundação da entidade representativa e ampla que os estudantes almejavam:

vemos a UNE, em seus documentos posteriores, considerar sua fundação a partir do II Congresso. Fica claro que não passaram de tentativas da Presidente da CEB de levar os ‘louros’ na organização dos estudantes brasileiros.²⁵⁵

²⁵¹ A Nação, 22 de agosto de 1937. p. 3. Edição 01415.

²⁵² Correio da Manhã, 17 de agosto de 1937. p. 6. Edição 13119.

²⁵³ Correio da Manhã, 26 de abril de 1938. p. 3. Edição 13330 Correio da Manhã, 5 de maio de 1938. p. 6. Edição 13338.

²⁵⁴ Não encontrou-se em nenhuma pesquisa ou fonte quando foi que a UNE passou a adotar o ano de 1937 como sendo o ano de sua fundação, já que em seus primeiros anos de existência ela assinava como sua fundação a data de 21 de dezembro de 1938, como evidenciado no trabalho de Angélica Müller, inclusive com investida de documentos assinados pela entidade assinalando a data de 1938.

²⁵⁵ MULLER, Angélica. *Entre o Estado e a Sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação da UNE*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p. 44.

Dias depois do término do Conselho a União Democrática Estudantil lançou uma nota de solidariedade ao encontro. Nela a associação fez questão de ressaltar sua luta pela realização de um encontro nacional de estudantes e lamentou ter sido impedida de realizar isso anos antes.

Ao encerrar-se o Conselho Nacional de Estudantes, realizado sob os auspícios da Casa do Estudante do Brasil, a União Democrática Estudantil, das primeiras organizações a lutar pela realização de um congresso de estudantes, tendo colaborado na elaboração do manifesto, por meio do qual as organizações universitárias da Capital Federal lançaram o Primeiro Congresso Nacional de Estudantes, cuja realização ficou preterida, por motivos superiores a vontade dos estudantes, congratula-se com os colegas componentes deste Conselho, que vieram de diferentes regiões do país, representar o pensamento e trazer as aspirações dos estudantes brasileiros.²⁵⁶

A União Democrática Estudantil ainda ressaltou a similaridade das conclusões do Conselho, assim como o programa que ela defendia. Por último, a associação convocou todos a se somarem à entidade pra realização do I Congresso Nacional de Estudantes.

Aos estudantes brasileiros, representados neste conclave, a União Democrática Estudantil, trás a sua solidariedade, fazendo um apelo para que trabalhem pela realização do I Congresso Nacional de Estudantes, cujo manifesto programa foi lançado pelas organizações estudantinas do Distrito Federal, contando com o apoio de inúmeras das mais importantes associações estudantinas do país.²⁵⁷

Ao mesmo tempo que saudavam o conclave do Conselho de Estudantes que acabara de acontecer, os membros da União Democrática Estudantil ressaltavam que ainda almejavam ver acontecer um Congresso Nacional de Estudantes.

²⁵⁶Correio da Manhã, 24 de agosto de 1937. p. 2.Edição 13125.

²⁵⁷Correio da Manhã, 24 de agosto de 1937. p. 2.Edição 13125.

3.3 A União Nacional dos Estudantes, finalmente!

O Conselho organizado pela CEB foi considerado por Irun Sant'Anna, como essencialmente anti-UNE, principalmente por se negar a tratar de temas de caráter político. Fica clara, nessa análise, a marca diferencial do movimento que logrou fundar a UNE, ou seja, o enfrentamento dos grandes temas políticos nacionais. Para Sant'Anna, o objetivo dos jovens comunistas, naquele momento, era “criar um lídimo órgão nacional dos estudantes, de caráter representativo indiscutível, democrático, antifascista, voltado para os interesses dos estudantes, mas, ao mesmo tempo, ligado às grandes questões nacionais, como a industrialização do país, a siderurgia e o petróleo”.²⁵⁸

De fato, a disputa de opinião política foi questão fundamental no surgimento da nova etapa do movimento estudantil marcada por uma entidade plural e unificada. Como afirmou Lúcio Abreu, “o resultado desse trabalho era reflexo de uma ampla aliança, que congregava desde lideranças da Juventude Estudantil Católica (JEC) até as da Juventude Comunista (UJC)”.²⁵⁹ Apesar do registro de maior participação de militantes desses dois grupos, fica claro que outros grupos de esquerda e de direita também se esforçaram para criar raízes no movimento estudantil. Isso deu início a uma das características mais marcantes da história do movimento estudantil brasileiro: a intensa disputa entre as mais diversas opiniões.

A construção do 2º Congresso Nacional de Estudantes passou a ser alvo das articulações tanto da Casa do Estudante, composta por comunistas, católicos e estudantes ligados ao governo. Esse Congresso herdou a numeração do encontro de estudantes ocorrido 28 antes, conforme Irun Sant'Anna relata:

²⁵⁸SANT'ANNA, Irun. Pré-História da UNE e sua fundação, instalação e consolidação. Revista Juventude.br;CEMJ, ano 2, n.03, jun. 2007. p. 4.

²⁵⁹Notas da Entrevista de Lúcio Abreu a UBES 50 anos Coisa de Criança? 1998. p. 9.

Jorge Dodsworth [...], quando soube que nós íamos realizar o Congresso Nacional dos Estudantes, nos chamou, [...] e disse: ‘Olha, se vocês denominarem esse Congresso Nacional dos Estudantes de primeiro, eu vou processar vocês, porque em 1910 nós realizamos um Congresso Nacional dos Estudantes, e esse é o primeiro, é o nosso, o de vocês só pode ser o segundo’.²⁶⁰

Não houve discordância por parte dos estudantes, pois Jorge Dodsworth era irmão interventor do Distrito Federal e Henrique Dodsworth indicado por Getúlio Vargas, o qual representou a prefeitura do Rio de Janeiro durante todo o período do Estado Novo. Na delicada situação política do país, ceder a numeração do congresso a um membro do governo de Vargas era um sinal de todos ao consenso necessário para se fundar a UNE. Era o sinal que os estudantes queriam passar diante do Estado. Entretanto, Irun disse: “não sabíamos é que ia dar essa confusão danada que deu. Ele é o segundo, mas não é o segundo de fato, ele é o primeiro. O primeiro foi em 1910, mas para formar a UNE ele seria o primeiro congresso”.²⁶¹ Por isso, nos primeiros dias do 2º Congresso, uma delegação de estudantes fez uma visita de cortesia ao prefeito.²⁶²

O Congresso foi construído por diversas mãos e por estudantes de diversas opiniões políticas, como se pode perceber observando as pautas do conclave. Diferente do Conselho de 1937, era visível o debate político onde “permeavam as questões culturais e econômicas dos estudantes”.²⁶³

A estudante e militante comunista Clotilde Cavalcanti ficou na presidência da Comissão Executiva do Congresso. Ela assinou a primeira circular de convocação, com tom crítico, direcionada ao governo de Getúlio Vargas. Apesar do apoio oficial para a realização do Congresso, que cedeu estrutura física e financeira através de um pedido de Ana Amélia, ela não estava contente com o assunto da criação da União Nacional dos Estudantes.

²⁶⁰Notas de entrevista de Irun Sant’Anna, ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2004. p. 6.

²⁶¹Notas de entrevista de Irun Sant’Anna ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2004. p. 6

²⁶²Correio da Manhã, 08 de dezembro de 1938. p. 14. Edição13523.

²⁶³MULLER, Angélica. *Entre o Estado e a Sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação da UNE*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p. 35.

Nas memórias de Joel Silveira, que na época era estudante de direito, encontra-se o relato de uma conversa dele com o dirigente comunista Medeiros Lima sobre a realização desse congresso logo que ele começou a frequentar a Casa do Estudante. Segundo Silveira, naquele momento ele entendeu a tensão existente entre Ana Amélia e diante do possível surgimento da União Nacional dos Estudantes. Medeiros afirmava que “A verdade [...] é que aqui na Casa do Estudante, embora a maioria dos que frequentam não perceba, como é seu caso, já se estabeleceu uma crise. É que D. Ana Amélia é contra a realização do II Congresso”.²⁶⁴ E continuou, “Na verdade, ela não é contra o II Congresso, é contra a União Nacional dos Estudantes, que fatalmente surgirá do Congresso”.²⁶⁵

Segundo eles, Ana Amélia se sentia ameaçada diante da possibilidade de perder o prestígio que ela tinha diante dos estudantes e pensava que quanto mais o movimento estudantil se envolvesse em debates políticos mais eles se afastariam da CEB, um órgão que pretendia ser somente assistencialista. Medeiros destaca:

União Nacional dos Estudantes que surgirá do II Congresso pretende ser uma força política e como tal reconhecida pelos dirigentes do país. É aí que D. Ana Amélia empaca. Diz ela que tudo isso é política, repete o chavão de que estudante deve estudar e não fazer política.²⁶⁶

Ainda na mesma conversa, Medeiros contou para João Silveira sobre uma discussão de Ana Amélia e um grupo de estudantes “Dias atrás, ela possessa, completamente fora de si, chegou a gritar com o Antonio Franca, o Luis Paes Leme, o Helio de Almeida e eu, e ameaçou nos expulsar aqui da Casa”.²⁶⁷ A discussão aconteceu, pois Ana Amélia dizia que os estudantes queriam “inocular o veneno da política na classe estudantil”,²⁶⁸ fato esse que, em sua visão, acabaria com a Casa do Estudante.

Finalmente, em 5 de dezembro de 1938, no Teatro Municipal do Rio, ocorreu a abertura do 2º Congresso Nacional dos Estudantes com delegações do Distrito Federal,

²⁶⁴SILVEIRA, Joel. *Na fogueira*: memórias. Rio de Janeiro: Muad, 1998. p. 422.

²⁶⁵SILVEIRA, Joel. *Na fogueira*: memórias. Rio de Janeiro: Muad, 1998. p. 423.

²⁶⁶SILVEIRA, Joel. *Na fogueira*: memórias. Rio de Janeiro: Muad, 1998. p. 423.

²⁶⁷SILVEIRA, Joel. *Na fogueira*: memórias. Rio de Janeiro: Muad, 1998. p. 423-424.

²⁶⁸SILVEIRA, Joel. *Na fogueira*: memórias. Rio de Janeiro: Muad, 1998. p. 424.

Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraná, Maranhão, Ceará e Pará.²⁶⁹ Representadas 42 entidades estudantis secundaristas e universitárias, até o fim do congresso, o número de participantes quase dobrou.²⁷⁰

O aval do governo ao evento é representado pelo fato de que a mesa de abertura foi dirigida por um representante do Ministério da Educação, de modo que alguns professores e estudantes fizeram o uso da palavra. Entre os estudantes que se pronunciaram no evento, ou seja, dois comunistas, têm-se o secundarista presidente da Associação Pré-Universitária Alagoana, Barcelino Maia, e, como orador oficial em nome da Comissão Organizadora, Wagner Cavalcanti, membro do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), da Faculdade Nacional de Direito.²⁷¹

O fato da Juventude Universitária Católica (JUC) estar presente no Congresso foi motivo de notícia no jornal *Correio da Manhã* o qual destacou, na notícia que anunciava a instalação do Congresso, o seguinte: “A JUC esta representada no Congresso pela seguinte delegação: Mauricio Parreiras Horta, Raymundo Correa Sobrinho, Oscar F. Barreto, José Maria Gomes e Fabio A. Ribeiro”.²⁷²

Os estudantes sabiam que necessitavam do apoio do governo e, por isso, o orador oficial apresentou aos presentes um discurso com toda parcimônia possível. Referenciando-se a um discurso do presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, o estudante valorizou o espaço de construção estudantil, assim como os valores democráticos, numa crítica indireta ao Estado Novo. Isso, sem entrar em atrito direto com o governo de Vargas.²⁷³ Essa relação tensa com o governo pode ser observada, claramente, na seguinte reflexão: “A cerimônia de abertura do Congresso encerrou-se com a eleição da Comissão de Honra Diretora do Congresso, figurando Getúlio Vargas como Presidente”.²⁷⁴ A UNE necessitava nascer e ser reconhecida como legal pelo

²⁶⁹MULLER, Angélica. *Entre o Estado e a Sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação da UNE*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

²⁷⁰Correio da Manhã, 04 de dezembro de 1938. p. 24. Edição 13520.

²⁷¹SANT’ANNA, Irun. Pré-História da UNE e sua fundação, instalação e consolidação. Revista Juventude.br;CEMJ, ano 2, n.03, jun 2007.

²⁷²Correio da Manhã, 04 de dezembro de 1938. p. 24. Edição 13520.

²⁷³Notas de entrevista de Irun Sant’Anna ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2004. p. 8.

²⁷⁴MULLER, Angélica. *Entre o Estado e a Sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação da UNE*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

Estado para poder atuar livremente. Essa aproximação da Comissão Organizadora do Congresso com os membros do governo tinha esse significado.

Nas ações do governo do Estado Novo a juventude tinha um lugar de evidência. Mauricio Parada observa que para eles os jovens estavam associados à conservação do regime, um contingente que deveria ser formado pra assumir prontamente o futuro da nação. O jovem nacional passou a ser um recurso a ser gerenciado, ao mesmo tempo em que se tornava um avalista das possibilidades de futuro planejadas pelos dirigentes políticos do regime”.²⁷⁵

Segundo Carlos Buck, em 1940, Antonio Franca, ao apresentar sua monografia num curso técnico em educação, intitulada *Organização da Juventude Universitária*, abordou essa questão da tutela versus a autonomia estudantil diante do Estado, e, em alguns pontos, Franca, parece tratar duma justificativa pelas atitudes tomadas no processo de fundação da UNE. Buck cita um trecho desse documento:

1ª – Sem o auxílio e a tutela governamental não é possível criar, na atual situação brasileira, uma organização que preste eficiente assistência à juventude universitária e coordene suas atividades extraescolares, no gênero que apresentamos, com funcionamento regular e eficaz.

2ª – Sem que seja garantida aos universitários a autonomia política e administrativa de suas organizações, não será possível fazer com que os mesmos aceitem uma organização centralizada. (Veja-se resolução do 2º Congresso Nacional de Estudantes).

3ª – A assistência governamental à organização da juventude universitária brasileira deverá ser ministrada por um órgão técnico, ligado ao Departamento Nacional de Educação [...] cuja função será assistir ao funcionamento da UNE [...] sem intervir na direção da mesma.²⁷⁶

²⁷⁵ PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro. Editora PUC-Rio. Editora Apicuri. 2009, p.41.

²⁷⁶ Buck. C.H. *A UNE e a mobilização das massas estudantis durante o Estado Novo*. Niterói: Dissertação de Mestrado defendida pela Universidade Salgado de Oliveira, 2012.p.51-52. Ano de Obtenção: 2012.

A tutela era algo permitido e pensado pelos estudantes. Ela era necessária, segundo Franca, para se adentrar à política corporativa, enquanto o governo oferecia, de forma cordial, sua ajuda, ao mesmo tempo que monitorava.

A dinâmica do Congresso foi feita por sessões plenárias diárias, exatamente duas por dia, e os estudantes se revezavam na presidência dos trabalhos e na apresentação de suas teses. Nas primeiras foram aprovadas as comissões de condução do congresso e o regimento interno, sendo que o local onde aconteciam as atividades era as instalações da Escola Nacional de Belas Artes.²⁷⁷

É importante destacar duas coisas sobre os encontros estudantis de 1937 e 1938. Primeiro, o I Conselho Nacional de Estudantes, realizado em 1937, e o II Congresso Nacional de Estudantes, realizado em 1938, tiveram como marca distintiva o tratamento dado aos debates de temas políticos. O primeiro se negou a fazê-lo, já o segundo fez questão de manter a política dentre os assuntos abordados. Segundo, vale notar que o presidente do Conselho Nacional de Estudantes, José Raymundo Soares não é protagonista na cena do Congresso Nacional de Estudantes. Ele compareceu, fez parte da comissão que elaborou o regimento do congresso, mas não esteve presente na mesa de abertura e de encerramento, nem para dar posse ao seu suposto sucessor. Fato realmente estranho pra um dirigente estudantil de uma entidade que, supostamente, estava organizando uma atividade da sua própria entidade. Esses fatos reforçam a tese de que foram dois eventos distintos que originaram organizações estudantis também distintas.

O Congresso se reuniu, até o dia 21 de dezembro, em treze plenárias, durante as quais foram debatidas 60 teses.²⁷⁸ Esse número significativo se deu pelo fato de que qualquer estudante presente tinha o direito de apresentar e defender uma tese. Diversos temas foram apresentados, como preocupações com a política nacional e com o alto custo de vida, discussões educacionais – por exemplo, a organização do sistema acadêmico, os altos custos dos livros decorrentes da falta de indústrias nacionais de papel e a redução das taxas escolares –, além de discussões sobre as tarifas de

²⁷⁷Correio da Manhã, 08 de dezembro de 1938. p. 14. Edição 13523; Correio da Manhã, 10 de dezembro de 1938. p. 3. Edição 13525.

²⁷⁸Correio da Manhã, 23 de dezembro de 1938. p. 3. Edição 13536.

transportes públicos e os preços das entradas dos eventos culturais, assim como sobre temas polêmicos, dentre eles, a instituição do divórcio e das leis trabalhistas para mulheres e, claro, da organização dos estudantes.

Ao longo do Congresso, os estudantes estiveram no Palácio do Catete durante duas ocasiões. A primeira foi quando da reunião da delegação mineira com a filha e então secretária pessoal do presidente Vargas, Alzira Vargas.²⁷⁹ Posteriormente, houve uma visita oficial dos representantes do Congresso ao gabinete de Vargas, quando eles foram acompanhados por Ana Amélia. A saudação oficial ficou por conta do estudante Wagner Cavalcanti. Outro que também falou, naquela ocasião, foi o representante dos estudantes de Minas Gerais, Uriel Rezende Alvim.²⁸⁰

Ainda sobre as atividades extra Congresso, os estudantes ofereceram um almoço à imprensa e aos intelectuais envolvidos, quando a saudação foi feita pela representante da União Universitária Feminina, Clotilde Cavalcanti.²⁸¹ Por sua vez, Ana Amélia preparou uma recepção aos estudantes em sua casa e, já próximo do fim do Congresso, os estudantes realizaram um grande piquenique de confraternização na Ilha de Paquetá.²⁸²

A tese *União Nacional dos Estudantes Brasileiros* foi apresentada pelo jovem comunista Antônio Franca, também do CACO. Antônio se tornou a maior liderança comunista dessa Faculdade de Direito, após a formatura de Raul Lins e Silva, no ano anterior. Essa tese defendia que deveria haver empenho para a criação de uniões estaduais de estudantes, as quais fortaleceriam a criação da UNE naquele encontro.²⁸³

De acordo com Irun Sant'Anna:

Quando chegou a discussão se ia continuar a ser Conselho Nacional de Estudantes, submetido à Casa do Estudante, ou se iria ser União Nacional dos Estudantes, aí a coisa virou tudo para as bancadas dos

²⁷⁹Correio da Manhã, 13 de dezembro de 1938. p. 6. Edição 13527.

²⁸⁰Correio da Manhã, 16 de dezembro de 1938.p. 14. Edição 13530.

²⁸¹Correio da Manhã, 17 de dezembro de 1938. p. 3. Edição 13531.

²⁸²Correio da Manhã, 18 de dezembro de 1938. p. 8. Edição 13532.

²⁸³POERNER, Arthur José, *O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. p. 129.

estudantes. Minas maciçamente ao lado dela [Ana Amélia], outros Estados também apoiando ela. Bahia e Rio de Janeiro frontalmente contra, não tinha um voto. Aí nós temos a grande jogada: fomos para a maior delegação, a mais representativa de todas, o Centro XI de Agosto [da Faculdade de Direito de São Paulo]. Quando nós conquistamos o voto do pessoal paulista, pronto, acabou. As três maiores delegações estavam contra, estavam a favor da UNE e contra ela. Derrotamos ela no voto.²⁸⁴

Essa decisão transformou a Sessão Solene de Encerramento do 2º Congresso Nacional de Estudantes, em 22 de dezembro de 1938, em ato de fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Portanto, essa entidade nascia para ser o órgão máximo de representação dos estudantes em todo território nacional. Nesse contexto, foi aprovado o estatuto que transformou o Conselho Nacional de Estudantes em um encontro deliberativo da UNE e também foi eleita a primeira diretoria da entidade. Na Assembleia Final, estavam presentes o ministro da Educação, Gustavo Capanema, o estudante Wagner Cavalcanti, orador oficial da Comissão Organizadora, e o chefe da baiana, Valdir Borges, que resumiu as resoluções aprovadas no Congresso.

Assinalou, então, entre outras realizações, a formação da União Nacional dos Estudantes nas duas últimas sessões plenárias realizadas. O novo organismo, constituído em bases solidas e praticas, viria resolver o problema da unificação das associações estudantis.²⁸⁵

A primeira eleição da UNE contou com o voto de 77 associações das 82 entidades estudantis que participaram do Congresso e que representavam 14 estados brasileiros.²⁸⁶ A primeira diretoria da UNE teve como presidente Valdir Ramos Borges, da Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre, que, durante o congresso, apresentou a tese *Situação Econômica do Estudante* e propôs o lançamento de uma campanha no sentido de promover a organização de mais Casas do Estudante, como as que já existiam em Pernambuco, Ceará, Paraíba e Espírito Santo. Já em seu discurso final, esse

²⁸⁴Notas de entrevista de Irun Sant'Anna ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2004. p. 11.

²⁸⁵Correio da Manhã, 22 de dezembro de 1938. p. 3. Edição 13535.

²⁸⁶Correio da Manhã, 23 de dezembro de 1938. p. 3. Edição 13536.

estudante disse que seu mandato se apoiaria na “democracia e na doutrina humana e igualitária do cristianismo”.²⁸⁷

O restante da diretoria ficou assim composta: a primeira Vice-Presidência foi ocupada por Armando Calil, do Centro Acadêmico de Direito da Universidade Paraná; o segundo vice-presidente foi César Barbosa Filho, do Centro Acadêmico XI de Agosto da Universidade de São Paulo; o terceiro vice-presidente foi Newton Pimentel, do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina do Recife; o secretário-geral foi Antônio Franca*; a 1ª Secretaria-Geral foi de responsabilidade de Clotilde Cavalcanti, da União Universitária Feminina*; o 2º secretário-geral foi Américo Reis*, do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Agronomia; e, como tesoureiro, teve-se Wagner Cavalcanti*, do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade Nacional de Direito (CACO).²⁸⁸ Os nomes marcados por um asterisco eram, segundo Irun Sant’Anna, referentes a militantes da Juventude Comunista.²⁸⁹

Percebe-se que tanto o presidente como todos os vice-presidentes eram representantes de outros estados da federação, num esforço de valorizar a representatividade nacional da entidade, mas que todas as funções organizativas ficaram a cargo de estudantes comunistas da Capital Federal. Essa política garantia a amplitude da entidade. Nas três primeiras gestões, destacado papel cumpriu Antônio Franca, reeleito duas vezes como secretário geral da UNE.

Nos primeiros momentos da UNE, houve uma significativa aproximação com Ana Amélia. Entretanto, conforme ela foi percebendo que a UNE não estaria sob seu controle, as crises com a CEB se tornaram constantes, causadas principalmente pelas discordâncias da diretoria da UNE com a condução da Casa do Estudante. Os atritos perduram nas gestões eleitas em 1939 e 1940. Esses atritos permitiram a mudança na forma que a UNE relatava sua fundação. Como descreve Angélica Müller, a partir desse momento, eles assumiram em seus documentos a data de fundação de 22 de dezembro de 1938.

²⁸⁷O Globo, 23 de dezembro de 1938. p. 5.

²⁸⁸Correio da Manhã, 22 de dezembro de 1938. p. 3. Edição 13535.

²⁸⁹SANT’ANNA, Irun. Pré-História da UNE e sua fundação, instalação e consolidação. Revista Juventude.br; CEMJ, ano 2, n.03, jun. 2007.

Aos poucos, ficou evidente que a UNE buscava interferir abertamente na educação e na política nacional, sendo que suas atividades tornaram-se completamente diversa às ações praticadas pela Casa do Estudante. Essa independência fez com que a UNE fosse convidada, em 1940, a encontrar uma nova sede para sua atuação política e deixar de usar as dependências da CEB. Nesse mesmo ano, a UNE encaminhou ao presidente Getúlio Vargas um pedido de reconhecimento oficial.

CONCLUSÃO

Mergulhado num Brasil que mudava rapidamente, o movimento estudantil, até 1935, vivia a fase espontânea, em que pese seu razoável enraizamento entre os estudantes das principais universidades e escolas do país. As intenções de se criar uma entidade nacional, que congregasse todos os estudantes, esbarrava no gigantismo territorial, na dispersão das pautas e nas divergências políticas.

A Campanha dos 50% foi um momento de virada para o movimento estudantil do país. Ela tomou as ruas, criou uma verdadeira comoção pelos enfrentamentos com a polícia, seus líderes foram recebidos e ouvidos por algumas das instâncias do poder instituído no país, deu provas para seus membros da necessidade duma unidade e, por fim, permitiu a construção de uma pauta unitária dos estudantes, tanto do ponto de vista corporativo quanto do ponto de vista da política.

O impacto que a Campanha dos 50% teve dentro da juventude comprovou a percepção dos comunistas acerca da importância que o movimento estudantil passaria a ter. Para os jovens, ela representou o que se chama de batismo de fogo de uma geração que pôde participar centralmente de uma luta de massas de âmbito nacional. Por outro lado, a coexistência pacífica entre diferentes opiniões no seio da Comissão Organizadora permitiu a construção de laços de confiança entre as lideranças independentes e as jovens lideranças dos estudantes comunistas.

Ao mesmo tempo, a intensa repressão que levou à prisão de algumas lideranças do PCB, após o levante de novembro, e impossibilitou a construção do planejado Congresso Nacional de Jovens, obrigou essas lideranças a recorrerem o movimento estudantil como única forma de manter uma atuação política legal. A construção de uma UNE, como entidade unitária e ampla, passou a ser a sua prioridade política.

A hipótese principal exposta na presente dissertação trata da mudança de atitude dos estudantes comunistas – apostando no consenso e na negociação entre as partes, ou seja, a Casa do Estudante, os católicos e os agentes do Estado –, que foi o catalisador da unidade do movimento estudantil durante a Campanha dos 50% e que, conseqüentemente, permitiu a construção da UNE nos moldes em que se deu.

A opção dos estudantes comunistas de participarem duma entidade na qual eles não ocupavam a função principal, em que pese seu dirigente Antônio Franca cumprir

um papel interno essencial nas três primeiras gestões da UNE, demonstra o aprendizado que tiveram, ao longo da década de 1930, em relação à postura sectária adotada anteriormente por esses militantes. A sua participação na Comissão Organizadora da Campanha dos 50% e a crescente influência que tiveram sobre os rumos desse movimento criaram as condições para que esses jovens percebessem a possibilidade de persuasão como forma de direção política, ao mesmo tempo em que diminuiu a desconfiança das outras lideranças em relação aos jovens comunistas diante do anticomunismo presente na sociedade.

A evolução do modelo de intervenção dos comunistas entre os estudantes que chegaram à etapa organizada pode ser percebida, inclusive, na nomenclatura das entidades que eles criaram ao longo da década de 1930.

Primeiro foi a Federação Vermelha dos Estudantes, voltada para a organização dos jovens estudantes do partido. Segundo, passou-se, após a Campanha dos 50%, para a criação da União Democrática Estudantil, que buscava ser mais ampla nominalmente, mas que tinha claro predomínio dos militantes comunistas, motivo pelo qual foi fechada pelo Estado Novo. Até que, finalmente, constituiu-se a União Nacional dos Estudantes, de nomenclatura mais genérica, com a participação bastante representativa das principais entidades já constituídas nos estabelecimentos educacionais do país. A UNE nasceu com a marca da diversidade política, inclusive com a participação de elementos ligados ao varguismo e, principalmente, com a eleição de um presidente que não era comunista, ainda que em sua diretoria algumas figuras centrais fossem militantes ou simpatizantes do PCB.

Esses três estágios da compreensão dos comunistas em relação aos estudantes – o primeiro de aparelhamento e expectativa de cooptação ideológica, o segundo de tentativa de dirigir o movimento existente e o terceiro, mais sofisticado, de participação numa entidade com amplitude ideológica, sendo capazes de influenciar pela política praticada no consenso com outras organizações de juventude – correspondem tanto ao nível de organização do movimento estudantil brasileiro como às próprias características da realidade social e política do país.

Para se chegara à UNE todos os atores que atuavam na política estudantil abriram mão de muita coisa. Tudo em nome do consenso e da unidade. A FJCB teve que passar por um longo processo. Ela teve que combater seu próprio sectarismo, assim como teve

que combater as opiniões contrárias dentro do próprio PCB, de ser fechada pelo partido pra que seu Setor Estudantil chegasse à conclusão de que os comunistas não precisavam ocupar os principais cargos para dirigir e conduzir através da influência política.

A coexistência dos jovens comunistas com lideranças estudantis independentes, católicas ou, até mesmo, ligadas ao governo de Vargas constituiu um espaço de convivência política e aprendizado mútuo, de tolerância com a diversidade de opinião a qual está na base da longevidade da UNE. A Comissão Organizadora da Campanha dos 50% não foi só uma parte essencial do longo esforço dos estudantes brasileiros pela existência de uma entidade nacional, ela foi o embrião do modelo político adotado pela UNE para garantir anuidade representativa dos estudantes baseada na pluralidade de ideias.

É o modelo que se impôs na sua fundação e que permanece, até hoje, como molde de seu funcionamento: uma entidade que não é revolucionária, como, provavelmente, almejavam os jovens comunistas da segunda metade da década de 1920; nem atrelada ao governo, como propunha a CEB; e que reconhece o governo ao mesmo tempo que busca manter sua independência. Em um cenário no qual imperam o atrelamento das entidades sociais com o Estado, a exemplo do que ocorreu com os sindicatos durante o governo de Vargas, isso já não cabia aos estudantes. Eles, como forma de dar organicidade às suas lutas, criaram uma ponte entre as pautas específicas e corriqueiras com as pautas políticas mais gerais, sem optar pelos modelos ideológicos de esvaziamento da política ou de negação das pautas cotidianas que se apresentaram nos anos anteriores. Por último, tem-se a vitória da unidade da entidade baseada na diversidade de opiniões. Todas essas premissas, que de alguma forma ainda regulam o funcionamento do movimento estudantil brasileiro, estão presentes desde o Congresso de Fundação da UNE de 1938, as quais foram gestadas, especificamente, na Comissão Organizadora da Campanha dos 50%. Esse foi, fruto de uma conjuntura muito específica, um momento de amadurecimento político que influenciou toda uma geração de líderes estudantis brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREUCCI, Álvaro. Sonhos de Fumaça: operários, artistas e intelectuais no palco da metrópole (1900-1940). IN. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (org). *São Paulo Metrôpoles da Utopias: Histórias de repressão e resistência no arquivo Deops*. São Paulo. Laluzi Editora: Companhia Editora Nacional. 2009.

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte. Editora Universidade de São Paulo. 1988.

BARCELLOS, Jalusa. *HistóricoUNE: 60 anos a favor do Brasil*. Rio de Janeiro: UNE, 1997.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

Buck. C.H. *A UNE e a mobilização das massas estudantis durante o Estado Novo*. Niterói: Dissertação de Mestrado defendida pela Universidade Salgado de Oliveira, 2012.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ª ed – São Paulo: editora UNESP, 2009.

_____, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* IN. Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª Ed. 2011. v. 2.p.109.

CARONE, Edgard. *A terceira república (1937-1945)*. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1976. (Coleção Corpo e Alma do Brasil, 44).

_____. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1976. (Coleção Corpo e Alma do Brasil, 47).

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. (Trad. Maria de Lourdes Menezes.) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CINTRA, André. MARQUES, Raisal. *UBES Uma Rebelião Consequente – A História do Movimento Estudantil Secundarista do Brasil*. São Paulo. CEMJ. 2009.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

COSTA, Marcelo Timotheo. *Operação Cavalo de Troia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária*

Católica (JUC).In. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org).Nacionalismo e reformismo radical:1945-1965, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2013.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª Ed. 2011. v. 1

_____, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª Ed. 2011. v. 2.

FREITAS, Marcos Cezar de, BICCAS, Maurilene de Souza. *História Social da Educação Brasileira (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

GARCIA, Fernando. *Os meninos e o povo no poder*. Fundação Mauricio Grabois. 2013

GROPPO, LuisAntonio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000. p. 07-55.

HAYASHI, M. C. P. I. ; VICINO, M. L. . *Movimento estudantil: história e memória do Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira (CAASO)*. 1. ed. São Carlos - SP: EdUFSCar, 2007.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de representação política: o experimento da Primeira República brasileira*.Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

KAREPOVS, Dainis. *A Nação e a Juventude Comunista do Brasil*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., Anais. São Paulo, Anpuh, p.01-57, 2011.

_____, Dainis. 1935: A Manhã e a “Campanha dos 50%”. *Perseu: história, memória e política*/Centro Sérgio Buarque de Holanda. n 10, ano 7, p. 239-271. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013.

_____, Dainis. *Luta Subterrânea: O PCB em 1937-1938*. São Paulo, Hucitec-Unesp. 2003

KONDER, Leandro. *A Questão da Ideologia*. São Paulo: Cia. Das Letras. 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1996.

LOWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2008.

MAINWARRING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo Brasiliense. 2004.

- MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. *A Reconstrução Educacional do Brasil. Ao Povo e ao Governo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. 3ªed. São Paulo. Martins Fontes. 2007.
- MATTOS, André Luiz R. *Uma história da UNE (1945-1964)*. Pontes, Campinas. 2014
- MENDES JUNIOR, Antonio. *Movimento estudantil no Brasil*. 2.ed; São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MULLER, Angélica. *Entre o Estado e a Sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação da UNE*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos de 1930.as incertezas do regime*. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª Ed. 2011. v. 2.
- PARADA, Mauricio. *Educando corpos e criando a nação – Cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio Apicuri, 2009.
- POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. 2004.
- PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes, Paz e Terra*, 4ª Edição, 1997.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Brasil (década de 1920):O tenentismo e o papel da violência na história*, 2001.
- R. S. Rose. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil - 1930-1945*.
- RISÉRIO, Antônio. *Adorável comunista: história política, charme e confidências de Fernando Sant`Anna*. Rio de Janeiro: Versal, 2002.
- RIOUX, Jean-Pierre. *A Associação em política*. IN. RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- RIDENTI, Marcelo. *Ação Popular: cristianismo e marxismo*. In.RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs). *História do marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960*. Vol5. Campinas.2007.
- RUY, José Carlos. BUONICORE, Augusto (orgs). *Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil* . São Paulo. Anita Garibaldi. 2010
- SANT`ANNA, Irun. Pré-História da UNE e sua fundação, instalação e consolidação. Revista Juventude.br;CEMJ, ano 2, n.03, jun.2007.

SANTANA Márcio Santos de. *Projetos para Nova Gerações: juventudes e relações de força na política brasileira (1924-1945)*. Tese (doutorado). USP. São Paulo, 2009.

SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. 2ª Edição. Ed. Oficina de Livros. 1989.

_____, José Antônio. PBC: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 217-240.

SILVEIRA, Joel. *Na fogueira: memórias*. Rio de Janeiro: Muad, 1998

SCHWARTZMAN, Simon (Org) *Estado Novo, um auto-retrato: Arquivo Gustavo Capanema*. Brasília: CPDOC/FGV, Universidade de Brasília, 1983. (Coleção Temas Brasileiros, 24).

_____, S.; BOMENY, H. M. & COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000.

_____, Simon. *Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação* Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 66 (153), 165-72, maio/ago 1985.

SODRÉ, Nelson W. *Contribuição à História do PCB*: São Paulo. Global. 1984

TRINDADE, Helgio. *Integralismo - o fascismo brasileiro da década de 30*. São Paulo: Difel, 1979

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935*. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª Ed. 2011. v. 2.

_____, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935. sonho e realidade*. São Paulo. Expressão Popular. 3ªed.2011.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “A Ordem : uma Revista de Doutrina, Política e Cultura Católica” in Revista de Ciência Política. Fundação Getúlio Vargas, nº3, Vol.21, 1978.

ANEXOS

ANEXO 1

Estudantes brasileiros iniciam a “campanha dos 50%”

Jornal *A Manhã* de 09/08/1935

ANEXO 2

Uma Campanha de Universitários

Jornal *O Globo* de 09/08/1935

ANEXO 3

Estúpida, a agressão do governo aos estudantes!

Jornal *A Manhã* de 18/08/1935

ANEXO 4

Caçados a bala, novamente, os estudantes!

Jornal *A Manhã* de 24/08/1935

ANEXO 5

A passeata dos estudantes

Jornal *Correio da Manhã* de 30/08/1935

ANEXO 6

50% de abatimento para estudantes!

Jornal *A Manhã* de 13/11/1935

ANEXO 7

Informa do c. Marques no VI Congresso da IJC a 1935

29/09/ 1935. Nº1005. Arquivo Internacional Comunista. CEDEM/UNESP.

ANEXO 8

O desaparecimento da F.J.C.B e o problema da unidade da mocidade brasileira

Jornal *A Classe Operária* de 02/1937

ANEXO 9

Estatuto União Democrática Estudantil

02/06/1937 Fundo Polícia Política no Rio de Janeiro. Notação 105. DESP/RJ. APERJ.

ANEXO 10

Estudantes no Catete

Jornal *O Globo* de 20/08/1937

ANEXO 11

Fechados dois núcleos políticos

Jornal *O Globo* de 12/10/1937

ANEXO 12

Fundada a União Nacional dos Estudantes

Jornal *O Globo* de 23/12/1938